



**Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável**

Helton Kania Andreata

**Ação coletiva e Sistemas Agroflorestais na comunidade São Manoel, Quilombo
Jambuaçu, Moju/PA**

**Belém
2020**

Helton Kania Andreata

**Ação coletiva e Sistemas Agroflorestais na comunidade São Manoel, Quilombo
Jambuaçu, Moju/PA**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável
Orientadora Prof^a Dr^a Dalva Maria da Mota

Coorientador: Dr^o Gustavo Schwartz

Belém

2020

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

A556a Andreata, Helton Kania
Ação coletiva e Sistemas Agroflorestais na comunidade
São Manoel, Quilombo Jambuaçu, Moju/PA / Helton Kania
Andreata. — 2020.
148 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Dalva Maria da Mota
Coorientador(a): Prof. Dr. Gustavo Schwartz
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de
Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará,
Belém, 2020.

1. Mutirão. 2. Recuperação Florestal. 3. Quilombola.
4. Conservação produtiva. 5. Manejo de florestas
secundárias. I. Título.

CDD 634.99098115

Helton Kania Andreato

**AÇÃO COLETIVA E SISTEMAS AGROFLORESTAIS NA COMUNIDADE
SÃO MANOEL, QUILOMBO JAMBUAÇU, MOJÚPA**

Dissertação apresentada para
obtenção do grau de Mestre em
Agriculturas Familiares e
Desenvolvimento Sustentável.
Programa de Pós-Graduação em
Agriculturas Amazônicas, Instituto
Amazônico de Agriculturas
Familiares, Universidade Federal
do Pará, Empresa Brasileira de
Pesquisa Agropecuária –
Amazônia Oriental.
Área de concentração:
Agriculturas Familiares e
Desenvolvimento Sustentável

Data de aprovação: 22/05/2020.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Dalva Maria da Mota (Orientadora)
(EMBRAPA Amazônia Oriental)



Dra. Emília Coude (Examinadora externa)
(CIRAD)



Prof. Dr. Hebert Schmitz (Examinador interno)
(IFCHUFPA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, pela força e luz para atravessar mais essa experiência enriquecedora em minha vida.

Toda a minha gratidão à minha amada esposa Ana Paula, por ser uma fonte diária de inspiração, pela paciência, compreensão e apoio em todos os momentos no decorrer dessa jornada. A ti todo o meu amor e admiração!

À toda a minha família, que mesmo de maneira indireta me proporcionou a possibilidade de estar aqui. À minha mãe Elisabete, meu pai Luiz, meus irmãos e sobrinhos, que mesmo de longe são fontes de alegria em minha vida. À minha avó Tereza, que mesmo não estando nesse plano, me tornou uma pessoa melhor com a sua confiança e amor incondicionais. À família de meu pai, que me revelou o campesinato por meio de histórias de seu cotidiano, fazendo crescer o meu amor e curiosidade pelo estudo dessa causa.

À minha orientadora, Dra Dalva Maria da Mota, pelos conhecimentos transmitidos, pelas horas de descontração, pela seriedade e serenidade de levar junto comigo esse trabalho ao seu fim. Minha sincera gratidão por todo esse tempo que passamos juntos!

Aos amigos de mestrado, pois sem eles essa jornada seria menos divertida e muito mais penosa. À minha “irmã” de orientação Raquel e ao Mário, pelo ótimo pré-campo, que me levou a escolher o caminho a ser percorrido, pela amizade e sabedoria compartilhada. Ao Vitor, por todo tempo de amizade, boas conversas e experiências que trocamos. Em especial ao meu amigo Diego, que além da sua grande amizade, fez da sua casa a minha em Belém, meu muito obrigado!

À Dra Maria do Socorro Ferreira, pela amizade e por ter me apresentado caminhos em um momento de transição em minha vida, meu muito obrigado!

Minha gratidão ao senhor Michinori Konagano, por intermediar o contato com as lideranças da comunidade e por sempre estar presente incentivando os agricultores de São Manoel.

Minha gratidão à toda comunidade quilombola de São Manoel, pois sem eles esse estudo não existiria. Muito obrigado às lideranças que aceitaram realizar o trabalho, Jeovan, Maian, Chiquinho, Valclei e a todos os agricultores que se disponibilizaram a tirar um pouco do seu tempo para responder as minhas perguntas. Muito obrigado por toda atenção que tiveram comigo durante o período em que estive na comunidade. Um muito obrigado em especial ao Júnior pela acolhida em sua casa e pelas conversas produtivas que tivemos nesse período.

Agradeço aos membros do INEAF, da secretaria ao quadro de professores, que foram muito atenciosos durante todo o momento em que estive cursando o mestrado, em especial ao professor Heribert Schmitz por seu companheirismo e dedicação para com os alunos.

Agradeço ao projeto Refloramaz pelas experiências trocadas com os diversos membros e pelo recurso concedido para o trabalho de campo.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado concedida.

RESUMO

Os Sistemas Agroflorestais (SAF) podem ser utilizados como um meio de recuperação florestal e são interessantes devido a sua diversidade de produtos e à sustentabilidade do sistema, principalmente, no Nordeste paraense, o qual possui uma predominância de florestas secundárias, chamadas popularmente de “capoeiras”, áreas as quais podem ser aproveitadas para a sua implantação. O objetivo deste estudo foi analisar a relação entre a Ação Coletiva e os SAF na comunidade São Manoel, no município de Moju, estado do Pará. Os dados da pesquisa foram coletados nos anos de 2018 e 2019 por meio de entrevistas do tipo histórica, aberta e semiestruturada com os agricultores e as principais lideranças da comunidade. Os dados são predominantemente qualitativos e os procedimentos para sistematizá-los foram transcrição de entrevistas, elaboração de tabelas e análises verticais e horizontais dos discursos. A comunidade de São Manoel é uma pequena vila rural com um histórico de lutas contra grandes empresas para a manutenção do seu território, e possui como principal fonte de renda o açaí nativo. A titulação da terra é coletiva, e as principais questões de gestão de recursos são discutidas junto à Associação Quilombola dos Agricultores de São Manoel, a qual também possui outras atribuições, como discussão da questão de segurança, organização comunitária, melhoria das fontes de renda, além da representação jurídica em diferentes instâncias. Os resultados mostram que os SAF chegaram à comunidade em 2015 levados por um dos agricultores (que é técnico agropecuário), e tiveram grande repercussão após os comunitários constatarem o êxito do sistema em São Manoel. O grupo que tem SAF é composto por quinze pessoas que trabalham desde o viveiro à implantação de áreas por meio do mutirão. Tal grupo possui um sistema diferenciado de implantação dos SAF ao realizar o manejo da capoeira de forma a utilizá-la como insumo para a nutrição das plantas. Foram encontrados três tipos diferentes de SAF em São Manoel que variam quanto ao número de espécies no sistema, sendo o cupuaçu, o cacau, o açaí e a banana as principais espécies implantadas. Os dados mostram que os SAF tiveram uma boa aceitação entre os agricultores porque o sistema foi levado por um dos membros da comunidade, o que tem gerado repercussão também em outras comunidades do Território Jambuaçu. A ação coletiva foi fundamental para o sucesso dos SAF, pois a maioria dos agricultores relatou que não conseguiria implantá-los em suas áreas sozinhos, razão pela qual essa força da comunidade foi essencial para o sucesso de um sistema que visa gerar renda por meio da diversificação da produção, ressignificando o território com a sua ocupação mediante a conservação produtiva.

PALAVRAS-CHAVE: Mutirão. Recuperação florestal. Conservação produtiva. Quilombola. Manejo de florestas secundárias.

ABSTRACT

The Agroforestry Systems (SAF) can be used as a means of forest recovery and are interesting due to their diversity of products and the sustainability of the system, mainly in the Northeast of Pará, which has a predominance of secondary forests, popularly called “capoeiras”, areas which can be used for its implementation. The aim of the study was to analyze the relation between Collective Action and SAF in the São Manoel community, in the municipality of Moju, Pará state. The survey data were collected in the years 2018 and 2019, with the main instruments used being historical, open and semi-structured interviews with farmers and main leaders in the community. The data are predominantly qualitative and the procedures to summarize were the transcription of the interviews, with the creation of tables and vertical and horizontal analyzes of the speeches. The community of São Manoel is a small rural village with a history of struggling against large companies to maintain its territory and whose main source of income is native açaí. Land titling is collective and the main issues of resource management are discussed with the Quilombola Association of Farmers of São Manoel, which also has other duties, such as discussing the issue of security, community organization, improving income sources, in addition to legal representation in different instances. The results shows that the SAF arrived in the community in 2015, taken by one of the farmers (who has agricultural training), and had great repercussions after the community verify the success of the system in São Manoel. The working group who has the SAF is composed of 15 people, who work from the plants nursery to the implantation of areas through the collective effort. They have a differentiated system of implantation of SAF, when carrying out the management of capoeira in order to use it as an input for plant nutrition. Three different types were found among the SAF of São Manoel, varying in the number of species in the system, being cupuaçu, cocoa, açaí and banana the main species implanted. The data show that the SAF had a good acceptance among farmers because the system was brought by one of the members of the community, which has also had repercussions in other communities in the Jambuaçu Territory. Collective action was fundamental to the success of SAF, since most farmers reported that they would not be able to implement their areas alone, reason why this community strength was essential for the success of a system which aims to generate income through diversification of production, resignifying the territory with their occupation through productive conservation.

KEYWORDS: Task force. Forest recovery. Productive conservation. Quilombola. Secondary forest management.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01. Mapa de localização da área de estudo.....	39
FIGURA 02. Mapa do Território Quilombola Jambuaçu.....	41
FIGURA 03. Croqui da comunidade São Manoel.....	63
FIGURA 04. Representação do mapeamento participativo.....	69

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01. Calendário agrícola da comunidade São Manoel, com as principais culturas exploradas economicamente	81
GRÁFICO 02. Frequência de sistemas de cultivo e tamanho da área (hectare)	82

LISTA DE BOXES

BOX 01. Manutenção do Pimental e Manejo de Açaí.....	93
BOX 02. Mudança do local do viveiro.....	101

LISTA DE TABELAS

TABELA 01. Tipologia entre os SAF dos agricultores de São Manoel.....	109
TABELA 02. Culturas agrícolas/perenes implantadas pelos agricultores nos SAF do Tipo I, com o número de pessoas que implantaram a espécie e seu respectivo percentual.....	110
TABELA 03. Culturas agrícolas/perenes implantadas pelos agricultores nos SAF do Tipo II, com o número de pessoas que implantaram a espécie e seu respectivo percentual.....	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	17
1.1 Referencial Teórico.....	17
1.1.1 Quilombolas.....	17
1.1.2 Ação coletiva.....	21
1.1.3 Sistemas Agroflorestais.....	34
1.2 Referencial Metodológico.....	39
1.2.1 Área de estudo.....	39
1.2.2 A Pesquisa.....	44
1.2.2.1 As etapas de pesquisa.....	44
CAPÍTULO 2. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE, DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DOS ATORES.....	49
2.1 Formação da comunidade São Manoel: da irmandade até as lutas atuais.....	51
2.2 Organização social.....	60
2.3 Os atores.....	65
CAPÍTULO 3. GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E AS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM SÃO MANOEL.....	69
3.1 Uso dos espaços.....	69
3.2 Manejo dos recursos naturais coletivos.....	73
3.3 As atividades econômicas.....	75
3.4 Os principais sistemas de cultivo dos que têm SAF.....	81
3.4.1 Manejo do Açaizeiro de várzea.....	83
3.4.2 Roça de Mandioca.....	86
3.4.3 Sistemas Agroflorestais.....	89
CAPÍTULO 4. AÇÃO COLETIVA E SISTEMAS AGROFLORESTAIS EM SÃO MANOEL.....	90
4.1 Ação coletiva formal em São Manoel.....	90
4.2 Ação coletiva e SAF em São Manoel.....	94
4.2.1 Introdução dos SAF em São Manoel.....	94
4.2.2 Razões para ter SAF.....	97
4.2.3 A implantação dos SAF: um trabalho coletivo!.....	99
4.2.4 SAF em São Manoel: um manejo diferenciado.....	104
4.2.5 Tipos de SAF em São Manoel.....	109
4.2.6 Semelhanças e diferenças entre os tipos de SAF.....	114

4.2.7 Vantagens e desvantagens dos SAF.....	120
CONCLUSÃO.....	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127
APÊNDICE A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS.....	139
APÊNDICE B - ENTREVISTA HISTÓRICA ORAL TEMÁTICA.....	140
APÊNDICE C - ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS.....	143
APÊNDICE D - ENTREVISTA AGRICULTORES COM SAF.....	144

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa¹ trata sobre a relação entre a ação coletiva e os Sistemas Agroflorestais (SAF) como forma de recuperação florestal na comunidade São Manoel, no município de Moju, no Nordeste paraense. O propósito do estudo dessa área se dá, principalmente, devido ao diferente sistema e a forma de implementação dos SAF realizados por meio do manejo da floresta secundária como insumo. Também nos interessa verificar dois importantes fatores: a forma como os comunitários gerenciam seus recursos naturais, tendo em vista que a titulação da terra é coletiva; e a tradição étnica de trabalhos calcados na ação coletiva, pois pretendemos saber como esta é realizada e como afeta o sistema produtivo adaptado por eles.

O início do estudo se deu por meio de revisão de literatura para conhecer o contexto histórico e sociocultural da comunidade, que é marcado por conflitos com grandes projetos na Amazônia, a exemplo do que foi constatado por Castro (2012). Diversos foram os estudos realizados no Território Quilombola Jambuaçu nos últimos anos. Almeida e Marin (2007) e Marin (2010) produziram valiosa literatura a respeito do conflito ocorrido no Jambuaçu, por meio do projeto Nova Cartografia Social, sendo essa a principal referência desse tema. Os trabalhos desses autores possuem grande participação dos quilombolas das diferentes comunidades na sua elaboração.

Conforme analisado por Castro (2012), médias e grandes empresas viram nas novas fronteiras do Norte oportunidades de investimentos com benefícios por meio de financiamentos públicos, como os Planos Nacionais de Desenvolvimento e Planos de Desenvolvimento da Amazônia. Incorporam, assim, novas terras à economia nacional, provocando uma perda importante de cobertura florestal e modificando continuamente a floresta amazônica, dada a extensão de terras atingidas. Esses planos reeditaram o modelo desenvolvimentista que expandiu a

¹ Esta pesquisa faz parte de um conjunto de trabalhos de outros mestrados e pesquisadores do projeto REFLORAMAZ, e surgiu após as primeiras visitas à campo com o intuito de trabalhar a questão dos Sistemas Agroflorestais (SAF) como forma de recuperação florestal. O REFLORAMAZ - "Restauração florestal por pequenos agricultores da Amazônia Oriental: como melhorar o equilíbrio entre benefícios ambientais e socioeconômicos?" é um projeto executado conjuntamente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pela *Agropolis Fondation* e coordenado pela EMBRAPA Amazônia Oriental e pelo *Centre International de Recherche Agronomique pour le Développement* (CIRAD), com participação direta da Universidade Federal do Pará (UFPA).

fronteira amazônica na década de 70, provocando conflitos socioterritoriais que envolveram diferentes atores locais e intensificaram a exploração de recursos naturais e o desmatamento.

Segundo Almeida (2009), esses grandes projetos agropecuários, madeireiros, hidrelétricos e de mineração dispuseram de benefícios governamentais para a sua instalação, como: incentivos fiscais e baixos preços pagos pelo bem extraído (minerais e outros), além de vantagens indiretas, como mão de obra de baixa qualificação e, por consequência, pagamento de salários irrisórios. Na implantação desses grandes projetos, houve uma série de embates com povos e comunidades tradicionais devido à perda de seus territórios, seja para a implantação de obras de infraestrutura, seja para a implantação de projetos do agronegócio, como a monocultura do dendê e o desmatamento para a ampliação de áreas de pecuária.

Aos grandes projetos, estruturaram-se reações. Um estudo mostra que, na implantação do projeto de uma empresa mineradora no estado do Pará, houve resistência da população local que luta para assegurar “[...] tudo o que vêm praticando estas comunidades há mais de 100 anos: a luta pela terra, pela água e pela floresta, portanto, pelo direito de ser e continuar sendo amazônida” (ARAÚJO; BELO, 2009, p. 271).

Em consequência, povos e comunidades tradicionais vêm sofrendo pressões por conta de seus territórios. É o caso dos quilombolas, chamados anteriormente de comunidades negras rurais e que possuem um caráter étnico que os diferencia de outras comunidades tradicionais, mas, como estas, enfrentam coerções e dificuldades que vão desde o reconhecimento e titulações de suas áreas a conflitos para a manutenção daquelas já reconhecidas. Esse é o caso do Território Quilombola Jambuaçu, no município de Moju, Nordeste paraense, onde está localizada a comunidade São Manoel.

O primeiro registro de conflito data do início da década de 1980, contra a Reflorestadora da Amazônia S/A (REASA), uma empresa produtora de dendê. Esse processo resultou na perda de parte do território Jambuaçu mediante intimidações por parte da empresa, que queimou casas e ameaçou os comunitários com pistoleiros (SACRAMENTO, 2007). A partir de 2004, um novo conflito ocorreu no território e a empresa responsável, foi a Companhia Vale do Rio Doce (CVDR) – atual Vale, hoje operada pela Norsk Hydro –, mineradora que instalou um linhão de energia e minerodutos que atravessam uma extensão de quinze quilômetros do

território. Os minerodutos transportam a bauxita da cidade de Paragominas até Barcarena, onde é produzida a alumina, matéria prima para a produção do aço.

Durante as obras de instalação, ocorreram diversos impactos ambientais: os principais foram o assoreamento do igarapé Jambuaçu, o desmatamento de áreas florestais e a perda de áreas agricultáveis por parte dos quilombolas (MARIN, 2010). Tais impactos foram objetos de várias ações na justiça com suporte do Ministério Público Federal e Estadual aos quilombolas, com o intuito de reparar os danos. A empresa mineradora, por seu lado, recorreu à justiça para anular os compromissos relacionados às condicionantes da Licença de Operação da atividade de transporte por meio de minerodutos.

Em 2006, após tentativas malsucedidas de negociações com a empresa, ocorreu a derrubada de uma torre de energia na Comunidade Quilombola de Santa Maria do Traquateua. A ação foi um ato de protesto dos quilombolas pelo desrespeito da empresa com suas terras por conta da implantação de um dos trechos do Projeto Bauxita Paragominas, a qual virou notícia com repercussão nacional e internacional a respeito destas comunidades (ALVES, 2014), e levou a empresa a se reunir com elas e negociar os termos. Essas ações exigiram estratégias de organização por meio da ação coletiva para reivindicação das pautas quilombolas ao enfrentar o poderio de uma grande empresa e do Estado. Isso corrobora com a ideia de que a ação coletiva quilombola é baseada em incentivos solidários, lealdades históricas e interesses coletivos preservados e partilhados por aqueles que possuem origem histórica e étnica comuns (OLIVEIRA, 2009).

A titulação coletiva também é algo a se destacar dentro do cenário. Relativo ao artigo 15 da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, as comunidades deveriam ser consultadas sobre as alterações realizadas em seu território. Elas têm o direito de participar da utilização, administração e conservação dos recursos. Ostrom (1990) relata casos de gestão bem-sucedida de bens comuns em que grupos criaram regras para sua utilização. Porém, afirma que fatores externos podem dificultar esse modo de uso dos recursos coletivos. É o que pode ser verificado no território Jambuaçu, onde a empresa influencia de maneira prejudicial na gestão coletiva do território.

No âmbito das negociações, a empresa não cumpriu todas as condicionantes requeridas na Licença de Operação n.º 4352/2010 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA), relativas ao transporte da bauxita. Dentre

as condicionantes atendidas parcialmente está a estrutura da Casa Familiar Rural (CFR) Sérgio Tonetto, construída no território em 2008, que havia sido uma reivindicação dos quilombolas e possuía o modelo de formação na perspectiva da Pedagogia da Alternância (MACHADO, 2014). Esse lugar se tornou de grande importância no desenvolvimento de técnicos agrícolas para o território. Houve, ainda, um convênio entre a CFR e a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta), que possibilitou a alguns estudantes o primeiro contato com os Sistemas Agroflorestais (SAF), introduzindo-os a uma nova perspectiva de produção.

Dentre outros itens das condicionantes, constava a implantação de um Projeto de Geração de Renda, o qual foi elaborado pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), mas não foi executado. Esse era um instrumento que daria novas perspectivas econômicas às famílias afetadas pelo empreendimento, ao invés da simples indenização oferecida atualmente.

Almeida e Campelo (2013) relataram que, de acordo com o presidente da Associação Quilombola de Jambuaçu, foi realizado um projeto de apoio à agricultura familiar pela mineradora em parceria com a Camta na Casa Familiar Rural. O objetivo foi “[...] dar sustentabilidade à escola, e também para que os alunos possam aplicar os conhecimentos que aprendem em sala de aula” (ALMEIDA; CAMPELO, 2013, p. 10). Porém, esse não é o projeto de geração de renda idealizado pela UFRA para as famílias do território; no projeto realizado na CFR, foram ensinados aos estudantes quilombolas os fundamentos dos SAF utilizando como modelo as áreas implantadas no município de Tomé-Açu, referência nesse sistema.

Neste contexto, Dubois, Viana e Anderson (1996, p. 3) explicam que SAF “[...] são formas de uso e manejo da terra, nas quais árvores e arbustos são utilizados em associação com cultivos agrícolas e/ou com animais, numa mesma área, de maneira simultânea ou numa sequência temporal”. Após um período de imersão em uma propriedade em Tomé-Açu para o aprendizado da implantação e manejo dos SAF, um dos estudantes voltou à comunidade São Manoel para tentar replicar o sistema, convencendo inicialmente um pequeno grupo de jovens composto por amigos e parentes. Contrastando com a técnica aprendida em Tomé-Açu, a qual apresentava um gradiente tecnológico à sua realidade local, e devido à falta de insumos e mecanização, o grupo seguiu uma lógica diferente do tradicional sistema de “corte e queima” ou da derrubada total da floresta. Eles implantaram os SAF embaixo de uma capoeira de 20 anos, trazendo características mais agroecológicas.

Se tratando da mesorregião do Nordeste paraense, o estabelecimento de SAF em florestas secundárias pode ser um sistema de uso da terra que conserva essas florestas naturais de forma ecológica e economicamente sustentáveis. Isso se torna especialmente importante para as propriedades dessa região, onde pelo menos 80% de suas áreas devem legalmente ser cobertas por florestas (BRASIL, 2012; SCHWARTZ; LOPES, 2017).

Relativo aos usos dessas áreas, existem trabalhos que abordam a utilização das florestas secundárias como um método sustentável para a agricultura no Nordeste paraense (CORDEIRO et al., 2017), e isso se deve, sobretudo, à predominância desse tipo florestal na região (SCHWARTZ; LOPES, 2017). Nesse sentido, Carneiro (2018) estabelece as tipologias de recuperação de agricultores familiares nessa região, com a devida caracterização das tipologias conforme suas observações e entrevistas com agricultores familiares.

Com a implantação dos SAF, os quilombolas de São Manoel direcionam coletivamente sua força de trabalho ao aprimoramento das técnicas, acreditando em suas práticas produtivas e promovendo a sua divulgação às demais comunidades do território, não permanecendo apenas à espera da compensação financeira da empresa, bem como reagem de forma a ressignificar seu território. Almeida (2002) destaca que, historicamente, o jurista Perdigão Malheiro faz uso da ideia do quilombo como uma ação coletiva de moradia, trabalho e luta, resistindo não apenas aos mecanismos repressores da força de trabalho, mas, principalmente, à lógica produtiva da *plantation*. Isso demonstra que a questão coletiva é algo transgeracional para a população quilombola.

Como engenheiro florestal de formação, sempre acreditei ser importante a utilização de formas de produção mais sustentáveis. Minha formação se deu no estado do Paraná, mas sempre tive como a minha principal referência de Sistemas Agroflorestais no Brasil o município de Tomé-Açu (PA), local onde realizei meu primeiro trabalho de campo na Amazônia. Em entrevista com um dos agricultores familiares visitados no município, ele relatou que havia um grupo de quilombolas em Moju que estavam empreendendo seus SAF embaixo da capoeira e sem o processo de queima. A imagem desse tipo de manejo florestal me atraiu e busquei o contato com as lideranças quilombolas; desde então, estive em quatro períodos diferentes na comunidade São Manoel, no Território Quilombola Jambuaçu, em Moju. O desejo de trabalhar com populações tradicionais também se tornou importante nesse

processo, pois muitas delas estão sob ameaça, e esta é uma das razões para mostrar academicamente o quanto estas pessoas estão produzindo de maneiras mais sustentáveis, e evidenciar a sua importância frente às dificuldades que encontram em nossa sociedade.

Além disso, na literatura revisada, não encontrei estudos que abordassem a temática específica dos Sistemas Agroflorestais naquele território, principalmente sob a ótica da ação coletiva. Isso me instigou a buscar compreender o tema e contribuir para o enriquecimento do conhecimento na pesquisa que ora se concretiza neste trabalho.

Dessa forma, o objetivo geral da dissertação é analisar a relação entre a ação coletiva e Sistemas Agroflorestais na Comunidade São Manoel, Território Jambuaçu, Moju (PA). Os objetivos específicos são: I) Caracterizar a comunidade, a organização social e os atores; II) Caracterizar a gestão dos recursos, as atividades econômicas e os principais sistemas de cultivo; III) Analisar a ação coletiva para a implementação dos SAF em São Manoel. As perguntas que orientaram a pesquisa foram: Como se dá a gestão dos recursos naturais e quais são os sistemas produtivos decorrentes? Como se evidenciam o manejo e a implantação de SAF com a ação coletiva em São Manoel?

A dissertação está dividida em seis partes. A primeira é a introdução com o contexto, a delimitação do problema de pesquisa e os objetivos geral e específicos. O primeiro capítulo trata do referencial teórico e metodológico acerca dos conteúdos fundamentais da pesquisa, quais sejam: i) Quilombolas, ii) Ação Coletiva e iii) Sistemas Agroflorestais; na metodologia, constam informações relativas à caracterização da área de estudo (o Território Quilombola Jambuaçu) e informações sobre a pesquisa, a coleta de dados e os indicativos sobre o processamento, a análise de dados e a escrita. O segundo capítulo aborda a caracterização da comunidade, sua organização social, atores e atividades econômicas. O terceiro versa sobre a gestão dos recursos naturais e atividades econômicas em São Manoel. O quarto analisa a temática da ação coletiva e sistemas agroflorestais em São Manoel. No último tópico, consta a conclusão.

CAPÍTULO 1. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

1.1 Referencial Teórico

O objetivo deste capítulo é tratar sobre as principais categorias teóricas abordadas durante a pesquisa, quais sejam: quilombolas, ação coletiva e Sistemas Agroflorestais. A comunidade São Manoel é composta por um grupo de pessoas que se autorreconhecem como quilombolas, categoria sob a qual se discute a trajetória dessa população até a garantia de seus direitos. A ação coletiva é fundamental no cotidiano de São Manoel, pois muitas das suas obras e manutenções dos espaços comuns da vila são realizados por meio do mutirão, o qual serviu para a implantação dos SAF na comunidade. Os SAF implantados são uma forma de obter renda por meio de um conjunto diversificado de espécies, fortalecendo a economia da comunidade.

1.1.1 Quilombolas

O processo de escravidão no Brasil realizado pela coroa portuguesa durou desde o século XVI até a promulgação da Lei Imperial nº 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888, chamada comumente de Lei Áurea. A maioria dos negros escravizados era proveniente da costa ocidental da África e pertencia, principalmente, a três grupos culturais: um deles diz respeito aos sudaneses, representados, sobretudo, pelos grupos Yoruba (chamados de *nagô*), pelos Dahomey (designados como *gegê*) e pelos Fanti-Ashanti (conhecidos como *minas*). A diversidade cultural e linguística desses povos dificultou a formação de núcleos solidários inicialmente, sendo incorporados passivamente dentro do universo cultural da nova sociedade (RIBEIRO, 1995).

As regiões do Brasil, como o Nordeste com seus canaviais, e o Sudeste com suas minas e cafezais, necessitavam da força física escrava para o trabalho. Na Amazônia, não havia essa necessidade pelo volume incipiente de lavouras e pelo atrativo das especiarias com o comércio de Drogas do Sertão, no qual se utilizava a mão de obra ameríndia, conhecedora das culturas e do ambiente. Porém, há relatos de introdução da população negra no Pará, desde o século XVII, demandadas pelas

fazendas do Estado (terras cultivadas pertencentes à coroa portuguesa) aqui localizadas (SALLES, 1971).

Essa pequena quantidade de escravos cresceu com a fundação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada por Marquês de Pombal e sediada na metrópole, na segunda metade do século XVIII. Sua criação foi justificada pela chegada de um incipiente contingente de escravizados ao estado do Grão-Pará (1755-1777); a província passou a necessitar dessa força de trabalho devido à introdução de grandes lavouras para produção e exportação de cana de açúcar (SALLES, 1971).

Com o tempo, em todo o Brasil, houve o processo de fuga dos escravizados dessas fazendas. No Pará, a maioria das propriedades se encontrava ao redor da capital Belém, próxima aos rios Guamá, Acará, Moju, Capim e Tocantins. Essa localização esteve associada à facilidade de acesso à capital e ao escoamento dos cultivos produzidos (SALLES, 1971). O Vale do Tocantins representa uma das áreas mais importantes da colonização portuguesa na Amazônia por conta da antiga ocupação pelos brancos e pela expressiva presença de negros nas fazendas, nos engenhos e em outras propriedades, bem como nas inúmeras tarefas para manutenção de povoados e vilas. Os negros desempenharam papel importante na economia regional, como também foram motivo de preocupação e de ações políticas dos governantes da época devido à resistência contínua aos processos de dominação, desde os primórdios do século XVIII (BRASIL, s.d.).

A fuga de escravizados desencadeou um importante processo que os levou ao que Almeida (2011) chamou de “acamponesamento”, por conta do cultivo de áreas, denominadas roças, que sustentavam um sistema produtivo específico da unidade familiar. Nesses locais, conhecidos na Amazônia como “mocambos”, muitos quilombos se estabeleceram “[...] em virtude do processo de desagregação das fazendas de algodão e cana de açúcar e com a decorrente diminuição do poder de coerção dos grandes proprietários territoriais” (ALMEIDA, 2011, p. 62).

Isso influenciou na ampliação do sentido de quilombo estabelecido pelo Conselho Ultramarino, em 1740, que levava em consideração apenas o quilombo formado por escravizados fugidos; isto é, o conceito não abarcava a diversidade das relações entre os cativos e a sociedade escravocrata, tampouco as diferentes formas pelas quais os grupos negros se apropriaram da terra (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002). Ao desenvolverem um sistema de produção mais livre e

autônomo, fundamentado no trabalho familiar e na cooperação simples entre diferentes famílias, esses “mocambos” se encontram intimamente vinculados ao deslocamento do conceito de quilombo (ALMEIDA, 2002). Importante ressaltar que muitas das terras foram doadas, entregues aos grupos de escravizados ou simplesmente abandonadas pelos proprietários devido ao declínio das atividades econômicas; entretanto, a ampla maioria se transformou em quilombos pelo apossamento (ALMEIDA, 2002; CASTRO, 2005).

Leite (2000) analisa que a exclusão dos negros no âmbito rural se verifica desde primeira Lei de Terras, de 1850, a qual excluiu os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros e os alocou em uma categoria separada, denominada “libertos”. Em diversos casos, esses sujeitos foram expropriados de suas terras mesmo no caso de as terem comprado ou herdado de antigos senhores. Decorrente disso, o ato de apropriação do espaço para viver significava um ato de luta, de guerra (LEITE, 2000).

Portanto, não é somente a partir da Constituição Federal (CF) de 1988 que os processos de afirmação étnica da população quilombola se desencadeiam, pois são resultantes de intensas mobilizações, acirrados conflitos e lutas sociais criadas pelas denominadas “terras de preto”, “mocambos”, “lugar de preto” e uma diversidade de outras denominações, consolidando as diferentes modalidades de territorialização das atuais comunidades remanescentes de quilombos. Trata-se, assim, de uma extensão da dinâmica social brasileira relativa ao embate entre senhores e escravos, que pode ser considerado uma das primeiras formas de ação coletiva genuinamente brasileira (ALMEIDA et al., 2010).

As ameaças à população quilombola se manifestam por meio de frequentes invasões e expropriações de terras por parte de empresas e do poder público, como pode ser visto na ação judicial do Ministério Público Estadual contra a empresa Norsk Hydro, pelos danos causados ao território. Isso leva cada grupo que enfrenta os conflitos a estreitar os vínculos de solidariedade, desenvolvendo práticas e organizações políticas para manter a garantia dos seus domínios (MARIN, 1995). Após a abolição, se verificou que, em todo o Brasil, grupos negros têm sido desqualificados, e os lugares onde habitam são ignorados pelo Estado e, por vezes, questionados por outros grupos recém-chegados com maior poder e legitimidade junto ao poder público (LEITE, 2000). O quilombo passa a ser visto como uma forma de organização, de luta pelo espaço conquistado e mantido através de gerações,

bem como significa um direito a ser reconhecido, e não apenas um passado a ser lembrado; por tudo isso, desde a Constituição de 1988, tem se reivindicado uma nova pauta na política nacional que atenda as demandas dessas comunidades (LEITE, 2000).

Em trabalho realizado próximo ao rio Trombetas, Marin e Castro (1993) relataram as dificuldades enfrentadas pelos grupos remanescentes das terras quilombolas frente a grandes empreendimentos, principalmente hidrelétricos (devido à abundância de áreas com cachoeiras) e minerários, pois ambos procuraram expropriar de essas terras dos seus ocupantes. Isso ocorreu na época de uma crise na economia extrativista que os pressionou demasiadamente por conta da descoberta de recursos minerais em suas áreas, sobretudo as jazidas de bauxita.

Diante de constrangimentos como esses, existem hoje várias regras referentes às formas de acessar a proteção das terras quilombolas. Cardoso (2008) relata que, na comunidade de Bairro Alto, na Ilha do Marajó, para uma pessoa ter direito à terra, é necessária a condição de herdeiro. Esta condição não é somente uma maneira de acessar o território, como também é uma maneira de restringir a entrada de outros no grupo, pois isso aumentaria a demanda por terra, criando maior impossibilidade de suprir a reprodução social devido a uma maior pressão sobre um espaço territorial em si limitado.

Para a proteção do direito à terra, foi realizado um estudo sobre os conflitos no Território Quilombola Jambuaçu. Houve o relato de que a designação quilombola começou a ser utilizada por meio da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Programa Raízes (Governo do Estado do Pará) e da Associação de Universidades da Amazônia (UNAMAZ). Essas organizações trabalharam para que os grupos locais tivessem acesso ao artigo 68 da Constituição Federal, bem como às suas implicações históricas e atuais. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra Guajarina (2006), os quilombolas de Jambuaçu se reconhecem como remanescentes de quilombos com respaldo jurídico no artigo 68/ADCT-1988 e no Decreto Federal nº 4.887/2003, e continuam a reivindicar a titulação do território (comunidade do Poacê).

Atualmente, a maioria dos quilombos da região do Vale do rio Tocantins se caracteriza por praticar uma agricultura de frutas e raízes, atribuindo grande importância às roças de mandioca, em função do uso da farinha na dieta alimentar. Os sistemas de cultivo também incluem uma diversidade de atividades econômicas,

como a pesca, a caça e a exploração de recursos florestais – a exemplo de madeira, castanha-do-pará, cipós, sementes, palhas, entre outros produtos de coleta organizados pelo grupo familiar. Os plantios têm uma área reduzida, em geral pelo sistema de tarefas (0,25 ha), e os rendimentos da comercialização são limitados. Ultimamente, tem-se introduzido culturas permanentes mais rentáveis e frutíferas, tais como cupuaçu, replantio de cacau e pimenta-do-reino (BRASIL, s.d.).

1.1.2 Ação coletiva

A ação coletiva pode ser compreendida como o esforço de um conjunto de pessoas para atingir um objetivo comum (SCHMITZ; MOTA; SOUSA, 2017), e pode ser diferenciada entre seus tipos e formas. Os tipos de ação coletiva podem ser descritos como ações espontâneas e pontuais, ações temporárias e ações duradouras. Em suas formas, verificamos a cooperação simples, a complexa, a informal e a formal. A ação coletiva depende da capacidade de elaboração e adaptação de regras comuns, cuja institucionalização dentro de um grupo constitui uma incitação à cooperação e ao compartilhamento (SABOURIN, 2010).

Hardin (1968), em “A Tragédia dos Comuns”, debate essa questão tratando a exploração dos recursos naturais de uso comum. O autor possui uma perspectiva determinista ao observar a questão, prevendo que estamos fadados à extinção como espécie devido a superexploração dos recursos. Para o autor, indivíduos defenderiam preferencialmente seus próprios interesses e, conseqüentemente, seria impossível uma ação coletiva para regular o uso apropriado dos recursos, exemplificando para os leitores as divergências entre a racionalização individual e a coletiva (FEENY et al., 2001).

Aplicando a teoria da ação racional às situações de ação coletiva, ou seja, que buscam o propósito comum de um grupo de pessoas, Olson (1999) defende a ideia de que membros de um grupo com interesses comuns se comportam de maneira pouco provável a realizá-los voluntariamente, a não ser que ocorram mecanismos de coerção bem definidos. Para Hardin (1968), seria impossível a ação coletiva para regular a gestão apropriada de recursos naturais.

Isso resulta na tese da contribuição zero ou *free rider*, que pressupõe que os indivíduos geralmente não se comprometem com as ações do grupo e esperam a sua parcela de benefícios, o que os leva a não poderem superar os problemas de

ação coletiva e precisarem ter regras aplicadas externamente para alcançar suas próprias metas de longo prazo, ou seja, seus próprios interesses (OSTROM, 2000).

Dardot e Laval (2017, p. 24) se referem à palavra “comum” em sua raiz etimológica latina *munus*, pertencente ao campo antropológico da dádiva, que “[...] remete a um tipo específico de prestações e contraprestações, que dizem respeito a honras e vantagens ligadas a encargos”. Assim, designam o que deve ser cumprido e o que é dado como presente ou recompensa, os quais encontram em seus significados a dupla face da dívida e da dádiva, própria da troca simbólica. A literatura sociológica e etnológica têm estudado as múltiplas formas de trocas nas sociedades, como o termo *mutuum*, que designa reciprocidade e é derivado de *munus*. Sobre esse assunto, os autores fazem a seguinte reflexão:

Sua singularidade reside no caráter coletivo e muitas vezes político [...] Não se trata, primordial ou principalmente, de dádivas e obrigações entre parentes ou amigos, mas, na maioria das vezes, de prestações e contraprestações referentes a toda uma comunidade. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 24-25).

Segundo Godbout (1998), entende-se por dádiva:

[...] de modo negativo, tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física. De modo mais positivo, é o que circula em prol do ou em nome do laço social. [...] Uma primeira característica de um sistema de dádiva consiste no fato de que os agentes sociais buscam se afastar da equivalência de modo deliberado. [...] A dádiva baseia-se, na dívida. Isso pode ser observado tanto nos laços primários como nas relações de parentesco, na doação a um desconhecido, na doação de órgãos. (GODBOUT, 1998, p.44)

A reciprocidade é definida como o redobramento da ação ou da prestação que permite reconhecer o outro, como outro ego, e participara assim de uma comunidade humana, para isso existindo uma obrigação de devolver a ajuda ou de participar dos trabalhos comuns (TEMPLE, 2004 apud SABOURIN, 2006).

Tilly (2010) define “repertório” como:

O emprego de combinações dentre as seguintes formas de ação política: criação de associações e coalizões para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, demonstrações, iniciativas reivindicatórias, declarações para e nos meios de comunicação de massa, e panfletagem (esse conjunto variável de atividades pode ser chamado de repertório dos movimentos sociais); (TILLY, 2009, p. 136-137).

A coletivização quilombola levou diversos grupos negros rurais a se reunirem para a reivindicação de causas comuns e bens coletivos relacionados à exclusão social, econômica e política que essa população sofre (LARCHERT, 2013).

Isso resultou em estudos que explicam essa mobilização de atores que, antes desunidos politicamente, jamais haviam se identificado como quilombolas. Alguns trabalhos analisam essa identificação dentro da ótica da ação coletiva como um processo chamado de “*framing*” ou “enquadramento simbólico”. Nesse decurso, os atores leem os sinais conjunturais do momento e os interpretam coerentemente sob suas aspirações e repertórios de experiências (OLIVEIRA, 2009).

Até hoje, os quilombolas rearticulam os laços culturais e sociais preservados através dos séculos em torno dos seus interesses políticos comuns (OLIVEIRA, 2009). Segundo Oliveira (2009), os movimentos sociais quilombolas ganharam força após a promulgação dos seus direitos constitucionais em 1988. Porém, esses mesmos movimentos ainda precisam reivindicar seus interesses por meio da ação coletiva não institucionalizada, para que as demandas sejam adequadas mediante a criação de leis.

No Brasil, desde 1970, os movimentos sociais rurais foram consolidando suas pautas, sobretudo no que diz respeito às formas de acesso à terra e aos recursos, inicialmente por meio dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorreram alguns desdobramentos, pois os modos de associação e luta desses grupos escaparam ao sentido estrito de uma entidade sindical por terem incorporado outros fatores à causa rural, como os étnicos, os de elementos de consciência ecológica, os critérios de gênero e os de autodefinição coletiva, os quais concorrem para relativizar as divisões político-administrativas e a maneira convencional de pautar e de encaminhar demandas aos poderes públicos (ALMEIDA, 2008).

Relativo à importância da mobilização nacional dos quilombolas, se pode dizer que a Constituição de 1988 consiste no resultado de um processo de conquistas de direitos, bem como ela estabelece uma cisão na história dos movimentos sociais, sobretudo daqueles baseados em fatores étnicos (ALMEIDA et al., 2010). Um fator importante para o movimento quilombola foi a criação, junto à Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CNACNRQ), em 1996, que passou a exigir dos órgãos governamentais a aplicação do preceito

constitucional, estimulando os debates no poder Legislativo e levando à formulação de anteprojotos de lei que visariam regulamentar a aplicação do artigo. Por consequência, o poder público, por meio da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Ministério da Cultura (MinC) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), criou diretrizes e procedimentos para o reconhecimento territorial das chamadas comunidades rurais quilombolas (O'DWYER, 2002). Um importante marco legal para essa população é relativo à efetividade do artigo 68 da CF/88, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), bem como do Decreto nº 4.887/03, o qual dispõe sobre a desapropriação de terras com a finalidade de estabelecer a posse definitiva delas para os quilombolas. Em mobilizações internas, os quilombolas criaram, após o I Encontro Nacional de Quilombos, em abril de 1995, a Articulação Nacional Provisória das Comunidades Remanescentes de Quilombo, que mais tarde resultaria na atual Coordenação Nacional dos Quilombos (CONAQ) (ALMEIDA, 2002).

No mesmo sentido dos quilombolas, há os povos e comunidades tradicionais. São grupos sociais que visam defender seus territórios frente às pressões advindas tanto do Estado quanto de outros agentes sociais e econômicos. Essas populações vêm integrando um discurso de sustentabilidade para obter seus interesses e pautas, a partir da realização de pressões por meio dos movimentos sociais e das contribuições do meio acadêmico, com fins de reconhecimento e fortalecimento de suas identidades, de defesa da propriedade de seus territórios e do controle dos recursos naturais (MAIA, 2011).

Em um estudo sobre a regularização fundiária nas ilhas do Baixo Tocantins, no Pará, Maia (2011) discorre sobre as formas de ação coletiva dos povos e comunidades tradicionais que aumentaram, a partir da década de 1990, com o surgimento de diversas associações entre grupos de extrativistas, ribeirinhos, pequenos agricultores e pescadores, ao articularem projetos e regulamentação para a mobilização dos recursos naturais, provocando o reconhecimento de suas lutas e a percepção do poder de barganha.

Wedig (2016), em seu trabalho sobre a Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná², relata que essas vêm enfrentando diversos ciclos de avanços sobre seus territórios, e violências de vários tipos contra seus

² Que envolve populações indígenas, faxinalenses, quilombolas, cipozeiros, pescadores artesanais, ilhéus, detentores de ofícios tradicionais e comunidades de terreiro.

modos de vida, suas culturas e suas estruturas sociais e econômicas. Na luta contra os fatores apontados, eles empreenderam processos de resistência. Uma das formas utilizadas, segundo a autora, é a organização em todo o país por meio da constituição de redes de ação coletiva, articuladas nas esferas local, regional, estadual e nacional, compondo coordenações, articulações, associações, movimentos interestaduais, conselhos nacionais, dentre outros.

Marin (1995) argumenta que a relação entre terras e ações políticas empreendidas por grupos rurais negros na Amazônia têm significado especial, pois a sociedade e o Estado passam a estabelecer o reconhecimento do direito à terra a esses grupos sociais com identidade própria. Com isso, essas comunidades passam a requerer a cidadania de forma a contestar a "invisibilidade expropriadora", exercitando práticas políticas que as colocam como reivindicantes diante do Estado e das empresas. O menosprezo dos órgãos fundiários – ao não reconhecerem o trabalho e os direitos desses trabalhadores em locais que possuem grandes extensões de terras em diversos estados brasileiros como Maranhão, Pará, Amapá, Santa Catarina e Bahia – é corroborado por Leite (2000) e confirma que as “[...] desigualdades raciais persistentes na sociedade pós-escravista [vêm] repousando em modelos de modernização discriminatórios e excludentes” (MARIN, 1995, p. 80).

No Território Quilombola Jambuaçu, em Moju, ocorreram ações de resistência para a manutenção das áreas comunitárias antes mesmo da possibilidade de reconhecimento territorial quilombola. A expansão das áreas de dendê pela empresa REASA, em 1978, ocorreu por meio de grandes esquemas de grilagem de terras, pois a maioria das extensões era ocupada por posseiros há mais de dez anos, o que configuraria direitos de posse da terra para esses últimos. Entretanto, houve perda de parte do território quilombola, principalmente na Comunidade Santa Maria do Traquateua. Sacramento (2007) relata que nos domínios do quilombo, houve ameaças de jagunços e pistoleiros, contaminação das águas dos igarapés, destruição de roças, assassinatos e queima de casa de camponeses. A resistência surgiu, sobretudo, devido a mobilização da CPT para a criação das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), representadas pelo Padre Sérgio Tonetto e apoiadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, os quais passaram a introduzir as questões da luta política dos quilombolas para a resistência (PEREZ, 2013).

Marin (2010) descreveu os diversos impactos ambientais ocorridos no território durante a instalação de dutos (para escoamento de bauxita) e de uma linha

de transmissão de energia de uma empresa de mineração. Houve uma série de transformações drásticas relativas ao uso e à disponibilidade dos recursos para os quilombolas, resultando na perda de terras cultivadas, na destruição de recursos florestais e na poluição de recursos hídricos, o que ocasionou o assoreamento do igarapé Jambuaçu que corta grande parte do território (MARIN, 2010). Segundo a autora, os meios de luta dos quilombolas vão desde ações organizadas pelo Conselho das Associações de Remanescentes de Quilombo do Moju – que realizam denúncias em diversas instâncias – até o fechamento de rodovias, derrubada de linhas de transmissão e retenção de funcionários da empresa. O Estado, nesse caso assume papel ambíguo, pois ao mesmo tempo que o Ministério Público se assume como um defensor dos quilombolas, os governos estadual e federal deslegitimam os direitos territoriais dessa população ao conceder incentivo para a continuidade e ampliação das atividades empresariais, como pode ser exemplificado pelo projeto que pretende realizar a construção de uma ferrovia que passa pela área.

Há outras formas de resistência que não as abertas, como os movimentos sociais descritos por Scott (2002), que são formas cotidianas de resistência em que não ocorrem representações diretas, e esses modos são definidos pelo autor da seguinte maneira:

Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (SCOTT, 2002, p. 24).

Nesse contexto se encaixam as novas formas de reivindicações, como utilizar a terra por intermédio da conservação produtiva de seus recursos e mantê-la ao integrar as vertentes sociais, ambientais e econômicas das atividades. Garcia Júnior (1983), em estudo sobre o campesinato no Nordeste brasileiro, destaca a utilização das árvores como forma de estabelecimento de limites nas comunidades rurais devido a sua representação de longevidade, o que se contrapõe ao conceito de roça, esse sendo mais dinâmico e itinerante. Isso demonstra que o uso de árvores pelo campesinato tem uma simbologia relacionada à longevidade da atividade, que pode ser ligada, nesse caso, aos projetos de SAF implantados em São Manoel.

O uso de recursos comuns é praticado na Amazônia por diversos povos e comunidades tradicionais, dentre eles os quilombolas. Barbosa e Marin (2010), em estudo sobre os quilombolas da região do rio Capim, afirmam que é praticamente uma regra o uso coletivo dos recursos como estratégia de domínio do território. Segundo as autoras, práticas de utilização de recursos comuns por povos e comunidades tradicionais – que possuem estratégias de reprodução social ligadas às atividades extrativistas – em territórios coletivos, comprovam a eficácia do modelo sustentável e caracterizam um tipo de organização e controle do território, o uso comum, que contraria a tese dos grandes proprietários fundiários acerca da ineficácia do modo de produzir camponês (BARBOSA; MARIN, 2010).

Desse modo, as resistências cotidianas (SCOTT, 2002) permitem aos grupos dar continuidade aos seus modos de vida em situações mais adversas e conflituosas, e constituem suas formas de ação e organização coletiva, destacando-se a defesa dos seus territórios e modos de vida (WEDIG, 2016), conforme as primeiras impressões observadas nos Sistemas Agroflorestais em São Manoel.

O trabalho coletivo entre as populações tradicionais, como os quilombolas, é muito comum, e uma das tarefas mais características é o mutirão. Para Galvão (1945, p. 723), o mutirão pode ser considerado como:

[...] a prática de sadio e espontâneo cooperativismo, nascido do espírito de vizinhança e de solidariedade nas necessidades mais prementes. Cooperativismo que viceja naturalmente, sem “assistência técnica”, desconhecido e desamparado da propaganda e da proteção oficial.

Cândido (1975), sobre uma comunidade caipira do interior de São Paulo, relata o mutirão como uma reunião de vizinhos, convocada por um deles, para ajudar a realizar determinado trabalho (derrubada, roçada, plantio, colheita etc.). Em troca, a pessoa que recebe o auxílio deve fornecer alimentos e uma festa ao final do trabalho. Não há remuneração direta, mas uma obrigação moral de retribuir a ajuda daqueles que lhe auxiliaram. Esse chamado é muito comum, pois os agricultores não conseguem realizar as tarefas apenas com seus grupos domésticos.

Diniz (2017) considera que essas são formas de trabalho coletivo de natureza espontânea e solidária, bem como são relações produtivas não-mercantis intra e interfamiliares que constituem os componentes tradicionais das relações de solidariedade e reciprocidade camponesa, as quais criam e fortalecem laços

comunitários e socioafetivos fundamentais à organização e (re)produção das famílias rurais.

Sobre as origens do mutirão, que possui inúmeras denominações conforme a região, é amplamente discutido que não há uma origem ao certo sobre esse tipo de trabalho. Galvão (1945, p. 729) opina que:

Precisamos desabituar-nos dos critérios simplistas de dar aos costumes uma origem só, como ao gênero humano. [...] A nós nos parece que o auxílio mútuo não tem uma origem local. É antes uma consequência do instinto gregário do homem. Uma resultante da vida em sociedade. A unificação de esforços no sentido econômico. [...] Apenas cada grupo social o organiza segundo seus hábitos e suas tendências peculiares.

As práticas solidárias no ambiente rural brasileiro não resultaram de uma simples justaposição de influências, mas sim da integração de uma grande diversidade de condições regionais e hábitos comum das três principais etnias (africana, indígena e portuguesa) que formaram a sociedade brasileira. Como se aplicassem a atividades econômicas e sociais inerentes à própria evolução, despiram-se de alguns aspectos originais e adquiriram características autônomas. Em certas zonas, uma dessas influências étnicas terá sido mais acentuada, mas, de modo geral, elas se entrelaçam e se misturam, tornando-se difícil discernir a rigor o que se deve a um ou outro povo. A seguir, alguns exemplos de cada uma das formas de ajuda mútua das populações originárias.

Em Portugal, Caldeira (1956) explica o encontro das juntas ou conselhos, compostos por representantes das povoações, que se reúnem periodicamente para solucionar assuntos importantes e de interesse comum, como a construção ou o conserto de obras coletivas, roça, entre outros. Nesses locais, são frequentes os moinhos, os fornos, os lagares e até as forjas comunitárias que são utilizadas seguindo os regimes estabelecidos pelas juntas e em conformidade com a tradição local. Na região do Minho, se acentuaram os trabalhos em regime de auxílio mútuo, pois lá são mais frequentes e apresentam maior variedade e riqueza de detalhes. Descrevendo vários trabalhos dessa natureza em diferentes localidades minhotas, Ernesto Veiga de Oliveira (OLIVEIRA, 1955 *apud* CALDEIRA, 1956) mostrou a correspondência que existe entre o mutirão e aquelas práticas de solidariedade vicinais, observando a identidade dos seus caracteres principais e secundários. Concluiu que devido à profunda influência – em geral e especialmente no Norte –

que o português exerceu na formação da cultura e da mentalidade do Brasil, "[...] parece fora de dúvida que a persistência do mutirão entre nós se funda nas tendências do psiquismo português e mais especialmente na do minhoto" (OLIVEIRA, 1955 *apud* CALDEIRA, 1956, p. 57).

A organização social indígena teve e ainda tem como fundamento a instituição comunitária de base tribal. Historicamente, os indígenas lutaram em um meio ambiente onde se escasseavam os produtos espontâneos da flora e, por consequência, da fauna; isso determinou deslocamentos dentro do território que lhes correspondia e gerou constante temor em relação às consequências cujas causas não compreendiam. Sendo assim, lhes era imperativo uma atitude solidária nas ações e, ainda que já se assinalassem entre eles algumas atividades de caráter particular, a vida econômica, social e religiosa das etnias era dominada pelas representações coletivas. A divisão do trabalho se observava, principalmente, devidos às diferentes tarefas executadas pelos indivíduos de um ou outro sexo, sendo que os trabalhos para a subsistência do grupo eram de cunho coletivista ou grupal, e a comunidade era disposta pelo complexo familiar indígena.

Em sua passagem por Boa Vista, em Minas Gerais, Auguste Saint-Hilaire (SAINT-HILAIRE, 1937 *apud* CALDEIRA, 1956) registrou uma prática em que se notavam os aspectos fundamentais do mutirão entre os indígenas daquele município. Ele narrou que, naquele momento, os autóctones estavam festejando devido a um deles ter derrubado uma mata com o auxílio dos vizinhos e que, após a queima, aquele seria o lugar da sua plantação. Descreveu que cada cultivador convidava os vizinhos para ajudá-lo e retribuía oportunamente quando chegava sua vez. Após o trabalho, o beneficiado convidava os participantes para uma refeição em que lhes oferecia aguardente e, em seguida, realizava os batuques sob os quais os convidados dançavam toda a noite.

Diversos estudos etnológicos, desde o final do século XIX, mostraram a antiguidade das organizações de base familiar, coletiva ou comunal de diversas populações africanas. Kropotkin (1910) *apud* Caldeira (1956) descreve que as populações africanas apresentavam uma grande diversidade de sociedades e alcançaram todos os graus intermediários, desde a comuna camponesa primitiva até as monarquias bárbaras e despóticas. Os povos africanos, que em um período de cerca de três séculos foram retirados do continente para se tornarem mão-de-obra escrava no Brasil, têm uma organização social comum a essas e outras instituições,

as quais algumas ainda podem ser atualmente encontradas naquele continente, mesmo com as mudanças que ocorreram na vida institucional de suas populações em consequência da alteração do seu status econômico tradicional.

Carreira (1947) *apud* Caldeira (1956) descreve as principais expressões sociais dos Manjacos, um dos grupos étnicos da Guiné Bissau, onde observou inúmeras práticas de assistência mútua entre os nativos do território para a realização de trabalhos agrícolas, mais precisamente no desbravamento da floresta para a constituição de propriedades familiares e cultivo. Nesses trabalhos, contribuem os membros pertinentes da família coabitante de uma mesma "morança", os familiares mais afastados residentes na povoação e os vizinhos do chefe da família. O auxílio, embora seja desinteressado, impõe a obrigação de ter reciprocidade de tratamento, induzindo o dono das terras ao fornecimento de alimentação farta aos que o ajudam pelo período que durar os trabalhos. Também participam desses serviços os "[...] vizinhos ou indivíduos das classes sociais com as quais se haja realizado contrato de prestação de serviço mútuo, em concordância com as usanças" (CARREIRA, 1947 *apud* CALDEIRA, 1956, p. 71).

É inegável a influência direta dos africanos e de seus descendentes nos trabalhos coletivos das populações rurais do Brasil, pois isso se deu mediante um processo de capilaridade social, ou por intermédio dos sujeitos forros que foram integrados ao processo econômico, seja como posseiros, empreiteiros, arrendatários ou parceiros. Esses muitas vezes se deslocaram das antigas zonas agrícolas, após a abolição em 1888, para outras áreas que ainda estavam sendo desbravadas; assim, puderam exercitar o seu espírito associativista, levando novo alento a alguns lugares com suas práticas de ajuda mútua. Há de se recordar também que o sentimento solidarista dos africanos e dos afro-brasileiros foi uma força atuante durante todo o período da escravidão, exemplificado pelas confrarias, fundos de emancipação, caixas de empréstimos, irmandades e juntas. Essas instituições recolhiam contribuições dos associados e se destinavam à compra de cartas de alforria, sendo apontadas como representações do espírito solidarista dos africanos, pois eram espécies de organizações de autodefesa de grupos colocado no extremo da escala social (CALDEIRA, 1956).

No mutirão praticado em nosso país, duas são as maneiras de solidariedade manifestadas pelos membros dos grupos: a solicitada (a mais comum) e a espontânea. Na primeira, o membro que necessita de ajuda para a realização de

algum trabalho faz o convite com antecedência aos seus vizinhos. O convite pode ser feito direta ou indiretamente, e um dos convidados estende o convite a outrem que pode comparecer à reunião no dia combinado. O segundo tipo é uma cooperação que nasce do impulso de socorrer alguém necessitado e que não solicitou ajuda, sendo uma manifestação fraternal e de espírito solidário (CALDEIRA, 1956).

Em ambas as modalidades, tanto aquele que pede ajuda como o que recebe auxílio espontâneo, embora não haja contrato que os obrigue, ficam devendo a retribuição da prestação de serviço na primeira oportunidade que for solicitado ou quando se apresentar a ocasião de colaborar espontaneamente. Essa obrigação, consagrada pelo costume, é uma norma de natureza puramente moral (CALDEIRA, 1956).

No Brasil, pode-se dizer que os hábitos de cooperação ou individualistas estão subordinados à natureza específica da cultura (ao seu maior ou menor desenvolvimento técnico) e à categoria do elemento humano que dela participa. Caldeira (1956, p. 52) assim explica:

Como forma de atividade aplicável a uma parte do sistema econômico ou como comportamento social, o auxílio mútuo no Brasil é um costume desenvolvido à margem da grande propriedade fundiária, interessando principalmente as camadas pobres do campo, dispersas nas grandes áreas interiores ou mais ou menos agrupadas em explorações a que de ordinário faltam recursos para custear mão-de-obra.

Veiga e Albaladejo (2002) classificam de maneira diferente os tipos de trocas entre agricultores. O primeiro tipo são as trocas que estabelecem certa simetria quando o trabalho é trocado por trabalho, permuta evocada entre os agricultores de maneira explícita. Esse arranjo entre os agricultores é realizado em “troca de diárias”: quando a primeira é realizada, o agricultor que auxiliou deve ser retribuído, e o auxiliado deve ser avisado com antecedência para devolver a diária. Esse tipo de troca também ocorre em grupos de trabalho, nos quais o indivíduo realiza o convite a outras pessoas para realizar uma tarefa, e esse modo de ajuda é denominado de adjunto por alguns agricultores. Esse tipo de trabalho se difere do mutirão por não possuir caráter festivo e porque os dias de trabalho são contabilizados de maneira explícita. A forma de pagamento de diárias é a mesma explicada na troca de diárias. O adjunto tende a estabelecer uma relação menos incerta de pagamento de trabalho

do que no mutirão. Além da retribuição em trabalho, existem outros meios de recompensa, como a colheita repartida (de “meia”), na qual é combinada uma porcentagem da colheita como forma de pagamento ao agricultor que fornece ajuda, pois a retribuição é garantida em termos de quantidade. O termo adjunto não é utilizado na comunidade São Manoel, pois, desde então, as tarefas coletivas são designadas como mutirão.

As trocas assimétricas foram assim designadas por não implicarem em um “reembolso” explícito, mas por possuírem obrigação moral de serem retribuídas quando a ocasião se apresentar, sendo que os prazos para isso não são estabelecidos e a retribuição não cancela completamente a dívida moral. Pode-se diferenciá-las quando ocorrem entre duas pessoas, designadas como ajudas, e quando ocorrem em grupo e são chamadas de mutirões. A ajuda consiste na colaboração casual entre agricultores nas suas atividades agrícolas ou trabalhos domésticos, mas que não têm nenhuma obrigação de retribuição explícita dentro de um prazo determinado. Já o mutirão se diferencia do adjunto porque seu caráter é festivo, pois durante o acontecimento, o agricultor organizador deve fornecer boa refeição e bastante cachaça. Em oposição ao adjunto, o mutirão não cria, para seu organizador, a obrigação de retribuir rapidamente cada um dos participantes, mas sim o compromisso de participar de mutirões organizados por eles (VEIGA, ALBALADEJO; 2002).

Em termos do papel das mulheres no mutirão, embora não se tenham informações conclusas quanto às diferentes regiões do país, parece que a participação delas se dá sobretudo de maneira indireta, e só em determinadas circunstâncias, direta. No mutirão, mais do que nas habituais ocupações da família camponesa, apresenta-se o aspecto da divisão sexual do trabalho. Dada a inaptidão física para certas atividades, como as brocas e derrubadas, cabe ao homem essas tarefas. Porém, ainda que certas atividades permitam a participação das mulheres na atividade coletiva, o trabalho que geralmente lhes é reservado é o preparo da alimentação para os participantes do mutirão. Assim, simultaneamente ao trabalho dos homens na roça, ocorre o mutirão das mulheres nas casas para a execução dessa tarefa. Juntamente às mulheres, os menores colaboram com o que lhes é possível, como no transporte de água, principalmente. Entretanto, quando se trata de um serviço de extrema urgência que demande o máximo de mão-de-obra, as

mulheres participam de maneira direta da tarefa agrícola, observando-se o princípio da divisão do trabalho em acordo com a tradição local (CALDEIRA, 1956).

Ao tratar sobre as práticas de assistência entre as populações rurais da Amazônia e os seus componentes, Caldeira (1956) relata, principalmente, sobre os estados do Amazonas e do Pará. No primeiro, onde é chamada de ajuri, a prática é definida da seguinte forma:

É a reunião que se efetua, a pedido do dono do trabalho, que precisa de adjutório para levar a efeito algum trabalho que precisa fazer-se no menor tempo possível, como seria derrubar o mato, barrear as paredes das casas de taipa, etc. O dono do serviço, que se prepara sempre com antecedência, pelo tempo em que dura o trabalho, trata os convidados largamente, tanto de comida como de bebidas, e no fim há geralmente ladainhas e danças. É prática de boa vizinhança, e os que acodem ao convite adquirem por sua vez o direito de ver retribuído, quando for preciso, o auxílio que prestam o mesmo que no Baixo Amazonas se chama putirum (CALDEIRA, 1956, p. 97-98).

Para exemplificar melhor os costumes adotados durante a atividade, o autor se utiliza de vários excertos do romance "Os Igarauínas", de Raymundo Moraes. Nele, ocorrem relatos dos costumes caboclos paraense-amazonenses. O enredo se passa em uma típica floresta equatorial de escassa população, composta por caboclos em sua maioria, e que vive do cultivo de pequenas culturas de milho, feijão, cana-de-açúcar e fumo. Seguem alguns trechos:

Tôdas as providências são tomadas para o êxito do putirum. A farinha, destinada aos colaboradores durante o período em que devia durar a derrubada da mata, fôra feita com antecedência. Cada convidado devia levar seus "terens": terçado, machado, espingarda, flecha, anzol, espinhei. "Caça p'ra sustentar a gente do trabalho, custa muito. Pesca é melhó. Rende mais. - explicou a dona do serviço. (...) O primeiro dia foi gasto em combinações, distribuindo-se os postos e tarefas a realizar "de acôrdo, mais ou menos, com a vontade de cada um". Este devia roçar, aquêle devia pescar, a fim de prover, basicamente, ao sustento pessoal, aqueloutro devia amolar as ferramentas. O mesmo se fêz em relação ao pessoal feminino, encarregado de cozinhar, apanhar água, distribuir comida, lavar as peças de serventia, conduzir objetos para as proximidades da zona a roçar. (...) De sol a sol o ferro comia nas árvores. Certas árvores eram proibidas de cortar. A dona do roçado não deixava abater os cumarus, as pupunhas, as castanhas sapucaia ou do Pará, as copaíbas e as andirobas. Sobretudo as pupunhas, consideradas por todos árvores do céu. (...) Chegado o dia final do putirum, realizou-se a varrição, ou seja, a grande festa. A boca da noite dêsse último dia, rezaram uma ladainha puxada a sustância, e seguidamente urgiram as danças finais daquele exórdio agrário. O regozijo era completo porque desta feita não ocorrera a menor desgraça. Sempre caía um galho na cabeça de um; ninho de caba na daquele, lagarta de fogo na de um outro e se ferira no terçado, êste outro no

machado, aquele outro num espinho. Agora, nada (CALDEIRA, 1956, p. 98-100).

Além das demandas e exigências econômicas dos grupos, essas reuniões têm relação com a necessidade dos seus integrantes de renovar as convivências e reafirmar os sentimentos de solidariedade. Sobre o caráter religioso que o mutirão possui, Caldeira (1956) conclui:

O traço religioso que se observa na reunião de trabalho dos caboclos pode, à primeira vista, causar estranheza, sobretudo na circunstância em que se manifesta. Todavia, a um exame menos superficial, verifica-se que o elemento religioso não está propriamente associado à recreação, mas à tarefa que os congrega (CALDEIRA, 1956, p. 102).

1.1.3 Sistemas Agroflorestais

As definições de Sistemas Agroflorestais (SAF) são muito diversas entre os pesquisadores. Em uma definição estabelecida pelo *International Center for Research in Agroforestry* (ICRAF), Jose (2009) explica que SAF são:

[...] sistemas baseados na dinâmica, na ecologia e na gestão dos recursos naturais que, por meio da integração de árvores na propriedade e na paisagem agrícola, diversificam e sustentam a produção com maiores benefícios sociais, econômicos e ambientais para todos aqueles quem usam o solo em diversas escalas (ICRAF, s.d. *apud* MICCOLIS et al. 2016, p.22) .

Porém, os SAF não são sistemas agrícolas novos, pois foram muito utilizados por comunidades indígenas, ribeirinhas e caboclas, principalmente para sua subsistência (BARROS et al., 2009). Bolfe (2010), em concordância, argumenta que os sistemas agroflorestais existem há muito tempo e foram desenvolvidos por povos e comunidades tradicionais em todo o mundo, já que são os princípios arraigados às culturas milenares que foram se adaptando ao meio e se moldando à ação humana. Os SAF praticados por povos e comunidades tradicionais em zonas tropicais são ótimos do ponto de vista ecológico, biológico e da biodiversidade (DUBOIS, 2009), a exemplo dos castanhais silvestres e das aglomerações de pupunhas que, observados pelos colonizadores tempos depois, foram formados pela população indígena anteriormente a sua deterioração quando ocupavam milhões de hectares na Amazônia. Outro exemplo desse tipo de SAF são os açazais manejados pelas

populações locais e presentes em algumas áreas com grande biodiversidade interna. Tais conhecimentos e práticas de povos e comunidades tradicionais, se bem estudadas e difundidas, contribuem para o desenvolvimento sustentável, visto que se torna acessível aos pequenos produtores porque possuem baixo custo (DUBOIS, 1996). Esses sistemas partem do princípio de que cada espécie deve se desenvolver visando aproximar nossos sistemas agrícolas do ecossistema natural local ao se opor à lógica da agricultura moderna, na qual o ser humano tenta adaptar plantas e ecossistemas às suas necessidades por meio da tecnologia (BOLFE, 2010).

Para Amador e Viana (1998), a complexidade dos sistemas agroflorestais evolui dos mais simples, como os consórcios de espécies agrícolas com arbóreas que não possuem preocupações com a dinâmica sucessional, até os sistemas agroflorestais mais complexos com dinâmica e diversidade similares às florestas naturais. Miccolis (2016) analisa que os tipos de SAF mais recomendados para fins de restauração e conservação ambiental são os complexos, biodiversos ou sucessionais porque se assemelham aos ecossistemas originais em termos de processos e funções, podendo ser realizado o manejo de acordo com a lógica da sucessão natural, e são mais sustentáveis. Estes SAF permitem a inclusão do ser humano como agente ativo na restauração ecológica, já que o sistema fornece alimentos e outros benefícios sociais, como a renda; bem como é um sistema ecológico enquanto desempenha as suas funções (MICCOLIS, 2016).

Devido a sua diversidade de produtos, os SAF são menos propensos a perdas econômicas se comparados a sistemas de plantio de monoculturas, pois permitem que os pequenos agricultores lidem com as variações de preço de sua produção múltipla. Além disso, contribui para aliviar as pressões sobre as florestas primárias, podendo ser realizados em áreas a serem regeneradas ou em regeneração, como florestas secundárias, popularmente chamadas de capoeiras. Com isso, os SAF são frequentemente incluídos em projetos de desenvolvimento local que possuem propositura de manejo integrado dos recursos naturais, e são apoiados por movimentos sociais no campo e organizações não governamentais (PORRO, 2009).

As áreas com capoeiras na Amazônia são consideradas áreas de Reserva Legal (RL) ou de pousio, nas quais podem ser realizadas atividades econômico-produtivas, segundo o Novo Código Florestal. Nessas áreas, são exigidas uma reserva de 80% da propriedade rural (inciso II, art. 3º da lei 12.651, de 25 de maio de

2012), onde se pode realizar o manejo florestal para fins econômicos, tornando as florestas secundárias economicamente mais rentáveis a partir da aplicação de técnicas para a implantação de SAF. A implementação de sistemas agroflorestais em florestas secundárias é um meio de diminuir a pressão sobre a abertura de novas áreas de fronteiras agrícolas sobre florestas primárias (SCHWARTZ; FERREIRA; LOPES; 2015). O anterior distúrbio nas matas secundárias as tornam recomendadas para um novo manejo de modo a criar lacunas no dossel (SCHWARTZ; LOPES, 2015), melhorando a entrada de luz para o desenvolvimento das espécies no SAF e diminuindo a interferência negativa na diversidade de árvores da floresta secundária manejada.

Outro aspecto importante é a diminuição das áreas de agricultura de corte e queima que, conforme analisado por Kato et al. (2006), tem decrescido no período de pousio, pois provocavam a diminuição dos nutrientes do solo, além de outras consequências ao meio ambiente, como o aumento da emissão de CO₂ e do risco de queimadas. Com técnicas de manejo, como a trituração da capoeira (KATO et al., 2006), ocorrem melhorias na ciclagem de nutrientes, ao passo que diminui a quantidade de insumos externos e, por consequência, de investimentos iniciais em fertilizantes, por exemplo. Outra maneira menos onerosa de melhorar a fertilidade do solo é promover a fertilização verde por meio do plantio de espécies leguminosas que fixam o nitrogênio no solo (SCHWARTZ; FERREIRA; LOPES, 2015).

Nessa mesma perspectiva de novas formas de produção, incluindo a implantação dos SAF, há iniciativas como a do Projeto Roça Sem Queima, coordenado pela Fundação Viver, Produzir, Preservar (SILVA; LOVATO; VIEIRA, 2006) e realizado em propriedades camponesas ao longo da Rodovia Transamazônica, no estado do Pará. Os agricultores iniciaram um processo de utilização da roça sem a queima da vegetação ao deixar galhos e troncos cortados e acumulados na superfície do solo, não derrubando espécies de interesse econômico presentes na área.

Nessa mesma região, Serra et al. (s.d.) descrevem dois sistemas que utilizam conceitos agroecológicos. O primeiro é chamado de Sistema Abafado, no qual ocorre o corte seletivo de espécies (popularmente chamado de brocar): cortam-se as mais finas e, posteriormente, realiza-se o plantio de espécies de produção para biomassa – como a banana (*Musa sp.*), a mucuna-preta (*Stizolobium aterrimum*), a mamona (*Ricinus communis*) – em um sistema diversificado que pode conter mais

de duas espécies concomitantemente. O segundo tipo é denominado Sistema Picadinho, desenvolvido por Ernest Gotsch, que compartilha os mesmos princípios do abafado, porém, com a implantação das culturas definitivas no primeiro ano de preparo da área (SERRA et al., s.d). Este último é o tipo de implantação de SAF adotado pelos quilombolas da comunidade São Manoel. Nesse sistema, é possível verificar princípios norteadores da Agroecologia, como o intercâmbio de experiências entre os agricultores, a conservação da biodiversidade da área, a diversificação de espécies, o cultivo e plantio sequencial e, por fim, a diminuição de uso de insumos externos.

Outro SAF muito similar com o anterior é o Sistema Cacau-Cabruca, bastante difundido, estudado e desenvolvido em outra região do Brasil, sobretudo no Sudeste do estado da Bahia, mas que pode também ser encontrado com características estruturais semelhantes na região amazônica (SILVA, 2013). Ele é realizado em uma região de Mata Atlântica e conserva de maneira produtiva uma área florestal muito ameaçada. A palavra cabruca é, possivelmente, ao ato de brocar que deu origem a outra sinonímia, cabrocar ou cabruçar, que significam roçar a mata cortando arbustos e algumas árvores para plantar o cacauzeiro (LOBÃO, 2007; SILVA, 2013). O cacau-cabruca pode ser conceituado como um método ecológico de cultivo agrossilvicultural, que se baseia na substituição dos elementos do sub-bosque por uma cultura de interesse econômico, implantada sob a proteção das árvores remanescentes de forma descontínua e circundada por vegetação natural, não prejudicando as relações com o meio físico à qual está relacionada (LOBÃO et al., 1997).

Diferente dos sistemas apresentados anteriormente, mas que influenciaram a implantação em São Manoel, os SAF da cidade de Tomé-Açu (PA) são de tipo mais tecnificados e possuem destaque nacional. Nessa cidade, grande colônia nipo-brasileira, os SAF surgiram como alternativa devido à disseminação da fusariose nos pimentais que devastou os plantios, a partir da década de 1970, e gerou queda de preços decorrente da expansão desordenada das culturas. A busca de alternativas econômicas fez com que sistemas consorciados fossem implantados, de forma sequencial com cultivos perenes e anuais, visando aproveitar áreas antes, durante e depois do plantio da pimenta-do-reino (HOMMA, 2004). Nos SAF de Tomé-Açu predominam algumas culturas de interesse, como o cacau, o açaí, o cupuaçu e a pimenta-do-reino, por vezes combinadas entre si (BARROS et al., 2009), e espécies

de sombreamento que podem ter diferentes propósitos, como frutos, sementes, fixação de nitrogênio, madeira, dentre outros. Esses SAF apresentam menor diversidade que os SAF tradicionais e neles são utilizados grandes aplicações de insumos, como fertilizantes e agroquímicos.

Relativo ao território Jambuaçu, Sampaio et al. (s.d.) descrevem uma experiência sobre as potencialidades de desenvolvimento dos SAF no território³, no qual se demonstrou aptidão ecológica e interesse por parte dos quilombolas.

Existem diversos trabalhos a respeito de Sistemas Agroflorestais em áreas quilombolas. Silva (2012) aborda o tema relacionando a existência de remanescente da Mata Atlântica com áreas ocupadas pela população quilombola no Sudeste do país. Já no estudo realizado na comunidade quilombola do Campinho da Independência, na cidade de Paraty (RJ), Silva et al. (2012) tratou sobre a diferenciação de serapilheira e atividade microbiana entre dois tipos de SAF em uma área de agricultura anual. No estudo com foco na extensão, Andrade et al. (2013) analisou a recuperação, por meio de SAF, da cobertura vegetal de áreas degradadas ao realizar a conectividade com áreas de remanescentes florestais no quilombo do Cabral, em Paraty (RJ). Em iniciativa similar, há o trabalho de Diniz e Tubaldini (2011) nas comunidades quilombolas localizados nos municípios de Minas Novas e Chapada do Norte, no Vale do Jequitinhonha (MG), onde foram utilizados SAF no intuito de recuperar áreas degradadas ao mesmo tempo em que se almejava a melhoria das condições sociais da população. Freitas et al. (s.d.) realizaram a caracterização, a estrutura, a funcionalidade e o uso dos quintais agroflorestais da Comunidade Quilombola de Abacatal, no município de Ananindeua (PA).

Geralmente, os estudos partem de propostas dos pesquisadores para os quilombolas, frequentemente entendidos como uma transferência de tecnologia. No caso da Comunidade São Manoel, o presente estudo foi realizado nos SAF instaurados pelos próprios quilombolas, objetivando descrever as técnicas de implantação e manejo realizadas por eles, e os respeitando enquanto produtores de

³ Elaborou-se um quadro que mostrava, de um lado, as oportunidades e potencialidades das comunidades e, de outro, os pontos de estrangulamento e as ameaças. Nele, as riquezas dos recursos naturais foram consideradas oportunidades, a exemplo de igarapés, matas, solo, clima e grande variedade da flora local, o que possibilita manter a atividade extrativista como uma possibilidade de renda. Como pontos de estrangulamento e ameaças, foram listadas a queima, as condições de trafegabilidade das estradas, a baixa qualidade do transporte, a falta de assistência técnica e as dificuldades de comercialização.

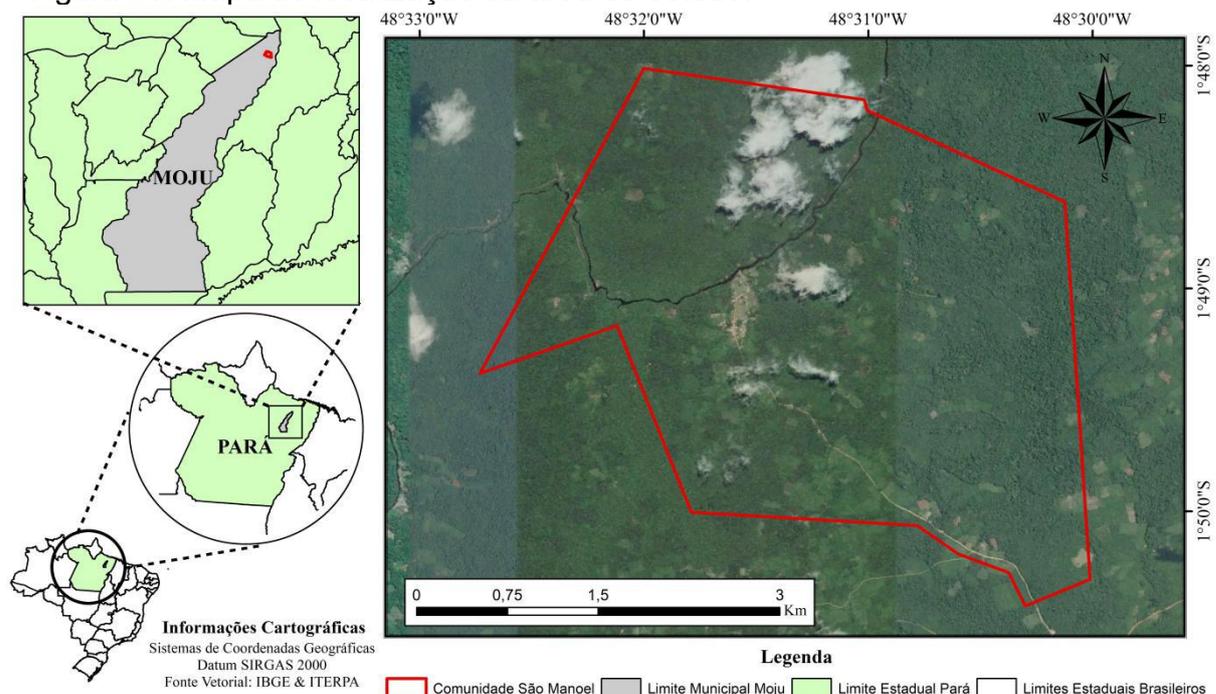
conhecimentos, assim como a sua visão de mundo. Ademais, não foram localizados na literatura científica trabalhos sobre o uso dos Sistemas Agroflorestais como uma forma de mobilização quilombola, razão pela qual se torna importante a pesquisa desta ação coletiva.

1.2 Referencial Metodológico

1.2.1 Área de estudo

O município de Moju pertence à mesorregião do Nordeste paraense e à microrregião de Tomé-Açu (Figura 01). A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 01° 53" 10" de latitude Sul e 48° 46" 00" de longitude a Oeste Greenwich (IDESP, 2011), está localizada a 126 km de Belém e é atravessada pelo rio Moju, que em tupi significa rio das cobras. Possui uma população estimada de 82.094 habitantes (IBGE, 2019), sendo a maioria pertencente à área rural. A produção de sistemas agroflorestais no município é de 1.699 ha, segundo os resultados preliminares do IBGE de 2017.

Figura 01. Mapa de localização da área de estudo.



Fonte: Elaboração do autor (2019).

Moju se originou de um povoado fundado nas terras de Antônio Dornelles de Sousa, à época, localizadas na freguesia de Igarapé-Miri; segundo relatos dos historiadores João de Palma Muniz e Theodoro Braga, tal povoado era conhecido pelo nome de Sítio de Antônio Dornelles (IDESP, 2011). Essas terras foram então doadas à Irmandade do Divino Espírito Santo e receberam a invocação do santo da confraria. Em julho de 1754, por ocasião da visita do bispo do Pará, Frei Miguel de Bulhões, o povoado foi elevado à categoria de freguesia. Porém, foi somente em 1839, mediante a lei nº 14, de 19 de setembro, que a condição de freguesia do Divino Espírito Santo foi reconhecida, desmembrando-a da freguesia de Igarapé-Miri pelo fato de que o povoado apresentou uma fase de decadência bastante significativa naquele momento. Em 1856, com a promulgação da Lei nº 279, de 28 de agosto, a freguesia do Divino Espírito Santo foi elevada à categoria de vila sob o nome de Vila de Moju e, pelo mesmo ato legal, transformada em município (IDESP, 2011).

O município possui uma área de 9.094,107 km² e faz fronteira com Breu Branco, Tailândia, Barcarena, Acará, Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri e Abaetetuba. Apresenta clima classificado como Af, segundo Köppen, com um clima tropical chuvoso caracterizado por temperatura média anual elevada de 27°C. A umidade relativa do ar é de 80% e a pluviosidade média registra aproximadamente 2.000 mm anuais (KOTTEK et al., 2006). O período chuvoso concentra-se entre janeiro e junho, havendo uma diminuição das precipitações a partir de julho, culminando em uma estação de baixa precipitação nos meses de outubro, novembro e início de dezembro (SALLES, 2001).

A vegetação é classificada como Vegetação Densa de Planície Aluvial nas áreas de várzea, Vegetação Secundária Latifoliada na terra firme, e Floresta Densa nos baixos platôs e terraços. Os solos são representados pelos Latossolos como: Latossolo Amarelo de textura argilosa e solos Concrecionários Lateríticos; Latossolo Amarelo de textura média; além da presença de Areias Quartzosas e solos Aluviais (IDESP, 2011). No município de Moju, assim como em todo o Vale do Rio Tocantins, há considerável quantidade de comunidades quilombolas, cujas principais são Jambuaçu, Laranjal e África, Moju-Miri e Samaúma.

O município de Moju possui em seu território significativa diversidade de populações tradicionais, como ribeirinhos, indígenas e quilombolas (LIMA, 2010). As principais atividades econômicas são: madeireiras (extração e beneficiamento);

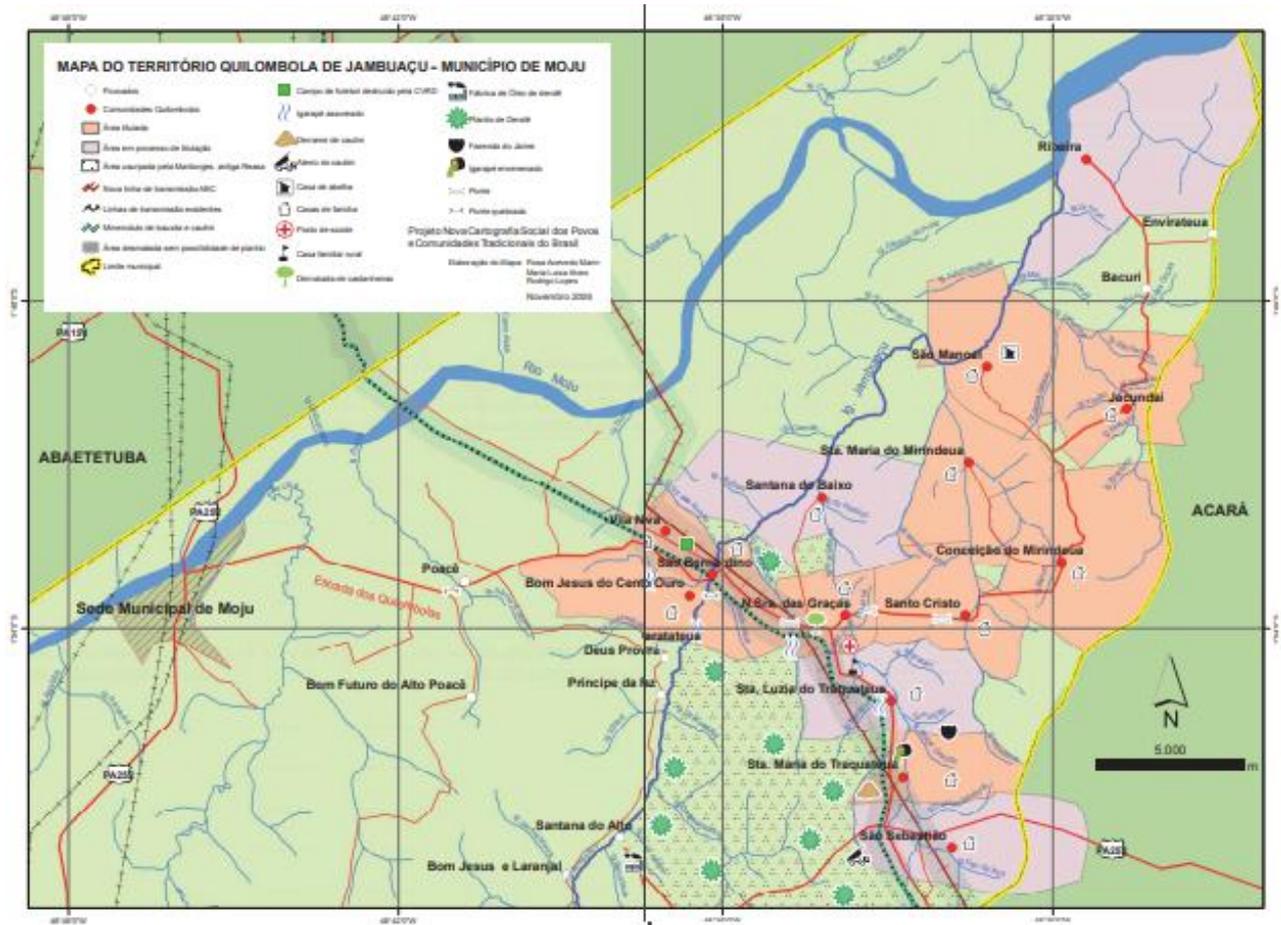
extração de seixo; monocultura de coco e dendê, e pecuária bovina e bubalina (SANTOS et al., 2017). As populações tradicionais realizam, principalmente, o extrativismo, o manejo dos açazais e o cultivo de mandioca para produção da farinha.

1.2.1.1 O Território do Quilombo Jambuaçu

O território Jambuaçu se localiza a 15 km da sede municipal de Moju, sendo perpassado pelo igarapé de mesmo nome e habitado por grupos negros rurais. Têm como meio de vida a agricultura, o extrativismo animal e vegetal (frutas diversas, caça e pesca) e a produção de farinha para consumo e venda.

As Comunidades tituladas que compõem o Território Quilombola do Jambuaçu são: Bom Jesus do Centro Ouro; Conceição do Mirindeua; Jacundaí; Nossa Senhora das Graças; Ribeira; Santa Luzia do Traquateua; Santa Maria do Mirindeua; Santa Maria do Traquateua; Santana do Baixo; Santo Cristo; São Bernardino; São Manoel; Vila Nova e São Sebastião (ALMEIDA; MARIN, 2007). As comunidades quilombolas do Território Jambuaçu estão dispostas segundo demonstra o mapa do território (Figura 02).

Figura 02. Mapa do Território Quilombola Jambuaçu.



Fonte: Almeida e Marin (2007).

Segundo Alves (2014), a observação empírica e as entrevistas acerca do tempo de ocupação e do parentesco entre as famílias, comprovam que se trata de um único grupo organizado em pequenas vilas de matriz religiosa católica, como demonstram os nomes das comunidades do quilombo, as quais realizam festas ao padroeiro durante o ano, movimentando o fluxo de pessoas entre as comunidades.

Para Lima (2010), os comunitários se identificam como mojuenses, se definem como pobres e assim são reconhecidos pela sociedade municipal. A autora reforça que, para os quilombolas, sua história está estreitamente ligada ao município de Moju, embora no que concerne aos eventos históricos mais marcantes, haja oposição aos moradores da cidade, especialmente no que se refere à política municipal dirigida aos quilombolas.

Todas as comunidades receberam a titulação coletiva da território para evitar o grave problema daquelas que acabam optando pela titulação individual, algo que

rompe um dos principais laços característicos desses grupos: o uso comum da terra e de seus recursos.

Quanto às trajetórias tecnológicas na Amazônia realizada por Costa (2015, p. 64), as comunidades podem ser enquadradas na trajetória T2, a qual:

[...] é baseada em sistemas que combinam múltiplas atividades por duas variantes: uma orientada pela dominância de bens e serviços do bioma em sistemas mistos (silviagrícolas), que acrescentam em proporções variadas a depender das condições naturais e institucionais vigentes no território onde se desenvolve, e outra que, ao contrário, se assenta em sistemas onde atividades agrícolas têm dominância em combinações também variadas, com elementos florestais originais ou sucessivos (agroflorestal). A diversidade de componentes da T2 constitui estruturação duradoura a caracterizar o território, sofrendo, porém, no decorrer do tempo, variações nas proporções dos componentes, em função das relações com os mercados e suas oscilações.

No campo preliminar, encontrei essas características enunciadas por Costa (2015) na Comunidade São Manoel, que vão desde pessoas que mantêm o seu sistema de roçado enquanto se utilizam de bens do bioma por meio do extrativismo (a exemplo do açaí), até o recente caso de implantação de SAF, corroborando na alocação dessa localidade na trajetória T2. Essa comunidade foi estudada devido à predominância de agricultores e lideranças que realizam mobilizações em torno dos Sistemas Agroflorestais. Tal iniciativa a diferencia das outras comunidades do território Jambuaçu.

Cuimar (2013) analisa que em grande parte do território Jambuaçu, devido à consolidação da produção do dendê, tem acontecido grandes mudanças nas práticas de trabalho e, conseqüentemente, nos meios e modos de vida da maioria das comunidades estudadas no que se refere à ausência do trabalho no próprio roçado por conta do trabalho assalariado. Esse estudo revela que, no decorrer das mudanças, alguns saberes e práticas culturais foram extintos ou estão em processo de extinção. Saavedra (2017) realizou entrevistas na comunidade quilombola Santo Antônio, em Concórdia do Pará (PA), com doze trabalhadores rurais que foram ou são empregados assalariados da Biopalma entre 2009 e 2017; segunda a autora, a maioria dos que trabalharam nessa empresa de dendê retornou para a atividade de roça devido à grande força física necessária para o trabalho e à falta de reais ganhos monetários, por isso preferiram voltar às suas atividades na roça com horários mais flexíveis. Essa mudança temporária de trabalhador rural para assalariado e o seu retorno para o trabalho agrícola significou que o *habitus* (para

onde se quer voltar) continua a regular a vida desse trabalhador, pois mesmo que encontre dificuldades nas atividades agrícolas, eles encontram satisfação em regressar à roça.

A perseverança dos quilombolas de São Manoel em se manterem nas atividades agrícolas torna a iniciativa dos SAF um objeto de estudo interessante em um contexto de tensões frente à pressão do grande capital nessas comunidades, pois elas reagem à condição de dependência que as empresas almejam dessa população.

1.2.2 A Pesquisa

De acordo com Silva e Menezes (2005), esta pesquisa pode ser classificada como de natureza aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, bem como se dirige à solução de problemas específicos que envolvem verdades e interesses locais; o trabalho também é exploratório do ponto de vista de seus objetivos. Quanto à abordagem, é predominantemente qualitativa, pois a caracterização da população e das suas atividades realizadas (tanto as econômicas quanto as de ação coletiva) demandaram a predominância desse tipo de dado.

Nesse sentido, foi realizado um estudo de caso em que se “[...]faz o uso do método de observação participante em uma de suas muitas variações, muitas vezes em ligação com outros métodos mais estruturados, tais como entrevistas”. Este método permite gerar uma grande quantidade de dados e possibilita uma tentativa de compreensão abrangente do grupo (BECKER, 1994, p. 118). O estudo de caso não pretende ser generalista, mas profundo.

A Comunidade São Manoel é composta por 68 famílias (CPISP, s.d.) e, dentre elas, privilegiei as que têm relação direta com a iniciativa da ação coletiva para a implantação de SAF. Nestas famílias, considerei a diversidade em termos de gênero, geração e participação na ação coletiva (na condição de liderança e de participantes).

1.2.2.1 As etapas de pesquisa

A pesquisa se divide em duas grandes etapas: revisão bibliográfica e levantamento de dados secundários; e pesquisa de campo.

- Revisão bibliográfica e levantamento de dados secundários

Nesta etapa, um levantamento pormenorizado da produção científica foi realizado tanto para delimitar o tema de estudo e visualizar as lacunas no conhecimento (BRUMER et al., 2008), quanto para disciplinar o olhar e me apropriar do debate relativo aos quilombolas, sistemas agroflorestais, ação coletiva. O levantamento de dados secundários diz respeito aos quilombolas no Brasil, no Pará, em Moju, no Jambuaçu e em São Manoel, e angariou as informações demográficas, econômicas e de políticas públicas direcionadas a esse grupo social.

- Pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada em quatro incursões na Comunidade São Manoel, entre os dias 20 de maio de 2018 e 28 de maio de 2019, por meio de observações e entrevistas. Os participantes assinaram os termos de autorização de uso de imagem e depoimento (apêndice A), os quais foram posteriormente cadastrados no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen).

As observações serviram para identificar a organização espacial da comunidade, o fluxo das pessoas para o trabalho e as formas de lazer. Também identificamos como são realizados os deslocamentos e as atividades no SAF para entender a dinâmica social da comunidade e as relações interpessoais entre os quilombolas.

Realizei entrevistas (apêndices B, C e D) de três tipos: histórias orais temáticas (histórica); entrevistas com questões abertas com lideranças; e entrevistas semiestruturadas com os agricultores que implantaram Sistemas Agroflorestais (SAF), variando conforme o tipo de entrevista. Segundo Flick (2013), as entrevistas cobrem o escopo pretendido e são uma forma de orientação para os entrevistadores, os quais objetivam, sobretudo, obter visões individuais do entrevistado sobre o tema. Para Farr (1982) *apud* Gaskell (2012, p. 64), a entrevista é "[...] essencialmente uma

técnica, ou método, para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, ou pontos de vista sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista".

As entrevistas históricas e com lideranças foram realizadas nas casas dos entrevistados. Já com os produtores que possuem SAF, as entrevistas ocorreram nos seus limites de trabalho em campo. Isso ocorreu de maneira intencional, por conta da maior imersão e percepção da riqueza de detalhes e informações do agricultor quando está em seu ambiente de trabalho. Freitas (2002, p. 29) caracteriza esse tipo de entrevista da seguinte maneira:

[...] nessa abordagem a compreensão dos fenômenos a partir de seu acontecer histórico no qual o particular é considerado uma instância da totalidade social. A pesquisa é vista como uma relação entre sujeitos, portanto dialógica, na qual o pesquisador é uma parte integrante do processo investigativo. [...] O enfoque sócio-histórico é que principalmente ajuda o pesquisador a ter essa dimensão da relação do singular com a totalidade, do individual com o social. A entrevista, na pesquisa qualitativa de cunho sócio-histórico, também é marcada por essa dimensão do social. Ela não se reduz a uma troca de perguntas e respostas previamente preparadas, mas é concebida como uma produção de linguagem, portanto, dialógica. Os sentidos são criados na interlocução e dependem da situação experienciada, dos horizontes espaciais ocupados pelo pesquisador e pelo entrevistado. As enunciações acontecidas dependem da situação concreta em que se realizam, da relação que se estabelece entre os interlocutores, depende de com quem se fala. Na entrevista é o sujeito que se expressa, mas sua voz carrega o tom de outras vozes, refletindo a realidade de seu grupo, gênero, etnia, classe, momento histórico e social.

As entrevistas semiestruturadas possuíam questões pré-determinadas e abertas, e que foram utilizadas para: i) levantamento objetivo dos principais atores envolvidos com SAF na Comunidade São Manoel e identificação das principais características dos entrevistados (sexo, idade, estado civil, escolaridade etc.); ii) levantamento das características da ação coletiva local e da gestão dos recursos naturais; iii) levantamento das características dos processos de implantação e manejo dos SAF pelos agricultores, visando obter informações sobre as técnicas e materiais utilizados durante todo o processo.

As entrevistas históricas foram importantes para a construção da base temporal da comunidade, pois possibilitaram a descrição da fundação, dos principais momentos políticos e econômicos do território, das principais mobilizações e do papel da ação coletiva desde o passado até os dias atuais.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e analisadas por meio do método de decupagem. Realizei sete entrevistas históricas com as pessoas mais

idosas da comunidade; cinco entrevistas com as lideranças reconhecidas pela comunidade; e quinze com agricultores que possuem SAF, contabilizando um total de 27 entrevistas. Alguns comunitários se enquadravam em mais de uma categoria, o que correspondeu a um total de 19 entrevistados. Uma nova ida a campo foi realizada para complementar as questões que ficaram incompletas, principalmente as relacionadas com a gestão dos bens comuns.

No decorrer das observações e entrevistas, foram coletados pontos de GPS em cada limite de trabalho dos agricultores⁴ com o aparelho *Garmin Etrex Vista HCx*, que possui uma margem de erro de aproximadamente 3 metros. O objetivo foi visualizar a distribuição das áreas de SAF nos limites da comunidade. Também foram fotografadas as áreas e registrado um vídeo no qual os agricultores, de maneira voluntária, explicam como manejam o seu espaço. Tendo em vista a diversificação de estágios dos plantios, o método de trabalho de gravar cada agricultor se tornou um recurso interessante devido à diversidade de informações que cada fala apresentou. Foi utilizado também o mapeamento participativo, considerado “[...] uma técnica baseada na coleta de informações baseadas na percepção e conhecimento que os indivíduos e grupos têm do espaço em que vivem” (SOUZA, 2009, p.14). Utilizamos cartolinas e pincéis marcadores de diferentes cores na elaboração desse mapa.

Durante o trabalho de campo, foi possível acompanhar a realização de diferentes tipos de mutirão; um deles aconteceu para a mudança do local do viveiro de mudas de espécies florestais, no qual auxiliei o grupo nos trabalhos e registrei o processo em fotografias e vídeos. Os outros dois foram para atividades de produção: manejo de açaí e capina de um pimental comunitário. Além disso, participei de algumas reuniões da associação, as quais, na sua maioria, tiveram relação com as decisões do grupo de trabalho, e outras ocorreram com órgãos externos à comunidade, como a reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap), a respeito do Pará Rural. Nessas reuniões, fui apresentado às pessoas da localidade e pude explicar um pouco sobre a pesquisa que estava realizando. Em uma das reuniões, requeri de maneira escrita e verbal a autorização para o cadastramento da pesquisa no SisGen, cuja permissão me foi concedida pelo presidente da associação de São Manoel.

⁴ Chamado assim devido à questão da titulação coletiva.

- Sistematização, análise e escrita

Os dados foram sistematizados por meio da transcrição do conteúdo das entrevistas, bem como pela construção de tabelas, quadros e gráficos, cuja visualização e confrontação com os dados de fontes secundárias permitiram elaborar uma narrativa em diálogo com a literatura.

Nas entrevistas, todo elemento do *corpus* tem a sua significação, sendo que todo detalhe deve encontrar seu lugar no modelo por meio de uma análise exaustiva das falas (MICHELAT, 1982). As análises do conteúdo das entrevistas foram realizadas inspiradas em Michelat (1982), por intermédio do método de leituras horizontais e verticais. Segundo Michelat (1982), a atenção dedicada a cada entrevista é simultânea à relação das diversas entrevistas entre si, o que conduz a uma alternância entre as leituras verticais, em que se observa a lógica de cada uma, e as leituras horizontais das entrevistas, que estabelecem a relação de umas com as outras.

No processo de escrita, me orientei por Oliveira (2000), o qual diferencia o ato da escrita em dois momentos: o primeiro estando em campo e o segundo estando fora dele, em ambiente urbano e usufruindo da companhia de colegas e da instituição universitária. Essa segunda parte é importante por conta do processo de textualização dos fenômenos socioculturais vivenciados pelo pesquisador, os quais possuem um significativo papel no decurso da comunicação na comunidade acadêmica. Assim, a interpretação é mais que mera tradução dos dados, pois está relacionada aos conceitos básicos da teoria escolhida (OLIVEIRA, 2000).

A escrita foi realizada por meio da impregnação, momento em que foram analisados os pontos convergentes e divergentes em relação ao debate teórico; os dados, por sua vez, foram organizados e transcritos no processador de textos. As cadernetas e o diário de campo foram utilizados para registros das atividades de campo, anotação das impressões sobre atividades e diálogos realizados; ao final, esses elementos foram textualizados e analisados de forma que pudessem ser feitas as relações do observado em campo com as devidas teorias envolvidas.

CAPÍTULO 2. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE, DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DOS ATORES

O objetivo deste capítulo é caracterizar a comunidade São Manoel como um todo: seu histórico, principais estruturas físicas, organizações sociais e particularidades de seus habitantes.

A Comunidade São Manoel possui 1.293,18 ha e seu perímetro é delimitado pelos igarapés Sarateua, Mirindeua e, em parte, pelo Jambuaçu, que o transpassa. Atualmente, é representada pela Associação Quilombola dos Agricultores de São Manoel. Em uma de minhas entrevistas, um dos agricultores relatou que o quilombolo Jambuaçu se originou a partir da fuga de negros escravizados do engenho Jaguarari⁵ (LIMA, 2012).

A história social do Pará apresenta os negros nos engenhos de cana-de-açúcar a partir do século XVIII; contudo, a vida dos escravizados nesses estabelecimentos rurais continua sendo pouco estudada e conhecida. Assim como no Nordeste do país, a casa-grande simbolizou o sistema senhorial típico e representativo da área da lavoura canavieira. No Pará, existiram algumas que se assemelharam às casas-grandes nordestinas em muitos aspectos: em escravaria, na suntuosidade das edificações e na opulência dos senhores. O grandioso engenho Jaguarari era de propriedade dos jesuítas, mas foi posteriormente incorporada pela família Pombo, cujo representante mais influente foi o barão e fazendeiro Ambrósio Henriques da Silva Pombo (SALLES, 1971). Esse foi hospedeiro dos naturalistas Spix e Matius, que elogiaram suas propriedades e registraram o tratamento humanitário que o patriarca dispensava aos escravizados (LIMA, 2012).

Segundo Salles (1971), diversos mocambos⁶ foram formados nos igarapés menores, e essa teria sido a gênese dos quilombos adjuntos às lavouras canavieiras próximas às bacias dos rios Moju, Capim e Tocantins. Nas regiões banhadas pelo rio Tocantins e seus afluentes, que inclui a cidade de Moju, desde o século XVIII, havia uma tradição quanto à formação de mocambos (comunidades de fugitivos e

⁵ O engenho foi palco de lutas sangrentas na época da Cabanagem (movimento de caráter político e popular que aconteceu na província do Grão-Pará de 1835 a 1840). O sítio arqueológico do engenho é localizado na margem direita do rio Moju junto à ponte Moju-Alça, no município de Moju, compreendendo uma faixa de terra de mais de 1.000 metros de extensão. Além do antigo engenho, foram encontrados vestígios de duas calhas feitas de alvenaria de pedra, alicerces e indícios do porto, assim como um cemitério e as ruínas de uma igreja construída em alvenaria, pedra e tijolo (LIMA, 2012).

⁶ Aglomeração em núcleos de escravos africanos ou indígenas fugidios (GOMES, 2005).

desertores) e à constituição de um campesinato negro. No século XIX, com a expansão mais estabelecida dos contatos fluviais para o abastecimento e comércio clandestino com a cidade de Belém, alguns mocambos se transformaram em comunidades camponesas, articulando cada vez mais suas práticas econômicas (GOMES, 2006).

A proximidade com a capital e as grandes concentrações de negros facilitaram aglomerações com finalidade de fuga para os mocambos. As regiões do criatório no Marajó, a agricultura no baixo Tocantins e a lavoura de cana-de-açúcar no Guajará têm fortes traços culturais africanos até os dias atuais, os quais foram elementos fixadores dos negros nessas localidades (SALLES, 1971).

O território do Jambuaçu está localizado na porção norte do município de Moju. Seu nome se justifica pelo igarapé Jambuaçu que deságua na margem esquerda do rio Moju (CUIMAR, 2013). De maneira geral, o quilombo nesse território é composto historicamente por pequenas vilas de matriz religiosa católica, o que pode ser visto nos nomes das comunidades. Isso não impossibilita a existência de outras religiões, como a evangélica e as de matrizes africanas, que se manifesta nos nomes das associações quilombolas em referência aos orixás (Associação Quilombola Oxossi da Ribeira, Associação Quilombola Oxalá do Jacundaí, dentre outros). Também foi relatado em campo outras práticas religiosas, como as curas realizadas por pajés. Em termos religiosos, foi constatado nas entrevistas o papel fundamental da irmandade. As Irmandades Negras⁷, confrarias de extrema importância na história de luta e resistência da população negra no Brasil, serão abordadas mais profundamente a diante.

Pereira (2008a), conforme suas entrevistas, datou que algumas comunidades do território Jambuaçu possuem mais de 120 anos. Cuimar (2013) relata que 1885 é o ano cunhado na fachada de uma igreja na comunidade de Nossa Senhora de Santana do Alto. Já em Santa Maria do Traquateua, os comunitários relataram que a vila possui mais de 130 anos (ALVES, 2014), o que corrobora com os diversos estudos e datas aproximadas de fundação das vilas do território Jambuaçu.

Cuimar (2013) descreve a formação de povoados no Baixo Jambuaçu, iniciados no rumo da cabeceira, tratando-os como pequenos “lugarejos”, tais como Xibé e Nossa Senhora da Santíssima Trindade. Já os povoados São Manoel,

⁷ Irmandades de Cor do Brasil foi uma entidade criada pela Igreja Católica com o objetivo de catequisar a população negra no Brasil (SILVA, 1994).

Santana de Baixo, São Bernardino, Santana do Alto e Ribeira são os mais antigos situados na foz do rio Jambuaçu. No alto Jambuaçu, predominam as matas virgens, com abundância de madeiras de lei, caça e peixe.

2.1 Formação da comunidade São Manoel: da irmandade até as lutas atuais

A Comunidade São Manoel foi o lócus de estudo de Santiago (2018), autodesignado quilombola, que analisou um grupo focal composto pelas pessoas mais velhas das comunidades do quilombo Jambuaçu. Segundo o autor, não há consenso sobre o período de formação da comunidade, devido à divergência a respeito das datas. Os anciãos da comunidade estudada relataram que a Irmandade de São Manoel foi formada em 1901 por meio da doação do terreno pela família de Manoel Gonçalves (SANTIAGO, 2018). Segundo as narrativas dos quilombolas, antes da fundação da comunidade, as residências se espalhavam pelo território Jambuaçu de diferentes formas, estando a maioria delas nas entradas de igarapés menores, assim como depois da abolição se situaram na beira do Igarapé principal, o Jambuaçu.

Os mais velhos contaram que a Vila São Manoel começou por conta da necessidade das pessoas que moravam ao redor da atual vila terem um cemitério para enterrar seus mortos. Isso aconteceu após uma desavença com o proprietário do lote do antigo cemitério, que proibiu o enterro de pessoas naquele local. A partir daí, as pessoas se juntaram para abrir outro cemitério no terreno doado pela família do senhor Manoel Gonçalves.

Após abertas as picadas e definido o lugar do cemitério, os primeiros mortos foram enterrados. As pessoas mobilizaram mutirões para limpeza da área do porto até o cemitério. Inicialmente, por ser dispendioso ir e voltar de barco naquela época, os antigos resolveram montar acampamentos próximos à área do cemitério; posteriormente, construíram suas casas nesse espaço, bem como surgiu a ideia da criação de uma Irmandade. O conteúdo convergente das diversas entrevistas históricas apontaram que a escolha do local se deu por causa da quantidade de terra firme que há próximo ao igarapé Jambuaçu. O porto do Amapá foi o primeiro a ser construído, no início do século XX, para o desembarque dos primeiros mortos, e fica dentro da comunidade, sendo utilizado apenas como área de lazer atualmente.

Sobre a origem das irmandades, Silva (1994) aponta que as Irmandades de Cor do Brasil foram criadas pela Igreja Católica como forma de catequisar a população africana que chegava ao Brasil. Elas eram representadas, principalmente, pela Confraria do Rosário, cuja máxima expressão foi a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, localizada em Salvador, de onde lá se espalhou pelo país⁸. Além disso, essa irmandade servia como uma válvula de escape para as humilhações que os negros sofriam, pois segundo a autora:

Ser irmão em uma irmandade era uma forma de ter prestígio, de resgatar a sua condição de homem, de se igualar ao branco ao menos no aspecto religioso, mesmo que não pertencessem a mesma Irmandade, poderiam participar das solenidades religiosas e fazer festas e procissões tão ricas quanto as dos brancos, seus senhores (SILVA, 1994, p. 60).

Além de enterrar os mortos, festas eram realizadas na comunidade para atrair os quilombolas que chegavam de outras comunidades do Alto Jambuaçu. No início da Irmandade, o santo celebrado era São Brás, mas o doador do terreno pretendia que o santo da comunidade tivesse relação com seu nome. Então, um padre italiano trouxe consigo de sua viagem à Europa a imagem de um santo chamado São Manoel, e a peça está na igreja da comunidade até hoje. Em uma festividade realizada na igreja durante a pesquisa de campo, um dos agricultores me relatou que, para eles, São Manoel era um soldado católico que conheceu a paz por meio da caridade. Essa narrativa promove a representatividade do santo para os quilombolas, os quais consideram que são protegidos por um guerreiro que encontrou uma força maior em todos os valores que a fé pode proporcionar às pessoas.

Nas entrevistas em São Manoel, os mais idosos relataram que poucas pessoas realmente moravam na comunidade no princípio, pois o restante dos associados morava em outras localidades que iam até o Alto Jambuaçu. Porém, ao

⁸ A conversão dos negros à religião dos seus senhores era uma forma de dominação. Por meio dela, retirava-se desses povos o acesso às suas culturas e religiões ancestrais na tentativa de torná-los mais obedientes aos trabalhos. Com o tempo, esse instrumento de dominação foi sendo transformado em trincheiras de resistência. Para a autora, assim como as revoltas coletivas, tais confrarias também foram formas de resistir, pois nem sempre os escravizados viveram em quilombos. Além desse aspecto, elas foram muito importantes como meio de alforria de diversos irmãos e mantenedoras das culturas africanas, mesmo que sob a égide da Igreja Católica, onde conseguiram manter as congadas e cultuar seus deuses ancestrais com suas danças, batuques e cantos (SILVA, 1994).

se associarem à Irmandade, recebiam o direito de construir uma casa na comunidade para passar o período da festa do padroeiro, comemorado no dia 17 de junho; isso contribuiu para o desenvolvimento do processo de fixação de diversas residências na localidade, pois, posteriormente, as pessoas se mudaram para lá.

Durante o ano, eventos eram realizados em diversas comunidades com o objetivo de arrecadar dinheiro para a festa do santo. Uma senhora relatou que no período da festividade (que durava uma semana), eram trazidos sete bois da ilha do Marajó para serem vendidos para a alimentação, um para cada dia de festa. Muitas dessas famílias, por gostarem do local, acabaram se estabelecendo na comunidade e recebendo terras para trabalhar. Na época, o acesso às terras não era um problema devido à abundância de matas e à baixa densidade demográfica. Entrevistados afirmaram que muitas matas (florestas primárias) foram cortadas e queimadas para fazer a roça. Havia demasiados recursos, como matas, caças e peixes; exemplares de árvores como castanheira e açazeiro; e diversas madeiras de leis e cipós utilizados no cotidiano.

Com esse crescimento, a vila se tornou o centro do território Jambuaçu, sendo até maior que a área urbana de Moju naquela época. Isso se deve ao posicionamento estratégico no curso do igarapé Jambuaçu, o qual era a principal rota para comercialização e deslocamento para as cidades de Moju e Belém antes da abertura das estradas. Em 1955, o município de Moju vivenciou uma tentativa de desmembramento de seu território para que pudesse ser estabelecido o município de São Manoel de Jambuaçu. Inclusive, foram construídos prédios para prefeitura e delegacia, além de barracões para o estoque de itens comercializados. Porém, essa tentativa não prosperou, pois a lei nº 1.127, de 11 de março de 1955, que almejava o desmembramento, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) (IDESP, 2011).

Na década de 1970, a dissociação da Irmandade ocorreu após os moradores de São Manoel se associarem à Comunidade Eclesial de Base (CEB)⁹, entidade da

⁹ São comunidades porque reúnem pessoas que professam a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais porque são congregadas na Igreja como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base porque são integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): na periferia urbana, donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços; na zona rural, é formada por assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares (BETO, s/d).

Igreja Católica representada pela figura do Padre Sérgio Tonetto. Essa cisão da irmandade local não aconteceu de forma totalmente pacífica, pois muitas das pessoas associadas à Irmandade não concordaram com a adesão à CEB e se retiraram da comunidade São Manoel. Foi relatado que enquanto ocorria uma romaria com a imagem de São Manoel em Jacundaí, alguns membros da comunidade retiveram o santo. Eles eram os antigos dirigentes da Irmandade que ficaram insatisfeitos com o fim da confraria; porém, não tiveram êxito em sua atitude porque a festa ocorreu mesmo sem a imagem do santo.

Em uma das entrevistas, um morador contou que as pessoas contrárias achavam que a expressão “comunidade” era “coisa de comunista” e, portanto, discordaram da conversão. Vale frisar que o país ainda estava sob o regime da ditadura militar, e havia o medo de represálias. Hoje, a comunidade continua tendo bastante influência da CEB, o que se pode observar pelos cantos desses tempos entoados nas cerimônias, pelos ideais das principais lideranças, e por haver um estreito contato dos membros da comunidade com a CPT, comissão que foi essencial para os quilombolas em diversos períodos.

A CEB emprega a Teologia da Libertação, cuja ideologia não é somente evangelizar, mas incentivar a consciência política das classes menos favorecidas por meio da formação da consciência de classe, seja nas periferias, seja nas comunidades do campo que sofrem pressões dos grandes projetos desenvolvimentistas. A referida teologia foi essencial para o despertar das Comunidades Eclesiais de Base, pois nelas se criavam condições para a importância da tomada de consciência da população, a qual estava habituada a esperar que seus direitos básicos viessem das autoridades. Com a criação das CEB, estas comunidades passaram a fazer parte de uma rede de solidariedade para que, juntas, pudessem reivindicar os direitos dos quais se consideravam privados (SACRAMENTO, 2007).

A CEB surgiu como uma opção da igreja para buscar uma estrutura eclesial descentralizada, na qual as decisões eram tomadas por meio de assembleias, onde se propôs a Teologia da Libertação, comprometida com as causas populares. Essa comunidade surgiu no Brasil no período do governo militar, e muitos setores sociais encontraram nela uma forma de luta, mas a CEB não abandonou seu cunho religioso (FGV, s/d). A explicação para a criação das CEB no meio rural é, até hoje, plausível por conta da desatenção dada a esses setores da sociedade.

As CEBs se formaram, de modo geral, em regiões cuja população não era frequentemente atendida pelo padre. Dadas as grandes extensões territoriais ou demográficas de muitas paróquias rurais e de periferia urbana, a Igreja Católica passou a estimular leigos e leigas a assumirem por si mesmos os serviços religiosos em sua comunidade. Ocupando uma posição de liderança religiosa, essas pessoas tenderam a assumir também um lugar de destaque no sistema de poder local. Inspirados por uma leitura libertadora da Bíblia que fala do Reino de Deus já na História, os membros das CEBs procuraram realizá-lo atuando em movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos e partidos políticos, assumindo normalmente posições que podem ser caracterizadas como de esquerda pela valorização do igualitarismo, da democracia direta e da utopia socialista, o que explica a afinidade de muitos de seus membros com o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central de Movimentos Populares (FGV, s/d).

Isso é corroborado pela fala de uma das lideranças que lutou junto com a CEB e a CPT, via organização social, no conflito contra a empresa de dendê REASA, na década de 1980, pois a corporação queria se apropriar das terras da comunidade naquela época. Essas instituições de base, além de levar essa luta a outras comunidades do território Jambuaçu, também ajudaram os comunitários a terem suas reivindicações atendidas pelo governo paraense, e a terem suas vozes políticas ouvidas. Várias lideranças rurais foram levadas da Amazônia para dialogar durante a criação de um partido que representasse suas causas. Segundo a liderança entrevistada, “ele foi fazer uma fala em São Paulo na fundação do PT, junto com mais tantos companheiros aqui do Pará”, o que demonstra a importância que a CEB teve no aglutinamento de diversas lideranças do meio rural para o campo político, pois essas não eram ouvidas anteriormente.

Outra herança dessa época são as celebrações na igreja realizadas por membros da comunidade que aproximam a palavra bíblica da realidade vivida. Atualmente, muitas atividades são organizadas pelo grupo de jovens, visando se tornarem as futuras lideranças para dar continuidade ao processo não apenas religioso, como também de organização comunitária.

A partir de 1979, a Igreja preferiu se distanciar dos movimentos populares. Assim, as CEB foram perdendo sua caixa de ressonância na sociedade por meio da voz dos bispos e teólogos oficiais (FGV, s/d). Em campo, observei que elas ainda continuam muito ativas no trabalho de base e na organização de grupos que unem a fé cristã à atuação sociopolítica na comunidade local. Entretanto, mesmo possuindo menor visibilidade social e menor influência institucional do que nos anos anteriores,

elas ainda formam lideranças populares atuantes em movimentos sociais, sindicais, políticos e culturais.

É perceptível nas falas dos comunitários que, após se integrarem como uma Comunidade Eclesial de Base, os quilombolas desenvolveram maior conscientização política e social sobre a vida da população. Ela é muito lembrada, até hoje, por meio das figuras de Padre Sérgio Tonetto (que dá nome à Casa Rural Familiar), assim como pela Comissão Pastoral da Terra (Guajarina). Além de ter a função primordial do ensino religioso, realizou as celebrações de missas na comunidade (antes abandonada nesses termos). A CEB discutia as passagens bíblicas associando a exemplos de questões importantes do cotidiano das pessoas, como seus direitos e o que estava ocorrendo no país relativo ao regime ditatorial, no mesmo período em que os grandes projetos na Amazônia se expandiam. Essa conscientização impactou profundamente a comunidade, pois associava a fé que já possuíam à ampliação da percepção das mazelas sofridas. A Igreja estimulava na população a apropriação coletiva da terra e as lutas sociais locais, e isso foi concomitante ao incentivo que o governo federal passou a dar para a formação de associações representativas para titulação coletiva da terra, em substituição às políticas de lotes individuais para o campo na região Amazônica. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2006).

No início dos anos 1980, houve a primeira luta em São Manoel relativa à possibilidade de perda de áreas para a REASA, a qual comprou terrenos de um dos membros da comunidade. Outras famílias trabalhavam nessas terras vendidas e não foram consultadas sobre a venda. Por seu turno, a empresa prometia que as pessoas poderiam ficar em suas terras e garantir empregos para todos na comunidade; porém, o processo de plantio de dendê não chegou na área. Os quilombolas observaram o que estava ocorrendo em outras comunidades do Jambuaçu, em que as pessoas perdiam suas roças, sofriam com degradações ambientais e ameaças, e não contavam com o emprego prometido. Uma das lideranças conta que quando o padre chegou na comunidade, faltavam dois anos para acabar o prazo que tinham para sair da terra, e ninguém sabia como reavê-las. Com a ajuda da CPT e de órgãos do governo estadual, as terras foram retomadas com muita luta, incentivada principalmente por Padre Sérgio. Isso só foi possível porque a empresa não registrou os documentos de compra no Instituto de Terras do Pará (Iterpa). Segundo uma das lideranças entrevistadas, foi feita uma grande roça

e toda a renda foi utilizada para pagar um agrimensor para medir as terras da comunidade e dar entrada no polígono da área.

Segundo Pereira (2015), há pesquisas que mostram que a entrada da REASA no território causou invasão de terras e consequências irreparáveis com a implantação da monocultura do dendê, como danos para o meio ambiente e para a alimentação dos comunitários. Os quilombolas não puderam mais obter o mesmo desempenho de produção em seus roçados, seja por conta das influências ambientais, seja pelo aumento da estiagem em razão da derrubada de matas nativas e ciliares; destruição de nascentes, o consequente assoreamento das águas (rios, igarapés e nascentes) e a poluição do solo, do ar e da água por causa do uso intensivo e indiscriminado de agrotóxicos também foram alguns dos danos causados pela produção do dendê. Ao mesmo tempo, muitas famílias quilombolas deixaram de trabalhar em suas terras porque perderam ou venderam parte delas. Sem alternativas para o plantio, foram trabalhar como assalariados na REASA (PEREIRA, 2015).

Nos primeiros anos da década de 1980, o município mojuense foi atingido pelos conflitos no campo, e a tentativa de expulsão dos camponeses era marcante. Os grandes projetos almejavam expandir suas áreas, uma vez que esse era um requisito para obterem mais créditos. Embora existissem leis que assegurassem direitos aos posseiros, essas não foram respeitadas, e criaram-se mecanismos que favoreciam os empresários aptos a ampliarem seus projetos (SACRAMENTO, 2007). Dentre os fatores criados para garantir a posse ilícita, destaca-se a grilagem de terras, procedimento em que um empresário adquiria uma quantia de terra e, por intermédio de advogados, recorriam aos cartórios para aumentar a área em quantas vezes desejasse. A consequência disso era a retirada das pessoas que habitavam o local há muito tempo (SACRAMENTO, 2007).

Após São Manoel reaver suas terras, suas lideranças levaram a luta e a conscientização para as outras comunidades. Um dos líderes entrevistados foi um dos principais mobilizadores de pessoas na articulação das ações no território. Por conta dessa articulação, foi perseguido durante o início da década de 80 por pistoleiros, mas a ação não teve sucesso porque não o encontraram na comunidade naquele momento. Enquanto essas lutas eram travadas, fortaleceu-se um senso coletivo referente ao território Jambuaçu; concomitantemente, foram criadas associações em cada comunidade do território, assim como uma que reuniria todas

as associações comunitárias. Ressalta-se aqui a importância, nesse período histórico, do auxílio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, o qual defendeu tanto as comunidades quilombolas, como também os pequenos agricultores que estavam em conflito com as empresas na expansão da dendeicultura.

Após as ações contra a REASA, as comunidades do Jambuaçu perceberam a importância das lutas coletivas no território e elas serviram de experiência para a luta que veio a seguir contra a Companhia Vale nos anos 2000. Na época deste segundo conflito, começaram os processos relativos ao reconhecimento das comunidades quilombolas, porém, a empresa continuou suas obras sem consulta ou autorização das comunidades. Segundo relatos, a CVRD adentrou o território delimitando os espaços da obra e instalando as máquinas para a implantação de minerodutos de transporte de caulim e bauxita, assim como para a construção da passagem de um linhão de energia elétrica.

O histórico mais recente de empreendimentos no território são das empresas Pará Pigmentos e Rio Capim Caulim, as quais implantaram os dois primeiros minerodutos no território para o transporte de caulim. O empreendimento teve continuidade com a CVRD, que executou a construção do mineroduto para o transporte de caulim e bauxita de Paragominas até o complexo industrial de Vila do Conde, bem como instalou mais quatro minerodutos e um “linhão” de transmissão que atravessa o quilombo. Essas obras foram feitas sem reconhecer a condição jurídica do território quilombola (ALMEIDA; MARIN, 2007).

Segundo depoimentos de várias pessoas, a empresa os pressionou para que assinassem documentos e os intimidou para o recebimento de indenizações mínimas e individuais, atos que não foram acompanhados por advogados que defendessem os interesses dos quilombolas. Dossiês foram elaborados pela CPT Guajarina e encaminhados, em abril de 2005, para o Ministério Público e diversos órgãos¹⁰ que demoraram em considerar as questões pleiteadas e adiaram o cumprimento dos direitos dos quilombolas de Jambuaçu. A empresa, por meio de uma ação, pleiteou a anulação do Termo de Compromisso assinado por seu representante em 26 de outubro de 2006 ante o promotor de justiça, o prefeito de Moju e treze representantes das comunidades (ALMEIDA; MARIN, 2007).

¹⁰ Secretária de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Programa Raízes, o Iterpa e a Fundação Cultural Palmares.

Nesse contexto, São Manoel não perdeu áreas e foi impactada de maneira indireta, pois foi registrado nas entrevistas que as águas ficaram barrentas (“tipitinga”) por uma semana no período da instalação dos minerodutos e os comunitários tiveram que lidar com o vazamento de caulim. Isso teve diversas consequências, como a morte de peixes, a inutilização do igarapé para consumo, banho e outras finalidades, sendo necessário recorrer a igarapés menores para essas tarefas. A principal reclamação dos quilombolas é a falta de aviso por parte das empresas para precavê-los dos impactos, assim como alegam que elas podiam ter contribuído com caixas d’água e poços para fornecimento de água e consumo da população enquanto realizavam a obra. Porém, o impacto mais grave citado foi relativo à mudança nos meios de vida no território, com interferências e ações danosas de funcionários da empresa que têm consequências no território até hoje por conta da mudança de comportamento e falta de segurança.

As lideranças de São Manoel contribuíram muito na luta contra a empresa e na criação das Associações Quilombolas do Território de Jambuaçu (BAMBAÊ), onde uma liderança da comunidade é o presidente dessa associação em épocas de maiores tensões e lutas com a empresa. Nesse período, ocorreram a queda de uma torre de energia elétrica e a retenção de funcionários da empresa.

Após divergências com outras comunidades sobre os caminhos a serem tomados pela BAMBAÊ, as lideranças de São Manoel preferiram se afastar das ações e da Casa Familiar Rural. Esta última foi conseguida nas negociações com a Vale. Para eles, a Casa era o sonho dos filhos dos quilombolas porque teriam estudo de qualidade e poderiam transformarem a sua realidade.

Verifiquei nas falas que há uma divisão entre o alto e o baixo Jambuaçu. Na opinião dos moradores de São Manoel, as famílias afetadas pelo mineroduto e linhões de energia consideram mais importante receber seus salários/indenizações sem visualizar os problemas a longo prazo. Em entrevista com uma moradora de São Bernardino, por sua vez, ela julga que o recurso pode ser de um fundo geral, mas que os moradores afetados diretamente deveriam receber um valor adicional. Isso torna muito difícil a luta contra uma empresa, pois se perde o senso de coletividade do território, evidenciando a cisão do grupo e fortalecendo a empresa no processo judicial, que continua em aberto.

Ao dividir o território entre os que recebem o recurso e os que não recebem, a empresa percebeu que criou essas fragilidades e, hoje, negocia um fundo para

estabelecer uma indenização pelas terras atingidas. O problema seria a forma que esses quilombolas poderiam acessar esses fundos, pois necessitariam elaborar projetos para liberação desses recursos, o que dificulta o acesso das pessoas, de modo que precisariam contratar empresas ou profissionais qualificados para a elaboração desse tipo de trabalho. O Plano de Geração de Renda formulado pela UFRA era uma das condicionantes atendidas, porém esse plano não teve financiamento da empresa em sua implantação. Ele foi elaborado em conjunto a população, escutando suas vontades e vocações para a implantação de cultivos e criações em cada local, sendo considerado um bom modo de executar uma ação indenizatória, já que foi elaborado de maneira participativa com os quilombolas de todo o território. Por meio do modelo de desenvolvimento dos Sistemas Agroflorestais atualmente implantados, poderiam ser feitas algumas atualizações no plano, mas, de maneira geral, ele está de acordo com a aptidão de cada comunidade.

2.2 Organização social

Das quatorze comunidades tituladas do Território Quilombola Jambuaçu, São Manoel é a sétima maior comunidade em extensão territorial e uma das mais próximas à foz do rio Moju, por isso é uma das mais privilegiadas com relação à facilidade para o escoamento de produtos comerciais e transporte de pessoas.

Em termos de infraestrutura, a comunidade possui acesso fluvial e terrestre. O terrestre é realizado por meio de um ramal de terra que conecta São Manoel às outras comunidades do território Jambuaçu (chamada de Rodovia Quilombola), que por um lado se dirige ao centro da cidade de Moju e, por outro, tem ligação com a PA-252 (Acará - Alça Viária). Há o transporte público que diariamente realiza viagens de ônibus da comunidade até a cidade de Moju: sai às 4h da manhã de São Manoel, passa por outras comunidades do Jambuaçu e chega no centro da cidade às 8h. A volta para o quilombo é às 12h, chegando na comunidade São Manoel por volta das 16h. O trajeto de São Manoel até a cidade é de apenas 42 quilômetros, porém o ônibus entra em diversas comunidades do quilombo para pegar passageiros, o que aumenta o tempo do itinerário.

Segundo Marin (2010), a ruptura inicial com o modo de vida tradicional e de organização socioespacial dos povoados de Moju ocorreu na década de 1970, a

partir da abertura de estradas de rodagem: a primeira foi a rodovia PA-252, construída em 1968; a segunda foi a PA-150, na década de 1980. Nessa década, a empresa REASA desencadeou a invasão e usurpação de terras de uso comum, bem como comprou benfeitorias de posseiros (MARIN, 2010). Segundo Silva (2001), devido à construção da rodovia PA-150, por conta de dois polos regionais, ocorreu um processo acelerado de ocupação e exploração nos municípios cortados pela estrada, tanto no sentido de Belém quanto no de Marabá. A partir disso, a ocupação se intensificou, sobretudo nos municípios mais próximos a esses dois centros urbanos, os quais demandam produtos agroflorestais; isso justifica a presença dessa atividade (SILVA, 2001).

No período da pesquisa de campo, houve a queda da ponte sobre o rio Moju, em abril de 2019, o que ocasionou a passagem de diversos tipos de transportes pelo território Jambuaçu por meio da Rodovia Quilombola. Devido ao longo período sem manutenções, foram necessárias diversas obras nessa, incluindo reformas nas pontes e a própria pavimentação da estrada para torná-la mais transitável. Por conta do grande fluxo, o transporte de Belém à Moju ficou mais célere para os quilombolas, mas o movimento voltou ao normal depois do concerto da ponte sob o rio Moju que ficou pronta em 31 de janeiro de 2020.

O transporte fluvial por meio do igarapé Jambuaçu é o modal mais antigo; no passado, foi feito por intermédio de canoas e atualmente é realizado de duas maneiras diferentes: em barcos menores (rabetas) e em barcos maiores. As rabetas são utilizadas, principalmente, pelos moradores ribeirinhos da comunidade que habitam fora da vila e precisam se deslocar até ela para comprar alguns suprimentos no comércio, assim como também para frequentar os cultos nos finais de semana. Os barcos maiores servem para transportar produtos para serem comercializados em Belém duas vezes na semana, e não é um meio de transporte regular de passageiros, apesar de fazê-lo algumas vezes. Esses barcos também podem ir à Moju, mas levam a mesma quantidade de tempo que levariam para chegar a Belém, bem como dependem da maré para conseguirem voltar à vila, o que gera muita perda de tempo, segundo a fala de uma das lideranças mais antigas. Pelo igarapé, por onde também são feitas comercializações, sobretudo a venda dos principais produtos agrícolas como farinhas e açaí para marreteiros¹¹, se realiza parte do

¹¹ Comerciantes que comprem produtos a preço mais baixo nas comunidades para realizar a revenda nos centros comerciais de Moju e Belém, neste caso.

abastecimento dos comércios locais, porém, em menor escala, já que hoje em dia também podem ser realizados por modal rodoviário.

No trapiche à beira do igarapé Jambuaçu, há uma calçada de alvenaria feita recentemente (antes, era de madeira) com recursos próprios da comunidade e contribuição de pessoas que saíram da comunidade e hoje moram em outras cidades, principalmente nas áreas urbanas de Belém e da região metropolitana. Ele oferece à comunidade o acesso aos barcos que trafegam pela região, os quais levam e trazem suprimentos, bem como transportam passageiros a diversos destinos. Com o êxodo rural, provocado pelas dificuldades das famílias em se manterem no campo, muitas pessoas consideraram uma alternativa se mudar para a cidade. Contudo, isso não arrefece o laço com seu local de origem, pois ali na comunidade ainda vivem seus familiares e estão as lembranças de seu passado, o que justifica uma relação de pertencimento e explica o envio de tais auxílios de forma solidária. São Manoel se constitui num território étnico para essas pessoas.

Para Anjos (2010), o território étnico seria o espaço construído e materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial, e geralmente a sua população tem um traço de origem comum. Portanto, a terra não significa apenas uma dimensão física; antes disso, ela é um “[...] espaço comum, ancestral, de todos que têm o registro da história, da experiência pessoal e coletiva do seu povo, enfim, uma instância do trabalho concreto e das vivências do passado e do presente” (ANJOS, 2006, p. 49).

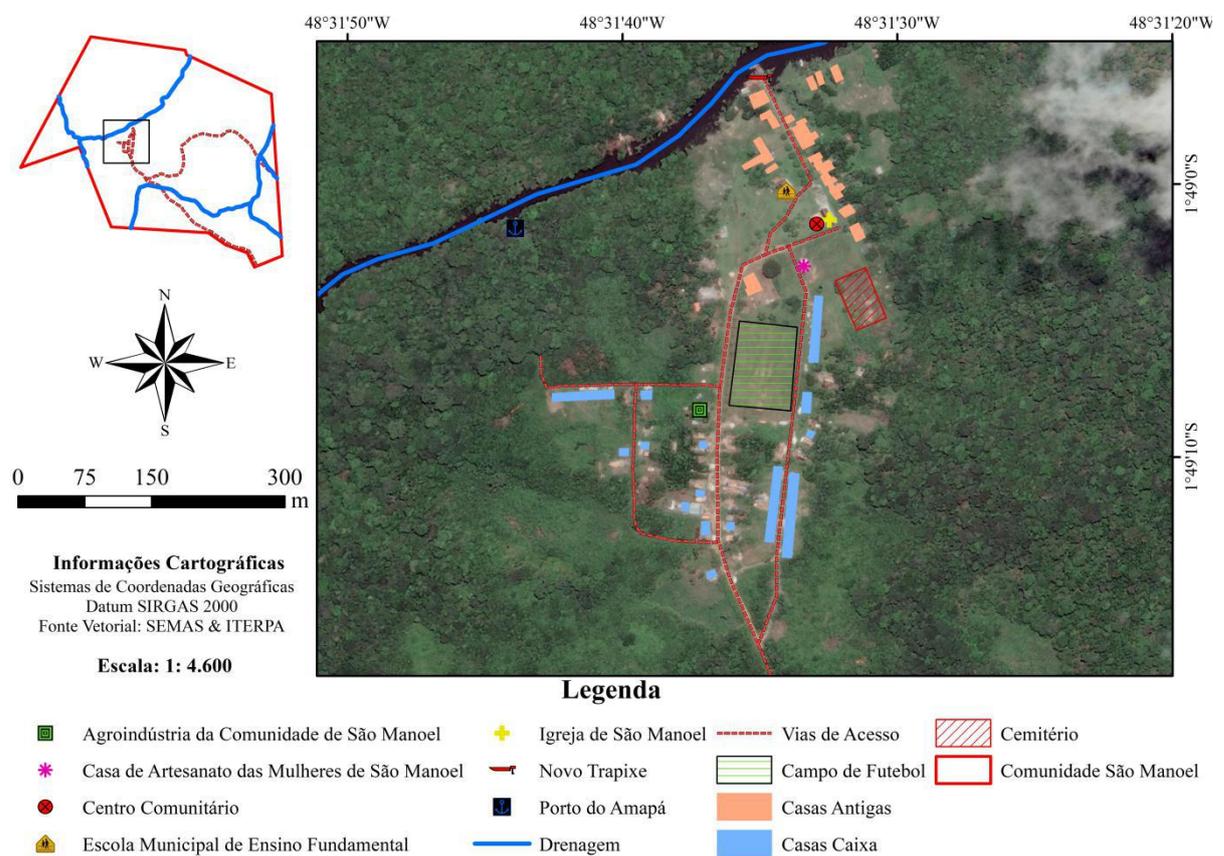
A construção da calçada foi por meio de mutirão, um costume que existe desde os tempos mais remotos, conforme relata uma das lideranças. Esse mutirão, como todos os que são realizados em prol da comunidade, ocorrem nos fins de semana e também são uma forma de interação social. Ele difere dos mutirões agrícolas que, geralmente, são realizados nos dias de semana e correspondem, muitas vezes, à troca de diárias.

A calçada foi construída em frente às casas mais antigas, local em que também há quatro bares/comércios da comunidade, e se estende até a parte de terra firme da vila, onde se encontram a escola de ensino fundamental e a igreja do padroeiro, São Manoel. Ao lado esquerdo da igreja, a cerca de 50 metros, se encontra o cemitério da localidade; ao lado direito, está o centro comunitário e a casa de artesanato das mulheres, onde são confeccionadas roupas para venda na

própria comunidade: iniciativa que teve apoio do Projeto Pará Rural na construção do espaço, aquisição de máquinas e cursos de aperfeiçoamento.

Segundo o último levantamento realizado pelas lideranças, a comunidade possui 192 pessoas que habitam em 65 residências. Há serviços de luz elétrica e água encanada na maioria das residências (muitas casas ficam à beira do igarapé e não têm meios de acesso às benfeitorias da vila). Obtive o zoneamento da vila a partir dos meus deslocamentos: tanto para a realização das entrevistas, quanto para ir aos comércios e às novenas, bem como pelo contato com os moradores (Figura 03).

Figura 03. Croqui da comunidade São Manoel.



Fonte: Elaboração do autor (2019).

As residências mais antigas (“da beira”) são geralmente feitas de madeiras e ficam acima do nível do solo (em palafitas) devido ao período de cheias do rio. Já as casas na parte alta (atrás da igreja, não alagáveis) são mais atuais e de alvenaria; elas foram conquistadas pela associação por meio do programa Minha Casa Minha Vida. Essas casas foram conseguidas no período de distanciamento da associação

Bambaê, quando foram trabalhadas sobretudo as questões para o bem-estar interno da comunidade. Entre essas casas está o campo de futebol, o principal lugar de lazer dos homens de todas as idades da comunidade, que jogam todo fim de tarde. Ao lado do campo, se localiza uma pequena agroindústria da comunidade que iniciou as atividades em agosto de 2019, incentivada pelo Programa Pará Rural para fornecer açaí processado ao município de Moju por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Na comunidade, existe uma escola que atende as crianças até o 6º ano do ensino fundamental. Após concluída essa etapa, a continuidade do ensino é realizada no polo Jacundaí, com o apoio de transporte escolar realizado pela prefeitura. Relativo à educação, a Casa Familiar Rural (CFR), localizada em outra comunidade, se mostrou ineficiente em seu intuito inicial, pois formou apenas duas turmas de técnicos agropecuários, e teve uma posterior decaída na qualidade de ensino, segundo os entrevistados. Apenas um dos comunitários de São Manoel é formado como técnico agropecuário pela CFR. Hoje, a Casa atende apenas turmas de ensino fundamental regular e uma turma da pedagogia da alternância, a qual o aluno passa uma semana em sua residência e outra alojado no colégio.

Em visita à CFR, o atual diretor relata as dificuldades na realização do trabalho, pois o que era uma escola do território precisou se tornar municipalizada para se manter. Assim, muitos professores têm dificuldade de receber seus salários em dia, pois a ajuda da empresa para manter a escola é irrisória. As merendas são simples, mas o espaço é bem organizado e limpo. Ainda existe o espaço onde foram implantados os experimentos com a Camta, e até foram criadas hortas para os alunos aprenderem a cultivar alimentos. Durante minha visita, pude ver os trabalhos feitos tanto pela turma regular quanto pela turma da alternância, que prepararam maquetes com temas ambientais e organizaram seus espaços com artes nas paredes. O retorno da alternância é muito importante para as famílias agricultoras que necessitam da força de trabalho do jovem para a subsistência. Com essa forma pedagógica, os estudantes podem levar os conhecimentos aprendidos no colégio para a propriedade dos pais, e isso torna possível a socialização do conhecimento.

Na comunidade, além da igreja de São Manoel, existe a igreja evangélica Assembleia de Deus. Os cultos são aos finais de semana e muitos ribeirinhos que chegam à comunidade participam. O clima entre os participantes das duas religiões é bastante amistoso em razão do respeito que estimulam entre si. Uma das

lideranças, o único a se designar evangélico, conta que apesar das crenças diferentes, a origem da população é a mesma, então a luta pela comunidade é um fator comum a todos.

2.3 Os atores

A população de São Manoel possui muitas características ribeirinhas, como a pesca para subsistência e o grande apreço pelo consumo do açaí. Dentre os moradores, há um gradiente de idade. Muitos dos filhos dos moradores mais velhos se mudaram e atualmente residem nos centros urbanos paraenses (Moju e Região Metropolitana de Belém). É muito comum a presença de crianças sendo cuidadas pelos avós para auxiliar os pais no trabalho diário. Dos moradores que ali permanecem, a maioria tem ligação com atividades de agricultura, como em quintais agroflorestais (onde cultivam suas fruteiras) ou em pequenos roçados, muitas vezes para fins de subsistência. A maioria dos homens trabalha com agricultura e, frequentemente, contam com a força das mulheres como componente indispensável à força empregada. Já as mulheres que não laboram na agricultura, têm outras atividades como lecionar, cuidar dos filhos, das pessoas mais velhas ou fabricar roupas na casa de artesanato das mulheres, que vende as peças dentro da própria comunidade, o que gera renda para a família.

Ao final da tarde, é comum ver as pessoas conversando em frente às suas casas enquanto as crianças brincam e os homens jogam futebol. Ao anoitecer, muitos descem aos bares para ouvir sons regionais, tomar bebidas alcoólicas e conversar. No fim do dia, é comum, sobretudo no verão, os banhos no trapiche do igarapé, o qual se torna uma área de convivência de pessoas de todas as idades.

Quanto aos grupos, quem representa os interesses dos comunitários nas esferas pública e privada é a Associação Quilombola dos Agricultores de São Manoel, criada em 2002, sob presidência de Valclei Almeida. Ela é a principal representante dos quilombolas em todas as questões e, nas reuniões, realiza a organização de ajudas mútuas (mutirões) e promove a resolução de problemas de diversos âmbitos: agrícola e fundiária, segurança pública, saúde, trabalho, dentre outros temas. Além da associação, existem outros grupos na comunidade, como o das mulheres do centro de artesanato, o dos trabalhadores da agroindústria local e o grupo de jovens da igreja católica, o qual é responsável, sob supervisão dos mais

velhos, por toda organização das atividades religiosas dentro da comunidade, como novenas, cortejos, bingos e afins.

A relação religiosa e de ajuda mútua estão extremamente interligadas, sobretudo por conta do passado da Irmandade e da continuação da CEB. Acredito que o fator étnico aqui também é relevante para o sucesso dos mutirões e ajudas mútuas na comunidade, pois é um costume repassado através das gerações, o que foi constantemente frisado pelos entrevistados. A maioria das ações, desde a organização dos espaços de vivência até as grandes realizações, como foi o plantio de um grande roçado para a recompra da área da comunidade e as lutas pela terra, estão relacionados com essa força do conjunto da comunidade.

A realização de reuniões para discutir as atividades comuns são frequentes em São Manoel. Durante a pesquisa, presenciei pelo menos duas reuniões a cada semana sobre diferentes temas, com *quórum* mínimo de 20% dos comunitários de todas as idades e sexo. Essa organização pode ser explicada pela ausência do Estado no fornecimento de serviços para a comunidade, a qual precisa criar outros meios para conseguir se manter organizada de maneira satisfatória a todos.

O ingresso de pessoas da comunidade no ensino superior teve um grande aumento após as políticas públicas de acesso da população quilombola às universidades federais, principalmente através do Processo Seletivo Especial (PSE) da Universidade Federal do Pará (UFPA), destinado a indígenas e quilombolas, assim como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que dá acesso desde a educação básica até o ensino superior à população do meio rural. No caso de São Manoel, há pessoas cursando as graduações em Libras, Nutrição, Matemática, História, Tecnologia em Geoprocessamento, Enfermagem, dentre outros, e uma delas inclusive concluiu o mestrado profissional em sustentabilidade junto a povos e terras tradicionais pela Universidade de Brasília (UnB). Desde de 2011, ocorre o Processo Seletivo Especial para às populações quilombolas, o que tem aumentado o acesso desses sujeitos ao ensino superior e ao meio acadêmico. Nas universidades, eles compõem núcleos junto a outras populações tradicionais, aumentando o engajamento para com suas causas e o senso crítico da sociedade.

Além disso, muitos jovens estão ingressando no curso técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Pará (IFPA), campus de Castanhal, tendo a oportunidade de estender o conhecimento e realizar o curso de Agronomia, caso se interessem. A comunidade possui um técnico agropecuário formado pela Casa

Familiar Rural, que teve papel fundamental para o desenvolvimento do SAF na comunidade. Tudo isso mostra o impacto da educação formal nas comunidades quilombolas, pois, geralmente, elas são pouco assistidas pelo Estado em diversos serviços básicos, como saúde, educação e, especificamente, no caso da extensão rural.

Do total de dezenove entrevistados, onze (58%) se declararam negros e oito se declararam pardos. No município de Moju, a maioria dos agricultores se autodeclara parda (4.046) e negra (1.084), identificação predominante na região devido às questões históricas (IBGE, 2018). As atividades econômicas centrais de São Manoel são a agricultura e o extrativismo (vegetal e animal), mas há outras atividades, como cinco locais de comércio (mercadinho/bar), mototaxistas e pessoas que vendem a sua força de trabalho tanto em diárias quanto para a agricultura e para outras profissões, tais como pedreiro. Não há registro de trabalhadores de dendê nesta vila.

Há um alto grau de parentesco e compadrio entre as pessoas da comunidade. Nas entrevistas, constatei que as famílias Cuimar, Rodrigues, Almeida e Paz se destacam nesse quesito. Existem essas relações familiares mais próximas devido aos laços de sangue e de casamento que houveram desde os remotos tempos da comunidade, pois dois irmãos Almeida, que moravam em São Manoel, casaram com duas irmãs consanguíneas de pais diferentes, uma delas era Cuimar e a outra, Rodrigues. Além disso, nas observações de campo, pude verificar a união entre pessoas de comunidades vizinhas, o que fortalece as relações de parentesco dentro do território Jambuaçu.

A relação das pessoas de São Manoel com as das comunidades vizinhas é muito amistosa. Uma senhora, que é uma das lideranças mais antigas, conta que após a separação da Irmandade em São Manoel, alguns dos membros fundaram a comunidade de Jacundaí. Para tal, tiveram o auxílio dos moradores de São Manoel para a construção do novo espaço por meio de mutirões. Porém, em termos territoriais, devido ao conflito com a Norsk Hydro, a situação atual é diferente. Hoje, há uma divisão entre os moradores do alto (que recebem a compensação financeira) e do baixo Jambuaçu por causa das disputas pelas formas de compensação que a empresa deveria implementar, pois os habitantes do baixo Jambuaçu lutam para que seja implementado o Plano de Geração de Renda elaborado pela UFRA. Contudo, muitas das vilas ao redor de São Manoel, como Jacundaí e Conceição do Mirindeua,

atualmente se organizam para encontrar uma nova forma de produção e fortalecimento das comunidades. A troca de experiências de SAF é uma das formas de ligação entre os agricultores, muito facilitada pelos atuais meios de troca de mensagens.

CAPÍTULO 3. GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E AS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM SÃO MANOEL

O objetivo deste capítulo é caracterizar a gestão dos recursos naturais em uma comunidade que possui titulação coletiva da terra, assim como demonstrar as principais atividades econômicas e sistemas de cultivo executados pelos moradores.

3.1 Uso dos espaços

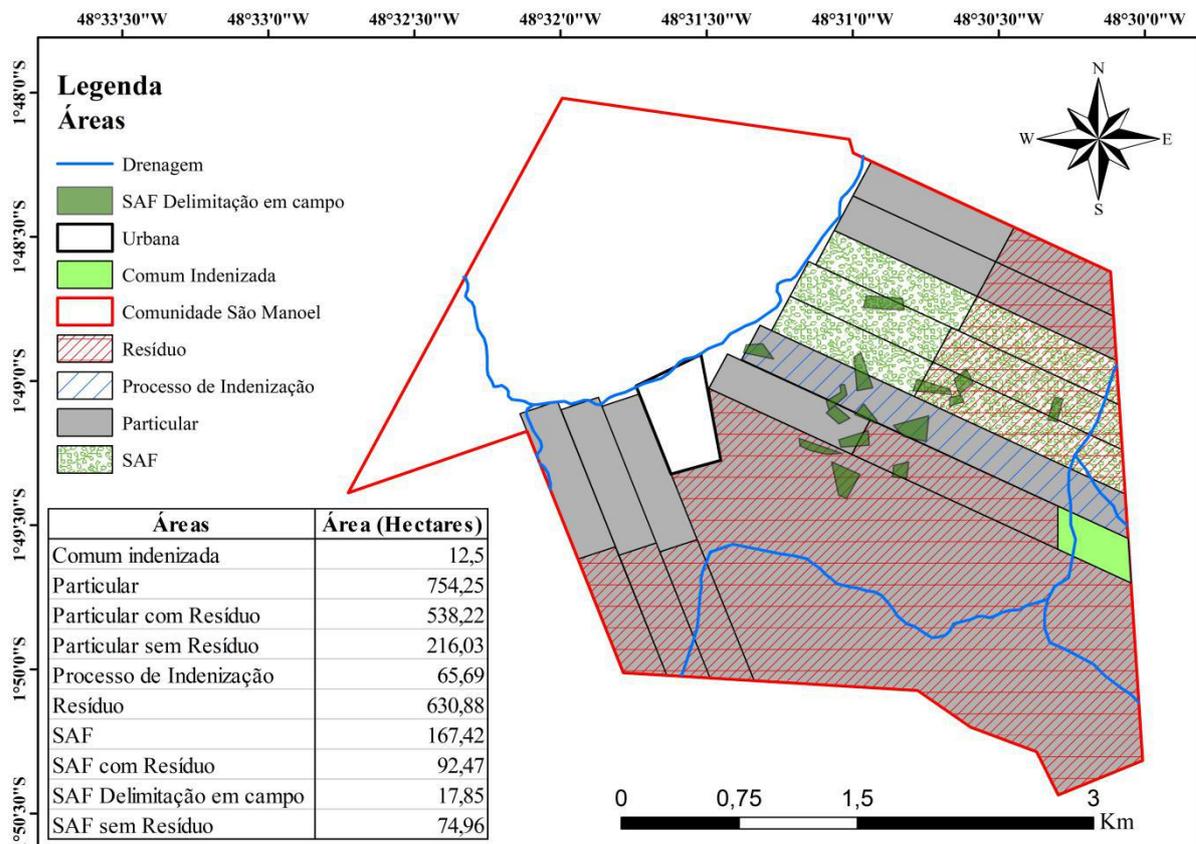
O título de reconhecimento de domínio coletivo da Comunidade Remanescente de Quilombo São Manoel, conquistada por meio da Associação Quilombola dos Agricultores de São Manoel, foi expedido em 20 de novembro de 2005 e determinado pela Portaria nº 01324, de 11 de junho de 2010, a qual cria o Território Estadual Quilombola (TEQ) São Manoel, designado para as famílias que o ocupam. A posse coletiva desse bem é proposital, pois caso os títulos fossem individuais, o aumento da pressão das empresas sobre essas terras seria enorme. A finalidade da posse coletiva da terra também é um resgate histórico, pois a intenção da Lei de Terras de 1850 (que as tornou privadas pela primeira vez ao transformar esse bem da natureza em mercadoria) era que os escravizados e ex-escravizados não pudessem ter recursos suficientes para comprá-las, o que os impedia de se tornarem camponeses e os colocava novamente à mercê dos fazendeiros como assalariados (STEDILE, 2011).

Esse tipo de regime de manejo coletivo de recursos naturais foi utilizado, principalmente, entre as populações tradicionais no passado. Porém, com as mudanças tecnológicas e econômicas, muitas dessas populações modificaram as suas relações ambientais (MCKEAN; OSTROM, 2001). Importante frisar que propriedade comum não quer dizer ausência de proprietários, e sim que um grupo de indivíduos divide os direitos de acesso aos recursos. Tampouco se trata de livre acesso a todos os interessados ou da ausência de uma forma de propriedade. Assim, não se trata da questão do problema d'A Tragédia dos Comuns discutida por Hardin (1968).

Antes de ser processado o título de reconhecimento de domínio coletivo, várias famílias que já possuíam títulos de terra individuais aceitaram viver sob a titulação coletiva; as que não aceitaram foram indenizadas pelo Estado e suas terras

foram doadas à comunidade. As que permaneceram, tiveram seus limites de trabalho respeitados, como um dos entrevistados explicou. Como eles estavam há muitas gerações sobre aquele espaço físico, esse foi respeitado pela associação e não foi redistribuído. Quando realizei o mapeamento participativo do território junto a cinco lideranças, elas dividiram o território em dez partes, nas quais se encontram os lotes das famílias (Figura 04).

Figura 04. Representação do mapeamento participativo.



Fonte: Elaboração do autor (2019).

Das dez partes, há: uma área indenizada que está sob a responsabilidade da associação; uma área em processo de indenização; três partes que são geridas pela associação; uma área comum onde se concentram as residências da vila e o restante são áreas particulares que estão sob responsabilidade das famílias. As três áreas geridas pela associação são as terras que os comunitários lutaram para reaver no processo contra a REASA e, desde a década de 1980, elas são geridas por um grupo de famílias: os Almeida, os Cuimar, os Paes, os Paraíso e os Sarmiento. Nessas terras foram implantados os projetos de SAF.

Inicialmente, as lideranças relataram que a área era dividida em dez lotes (250 x 1000 metros, ou 25 ha) representados a partir das margens do igarapé Jambuaçu, e estão denominadas no mapa como áreas sem resíduo (que são particulares e de SAF). Porém, verifica-se a existência de uma porção subsequente adicional aos lotes descritos acima (denominadas de resíduo) que são maiores tanto nas áreas particulares (que designamos como terras dos limites de trabalho, respeitadas porque já pertenciam às famílias antes do processo de titulação), quanto nas áreas de SAF; nessa divisão, exclui-se apenas a área urbana da comunidade São Manoel e uma área de meio lote que foi indenizada.

Os limites de trabalho de SAF foram medidos com GPS. Entretanto, os dados fornecidos sobre as áreas nas entrevistas são conflitantes porque a primeira confere 17,85 ha (medida), contra 21 ha relatado nas entrevistas. A maioria desses limites de trabalho não estão contidos na proporção designada aos SAF representada no mapa, pois apenas cinco estão por completo dentro dele. O restante das propriedades está sobre uma área a ser indenizada e sobre áreas particulares. Nesse sentido, pode ser que os quilombolas tenham se confundido com a pergunta sobre o domínio da área e não souberam se expressar sobre esse item do questionário; assim, a representação pode estar distorcida da realidade, lembrando que esse é apenas um esforço de síntese para entender as informações do mapa participativo. Segundo eles, a maioria das áreas de roça com queima (5 ha), trabalho realizado por dez pessoas, está nas parcelas de terra mais a leste, longe das áreas de SAF. Já a área comum é uma terra já indenizada e, por estarem localizados em uma várzea, foram distribuídos terrenos medindo 0,5 ha para os moradores que não possuíam açaizal nativo. Como podemos ver no mapa, a malha hidrográfica cruza o território, constituindo grandes áreas de várzea e de igapó. Segundo as lideranças, há cerca de 100 ha de açaizal manejados dentro do território, rendendo 20 mil pacotes de açai, segundo os comunitários, o que torna sustentável e até sobressaliente o atendimento ao volume estipulado no contrato de açai com o PNAE.

A titulação coletiva da terra não mudou a tradição e os acordos anteriormente firmados na comunidade, conforme relatado nas entrevistas. Há regras para a doação de limites de trabalho no quilombo. Para novos ingressantes da comunidade, é necessário um período mínimo de vivência de dois anos para observar se o novo morador se adequa ao modo de vida do lugar. Depois de aprovado, seu nome é sugerido a uma comissão dentro da associação, que analisa o propósito de

produção da pessoa para a terra e coloca a aprovação em plenário; se aprovado, é escolhida a área dentro da comunidade para que o pleiteante produza. Geralmente, cada pessoa inicia com 1 hectare e pode ir ampliando conforme sua necessidade e força de trabalho.

Geralmente, os jovens herdam o limite de trabalho de seus pais, e a herança é um artifício utilizado para reduzir a abertura de novas áreas e diminuir as áreas de desmatamento. Caso queiram requerer a abertura de uma nova área, há um processo que passa por comissão e plenária, como explicado anteriormente; os quilombolas também podem pedir permissão para trabalhar no terreno particular de uma pessoa. A associação toma demasiado cuidado com a análise dos locais onde as atividades serão realizadas dentro do território, principalmente para que as queimadas nas roças não afetem os SAF sem queima, por isso são tomadas decisões importantes para a gestão.

A partir da cessão da terra, o novo morador tem até seis meses para realizar alguma atividade produtiva nela; caso contrário, será considerado abandono de área e as terras voltam à posse da associação visando coibir o domínio de terra com áreas improdutivas. Há uma regra estabelecida dentro da comunidade relativa à venda do direito de uso da terra a qual só permite que ocorra essa venda entre membros da própria comunidade, e ela deve ser informada à associação. Caso a pessoa venda um terreno que adquiriu por meio da permissão da associação, ela perde o direito de requerer outra área.

Os produtos vegetais (não madeireiros, como frutos e sementes) e animais (caça) da floresta são considerados coletivos. Dentro dessa categoria de bens comuns foi inserida a pesca nos igarapés do território. Exceto pelas espécies deixadas em pé que são consideradas coletivas, essa lógica não é válida para as espécies plantadas em áreas de SAF, pois são produtos do plantio realizado diretamente pelo agricultor. Já os açazais de várzea e as roças são consideradas áreas particulares, e são respeitadas como tais, mas ainda assim existem relatos de “roubo” de açaí na época da colheita.

Um dos maiores conflitos encontrados na comunidade está relacionado aos recursos naturais pesqueiros. Segundo os relatos dos entrevistados, há grupos de pessoas de fora que entram na comunidade com o objetivo de pescar para venda, equipadas com máscaras de mergulho do tipo *snorkel* e arpão, o que diminui a possibilidade de fuga do peixe e, por consequência, do recurso existente. Os

moradores relataram que esse grupo entra armado na comunidade e utilizam drogas ilícitas durante a pescaria, gerando medo na população. Outrora, essas pessoas foram expulsas de outras comunidades, a montante do igarapé Jambuaçu, por meio de ameaças armadas. Em entrevista com uma liderança, essa relatou que procurou por ajuda na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, mas que não teve êxito na intervenção até o momento.

3.2 Manejo dos recursos naturais coletivos

Um tema que se destaca na reflexão dos quilombolas é como definir os limites das áreas de trabalho para cada pessoa. Eles ainda não possuem um plano estabelecido para alocar as áreas de SAF e a futura expansão dos plantios. É um tema de suma importância, pois o manejo de áreas define o rumo a se tomar sobre os recursos naturais. Muitas regras de condutas nas áreas de SAF não são feitas de maneira escrita, mas por acordos orais entre os quilombolas.

Essa questão é detalhada pela diferença que há entre instituição e regras. Buttel (2001) considera que as instituições podem ser descritas como um conjunto específico de normas e relações que orientam comportamentos para atender a certas necessidades humanas. Já as regras são definidas como normas que especificam quais ações ou resultados são requeridos, proibidos ou permitidos e quais serão as sanções caso as regras sejam descumpridas (OSTROM; GARDNER; WALKER, 1994). Conforme as entrevistas, apesar de haver uma instituição, a associação dos comunitários, não há documentos escritos que especifiquem os códigos de conduta, pois esses são aplicados por meio das regras orais entre os participantes dos SAF e a comunidade em geral.

Um exemplo dessas regras é a proibição de roça de queima nas três áreas onde estão os SAF. Isso se deve ao perigo de incêndio, o qual poderia se alastrar, pois o manejo inicialmente adotado nos SAF é o de distribuição de material lenhoso pelo solo, que favoreceria a propagação do fogo. Outra regra descrita em algumas conversas com lideranças é a respeito da preferência em recuperar áreas degradadas, como as capoeiras baixas que tem uma regeneração natural mais demorada; por isso, eles intervêm nessas áreas de maneira ambiental e socialmente benéfica. Em relação ao corte acentuado de árvores, há uma grande diferenciação entre os produtores pois a maioria deles mantém uma boa quantidade inicial, mas há

casos de pessoas que realizaram o corte da maior parte das árvores e estão sofrendo com o amarelecimento das mudas durante o verão. Isso demonstra que há uma diferenciação na implantação dos SAF e que nem todas as instruções dos pioneiros são seguidas como norma.

Verificamos na comunidade, então, uma lógica contrária à do *free rider* explicado por Olson (1999), pois a ação coletiva inicial se baseia no benefício particular, e o mutirão para a implantação do SAF é uma escolha racional a se fazer. Porém, com o tempo, o trabalho na área se converte em benefícios ecossistêmicos para aquele terreno de maneira global, porque proporcionam a diminuição das áreas de desmatamento e a manutenção de espécies nativas durante os cortes seletivos da implantação.

Nas áreas com os projetos de SAF, os quilombolas estão iniciando a discussão sobre a forma de ocupação desses espaços, bem como sobre a conexão de áreas de mata (denominadas de áreas intocadas, ou há mais de 100 anos não manejadas) aos capoeirões, de forma a ter uma conectividade dessas áreas com os SAF. Isso é resultado de reflexões diárias e de suas percepções sobre a natureza, por exemplo, pensar a distribuição de ambientes favoráveis à fauna. Isso reduz diretamente os danos aos frutos dos SAF, além de possibilitar um serviço ecossistêmico de dispersão da flora, de modo que foi discutida a distribuição dessas áreas no território por meio do mapeamento participativo. Essas áreas ecologicamente mais diversas também se destacam como fontes de material genético para o futuro plantio de espécies, de maneira que possam se tornar economicamente interessantes tanto nas áreas de várzea quanto na terra firme.

Também foram discutidas outras questões ambientais, como o desmatamento na cabeceira de igarapés que, recentemente, resultou na seca temporária de um dos mais antigos do território (o Bote), assim como debateu-se a importância da manutenção da aninga (*Montrichardia linifera*) para evitar a erosão nas áreas de várzea, diminuindo o impacto que já ocorre devido ao açailal manejado.

McKean e Ostrom (2001) elencaram os fatores que favorecem a integridade dos recursos: indivisibilidade; incerteza na localização de zonas produtivas; eficiência produtiva por meio da internalização das externalidades; e eficiência administrativa. A indivisibilidade é percebida no território de São Manoel devido à falta de cercas físicas para a demarcação de cada limite de trabalho, manejados de maneira que a floresta e os SAF possam se tornar uma unidade que produz

espécies comercializáveis e diversos serviços ecossistêmicos. A incerteza na localização de zonas produtivas se referente à exploração de áreas produtivas variáveis conforme o tempo, por conta das fragilidades ambientais. Esse não é um aspecto considerado pelo grupo, já que cada um possui seu limite de trabalho e as áreas comuns não são exploradas, exceto os pimentais comunitários. A eficiência produtiva por intermédio da internalização das externalidades se expressa nas regras que estão começando a ser estabelecidas na comunidade, como a proibição da derrubada em áreas de mata na cabeceira de igarapés que evita a seca de uma microbacia hidrográfica, conforme relatado anteriormente. Já a eficiência administrativa está estabelecida na criação de regras que servem para que o manejo de recursos sejam facilmente cumpridos pela estrutura da organização comunitária existente.

No próximo tópico, serão elencadas as atividades econômicas mais representativas adotadas na comunidade.

3.3 As atividades econômicas

A história econômica do Pará nos mostra a importância que os mocambos de índios e pretos tiveram no desenvolvimento da economia agroextrativista e das plantações de cacau e cana-de-açúcar, principalmente nas regiões do vale do Baixo Tocantins, Belém e áreas de entorno, como nos rios Guamá, Acará e Moju. Essas estruturas permitiram a expansão e a consolidação da fronteira colonial, sendo que a produção de cacau, do século XVIII ao início do XIX, foi permanente nas pautas de exportação do Grão-Pará, cuja base era a utilização da mão-de-obra e do mercado de escravizados africanos. Após esse período, iniciou-se o ciclo econômico da borracha incentivado pelos processos de transformação industrial, o que contribuiu para o desenvolvimento da indústria automobilística. Nesse contexto, para viabilizar a produção e o escoamento da borracha, foram utilizadas a servidão nos seringais e a manutenção da força de trabalho pela coação do sistema de aviamento (CASTRO; CAMPOS, 2015).

Até o século XVIII, a moeda metálica não era utilizada no Pará, de modo que a moeda de troca eram novelos de lã e produtos agrícolas. Já no século XIX, o uso da moeda se difundiu; porém, a existência do trabalho escravo sem remuneração e o isolamento dos trabalhadores livres que habitavam o interior eram fatores

determinantes para a fraca circulação da moeda. Assim, nos tempos da colônia, um regime de crédito informal foi esboçado: os comerciantes de Belém supriam de mantimentos as empresas coletoras de “drogas do sertão” e, em troca, recebiam os produtos recolhidos ao final da expedição. Essa modalidade ficou conhecida como aviamento, que era uma espécie de crédito em dinheiro. Este foi o embrião de um aparato que dinamizou a economia amazônica na fase da borracha e que perdura até os dias atuais, mas modificado e com menor importância (SANTOS, 1980).

No século XIX, o extrativismo da borracha e de produtos florestais integravam a economia camponesa, junto ao plantio de cultivos agrícolas diversificados, como cacau, algodão, café, tabaco, cana-de-açúcar, mandioca, milho e arroz, os quais proviam os circuitos da economia do Pará e constavam na lista de exportações, porém, em menor escala. Havia o extenso comércio de castanha, comandado pelas oligarquias locais que mantinham os trabalhadores sob um sistema similar ao aviamento. A partir da década de 1960, houve uma mudança drástica na Amazônia com a abertura das novas estradas, como a Belém-Brasília e a Transamazônica. Nesse período, ocorreram simultaneamente projetos de colonização e abertura de fronteiras para os grandes projetos na Amazônia, os quais geraram frequentes conflitos com os posseiros das áreas. A expansão da pecuária iniciou outros ciclos, como o extrativismo da madeira e o crescimento da agricultura familiar a partir dos processos de colonização (CASTRO; CAMPOS, 2015).

No Pará, grande parte da população rural é composta por agricultores familiares que destinam suas produções aos mercados locais, regionais, nacionais e até internacionais, como é o caso das culturas de pimenta-do-reino e maracujá. Há muito tempo, esses agricultores são associados à agricultura migratória do “derruba e queima”, com pouca estabilidade territorial e diversidade agrônômica. Porém, atualmente, predomina entre os agricultores uma tendência crescente de diversificação dos sistemas de cultivo agrícola, incluindo o plantio de culturas perenes, pequenas criações, extração vegetal e até pecuária. Isso implica na estabilização territorial desse segmento e nas diversas formas de agricultura em áreas de terra firme, várzea e estuário (HURTIENNE, 2005).

Após o fim da cabanagem e do sistema escravagista, no século XIX, os negros foram relegados ao anonimato na historiografia brasileira. Na região de Moju, aqueles que habitavam as zonas rurais passaram a viver sob um modelo de organização econômica basicamente extrativista, bem como desempenharam o

trabalho na agricultura (sobretudo com mandioca, arroz e cacau), resguardando as particularidades microrregionais. Dessa forma, ganharam outras caracterizações, como caboclos, ribeirinhos, homem da colônia, e as suas identidades étnicas foram esquecidas (PEREIRA, 2015).

O meio de vida dos quilombolas do Território Jambuaçu é a agricultura para o autoconsumo, o extrativismo animal (caça e pesca) e vegetal (açai e diversas frutas), e a produção de farinha para consumo e venda (FONSECA, 2011). As atividades econômicas em São Manoel correspondem às do território, assim como também seguiram as fases econômicas do contexto amazônico em geral, como a borracha e a madeira, por exemplo.

A roça foi um dos pilares da comunidade, cuja principal cultura era o plantio de mandioca. Isso se devia ao grande aproveitamento dela para a produção de diversos itens, como a farinha (d'água e de tapioca) e o tucupi (utilizado na culinária de diversos pratos regionais); as folhas também são usadas para produzir maniçoba, dentre outras coisas. Além disso, a fabricação de farinha sempre foi uma fonte de comércio entre os quilombolas e os atravessadores, chamados popularmente de "marreteiros". Hoje, apenas dez pessoas na comunidade realizam apenas esse tipo de roça porque, como alguns revelaram nas entrevistas, por vezes, não compensa produzir farinha, pois a tarefa demanda muito esforço, e acabam preferindo comprar ao invés de produzir.

Em um estudo realizado com quilombolas no Vale da Ribeira (SP), foram relatadas dificuldades de abertura de novas roças. Isso é resultado das restrições ambientais via legislação, que causaram o abandono ou a diminuição das áreas destinadas à agricultura de corte e queima (PEDROSO JUNIOR et al., 2008). Interessante perceber que nas comunidades estudadas em São Paulo, ocorreu o processo extrativista do palmito juçara (*Euterpe edulis*) que, na época, resultou na diminuição de áreas de roça. A partir disso, estabeleço uma relação com o atual momento do manejo do açai na comunidade São Manoel, o qual atrai mais pessoas do que a manutenção das roças.

Em diversas entrevistas, os agricultores contam que a relação de comércio entre produtores e marreteiros era e continua sendo muito desigual. Por não terem fácil acesso ao mercado antes da abertura de estradas, trocavam a desvalorizada saca de farinha por outros produtos que necessitavam à época, como charque, querosene etc. Contudo, entre as pessoas mais velhas, a maioria ainda faz o seu

roçado para produzir farinha para subsistência e não mais com objetivo comercial, e o fazem sobretudo por uma questão cultural que está ligada à continuidade e ao resgate do modo de trabalho e dos valores de seus antepassados.

Segundo os entrevistados, na época da fundação da comunidade, no começo do século XX, a população possuía um modo de vida mais ligado ao extrativismo, à plantação de suas roças, bem como tiravam muitos alimentos das matas, abundantes na época. Dali, extraíam frutos, castanhas, caças (naquela época, era uma das poucas formas acessíveis de consumir carne vermelha fresca) e peixes do igarapé. Um senhor entrevistado contou que na época em que era jovem, conseguia uma caça grande e não precisava trabalhar por uma semana. Isso corrobora com o histórico extrativista e mostra a diferença das relações de trabalho estabelecidas na comunidade atualmente, em que há um ritmo de trabalho constante tanto nos SAF quanto nas áreas de açais nativos. Hoje, devido à diminuição de áreas de matas primárias e ao impacto ocorrido em toda a biodiversidade, principalmente na qualidade e quantidade de fauna para a caça, os entrevistados disseram não consumir com frequência a carne de caça porque diminuiu a presença de animais na maioria das áreas; assim, destaca-se essa mudança de consumo ocorrida com o tempo. A pesca atualmente é realizada apenas para a subsistência, não sendo comercializada na comunidade. O extrativismo vegetal da castanha e da bacaba também têm importante papel na composição da renda anual para grande parte dos moradores, sobretudo no período de entressafra do açaí. A castanha também serve de alimento quando os quilombolas se deslocam para as suas áreas sem refeição, e é consumida com a farinha. Isso se deve à existência de muitas castanheiras nativas nos remanescentes florestais ao redor da comunidade.

Outra atividade realizadas por poucos agricultores e que compõe a economia da comunidade, tanto para utilização própria quanto para venda, é a exploração da madeira. Duas das lideranças mais antigas foram sócias de uma madeireira na comunidade, mas que não teve êxito por conta de desentendimentos entre os sócios, baixo rendimento econômico, além da própria questão do desgaste ambiental etc. Os mais jovens dizem que ainda há pessoas que realizam o corte de madeira para venda; isso se deve à falta de ganho econômico no período da entressafra do açaí, no qual muitas famílias passam por temporadas de penúria por não terem outras fontes de renda. A partir disso, o grupo de SAF está convidando essas pessoas que extraem madeira para implantar áreas de SAF e terem uma fonte de renda

diversificada durante o ano, visando proteger os remanescentes florestais aliado à geração de renda.

A extração do látex é uma cultura que se destacou na fala dos entrevistados mais idosos e permaneceu ativa na comunidade até a década de 1970. Na descrição da atividade, um dos entrevistados relatou que o grupo saía 1h da manhã para realizar as sangrias na seringueira e retornavam às 6h para fazer o processamento da resina da árvore em bolas de borracha. Essa atividade foi cessando, inclusive na Amazônia como um todo, por não haver mais demanda do mercado atualmente, restando apenas as árvores na várzea como testemunha dessa fase econômica.

O açaí nativo sempre foi abundante nessa região, a qual possui uma grande área de várzea. As condições edáficas do ecossistema privilegiam a cultura do açaí, espécie que ocorre espontaneamente nas matas de várzea e “baixões” do município (SILVA, 2001). Contudo, devido à superexploração da espécie para a retirada de palmito, na década de 1980, a comunidade chegou a comprar o açaí da Ilha do Marajó devido à sua escassez em Moju. Sobre esse fenômeno de superexploração, Silva et al. (2006a) argumenta que houve intensa demanda pelo palmito no estado do Pará, o que desencadeou a devastação dos açazais em áreas extrativistas e gerou uma alta dos preços de mercado por conta da crescente demanda nacional e internacional.

Atualmente, a maior parte dos entrevistados, assim como toda a comunidade, têm no açaí nativo a sua fonte de renda principal. Isso só foi possível após o incentivo de um pároco que percebeu a aptidão das terras de São Manoel para a produção de açaí e financiou o material inicial para a produção de mudas, visando o reflorestamento das áreas de várzea. Hoje, devido à distribuição de terras por intermédio da associação, todas as famílias da comunidade possuem áreas de açaí nativo na várzea, mas com produtividades diferentes devido ao manejo que cada uma realiza. As pessoas que não têm mais o que colher em suas áreas obtêm renda com a venda de sua força de trabalho na colheita do açaí de outras famílias. As pessoas mais idosas que, por vezes, não conseguem realizar trabalhos que demandem muita força física, trabalham como meeiros¹² de quem maneja e faz a

¹² Pessoas que trabalham em conjunto com o dono da terra e dividem o resultado final da colheita.

colheita. Em suma, a época de colheita do açaí é de grande fartura na comunidade, conforme relatado por todas as pessoas com as quais conversei.

Em relação aos SAF, quatro dos produtores mais antigos que possuem áreas de quatro a cinco anos, começaram a obter renda a partir do segundo e do terceiro ano com a pimenta e um pouco de cacau. Agora, no quarto ano, já produzem em maior volume todas as culturas implantadas, como o cacau, o cupuaçu e um pouco de açaí na entressafra. Os produtores mais novos conseguem colher banana e abacaxi para a comercialização.

Atualmente, existe uma área coletiva de pimenta-do-reino onde trabalha um grupo de sete pessoas. Cada agricultor cuida de duas fileiras, compostas pelas mudas de pimenta plantadas com tutores vivos de gliricídia que, além de sustentá-las, oferece matéria orgânica durante a sua desrama. O restante do trabalho nas fileiras é compartilhado entre eles. O trabalho é realizado toda sexta-feira e quem não pode ir ao trabalho envia diaristas para realizar as tarefas. Esse é um consórcio realizado em parceria com o produtor Michinori Konagano, que deu os adubos, as mudas de pimenta e a gliricídia, e os quilombolas entraram com a terra e a mão-de-obra, dividindo a realização da produção em partes iguais.

Há um local onde um grupo de cerca de dez mulheres produzem roupas e realizam as vendas dentro da comunidade. Além dessa atividade, muitas delas criam pequenos animais (como galinhas) e produzem abacaxi para venda interna.

Em 2019, na primeira quinzena de março, houve a inauguração da agroindústria de polpa de frutas na comunidade. A inauguração contou com a presença de autoridades do executivo estadual e municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU, 2019). O empreendimento ficou paralisado por muitos anos com todo o maquinário necessário dentro do local, pois faltavam as obras de adaptação solicitadas pela vigilância sanitária para pôr as despoldadeiras em funcionamento. Hoje, os comunitários têm um contrato com a prefeitura de Moju por meio PNAE para abastecer as escolas com açaí. O poder público contribuiu com um curso de boas práticas de higiene que deveriam ser seguidos pelos quilombolas no momento da produção, assim como com toda a parte do licenciamento, análise dos impactos ambientais e qualidade da água utilizada. Cerca de dez pessoas trabalham na agroindústria, mas toda a comunidade se beneficia do funcionamento dela devido à compra da produção do açaí nativo. Ou seja, a agroindústria procura suprir a sua demanda comprando o açaí preferencialmente em São Manoel e nas comunidades

vizinhas mais próximas por conta do valor gasto com o frete. Porém, a agroindústria compensa os extrativistas, pagando um valor sempre acima do oferecido pelos marreteiros para que a sua demanda possa ser atendida satisfatoriamente.

Outras fontes de renda na comunidade são as políticas públicas federais, como o programa Bolsa Família (que abrange o antigo programa Bolsa-Escola) e aposentadorias. Quase todos os moradores, exceto os aposentados, recebem o Bolsa Família, que é fundamental nessa comunidade, pois a necessidade de programas assistenciais se deve à falta de ações governamentais mais eficazes em setores como educação, saúde e assistência técnica na agricultura, aspectos de suma importância para manutenção e melhoria produtiva dos plantios básicos realizados pela comunidade.

3.4 Os principais sistemas de cultivo dos que têm SAF

Foram realizadas quinze entrevistas com todos os agricultores que possuem SAF. Com base na predominância das atividades identificadas nas declarações dos agricultores, os sistemas de cultivo foram divididos em três tipos principais: açaí nativo, roça e Sistemas Agroflorestais. Os SAF serão explicados em um capítulo à parte devido à importância que possuem para o presente estudo. Os demais produtos obtidos por meio do extrativismo, a exemplo da castanha e do fruto da bacaba, como sistemas produtivos, pois a maioria dos entrevistados não os tem como atividade principal, e sim como complementação de renda.

Todas as culturas presentes na comunidade estão elencadas no Gráfico 01, que representa o calendário agrícola elaborado a partir da compilação de dados obtidos nas entrevistas com a comunidade. Este planejamento objetiva facilitar o entendimento do agricultor sobre quais culturas gerarão renda em cada mês do ano.

Gráfico 01. Calendário agrícola da comunidade São Manoel, com as principais culturas exploradas economicamente, demonstrando os períodos de colheita no ano.

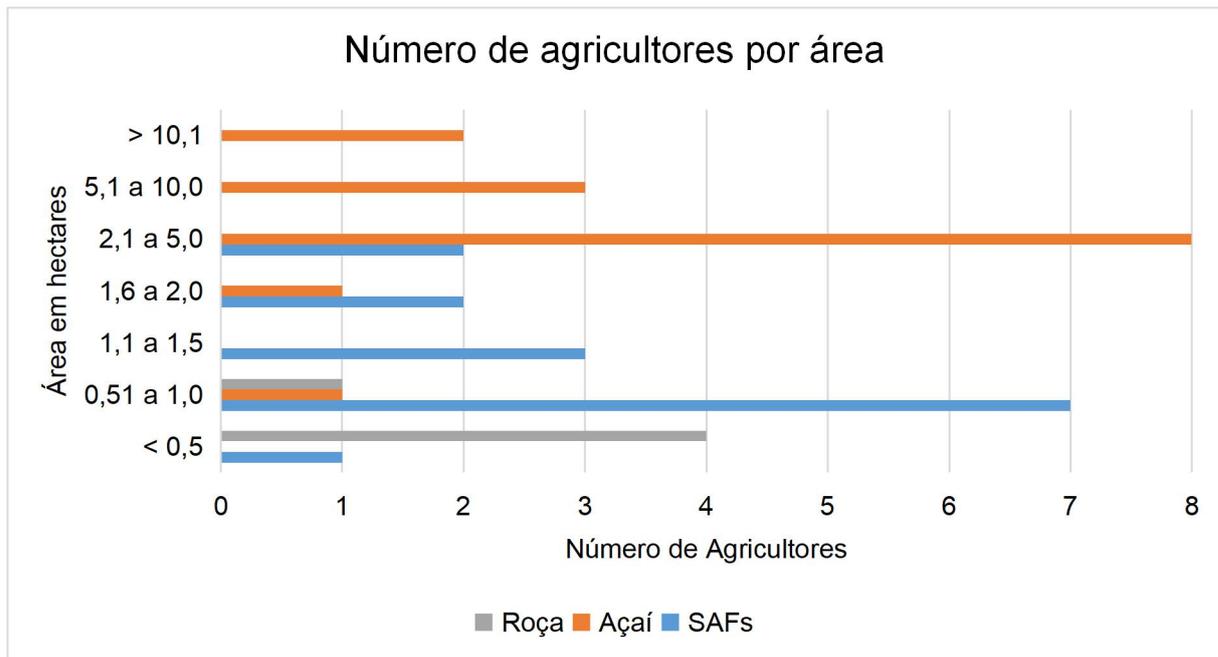
CULTURAS/MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ABACAXI												
AÇAÍ TERRA FIRME												
AÇAÍ VÁRZEA												
BACABA												
BANANA												
CACAU												
CASTANHA												
CUPUAÇU												
MANDIOCA												
PIMENTA-DO-REINO												

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019)

As hachuradas em azul indicam as culturas que já forneciam renda durante o período da pesquisa de campo, enquanto as culturas em branco ainda não são produzidas em quantidade suficiente para a comercialização. A mandioca foi colocada ao longo do ano inteiro porque possui diferentes ciclos das cultivares: precoces, de 10 a 12 meses; semiprecoces, de 14 a 16 meses; e tardias, de 18 a 20 meses.

Segundo os entrevistados, a área total de açaí nativo na comunidade totaliza 104,75 ha, que entre os participantes do estudos está dividida em áreas que variam de 0,75 a 30 ha, e possuem, em média, 6,98 ha por agricultor. Com relação à roça, apenas cinco entrevistados afirmam realizá-la exclusivamente para o autoconsumo, e as áreas variam de 0,25 a 1 ha. As áreas de SAF totalizam 21 ha, cujos terrenos variam de 0,5 a 2,5 ha e, em média, correspondem a 1,4 ha por agricultor, como apresentado no Gráfico 02.

Gráfico 02. Frequência de sistemas de cultivo e tamanho da área (hectare).



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Muitos agricultores afirmam que a roça requer demasiado esforço de trabalho e de tempo, e o retorno da produção é pouco ao final. Além disso, depois da implantação dos SAF, os agricultores preteriram o plantio de mandioca por considerarem muito agressivo à natureza devido ao processo de corte de todas as espécies e sua queima. Silva (2001), analisando a comunidade Bom Jardim, em Moju, afirma que pelo fato de possuírem uma faixa de várzea marginal e uma presença significativa de áreas de igapó, esses elementos favorecem a manutenção das matas mais preservadas (igapó e várzea) – em função da presença espontânea do açazeiro – e possibilitam a utilização de áreas de terra firme para instalação dos roçados. A disponibilidade de terra firme é outro fator limitante na implantação e na escolha de espécies para o plantio nesta comunidade.

3.4.1 Manejo do Açazeiro de várzea

Barton (1994) descreve o manejo do açai como uma agrofloresta manejada pelos ribeirinhos, tal como observamos nas visitas a campo. Em áreas alagadas (várzeas e igapós) que possuem açai, são realizadas atividades de manutenção durante o verão amazônico por conta da menor quantidade de água. Visto que o açazeiro depende de luz direta para a produção de frutos, muitos produtores

perceberam que um leve sombreamento melhora a qualidade e o rendimento da polpa do fruto; assim, manejam de forma a melhorar a distribuição da luminosidade no açazal (QUEIROZ; MOCHIUTTI, 2001). Em São Manoel, a formação dos açazais de várzea foi incentivada pelo Pará Rural.

O processo de manejo inicia com a seleção de algumas árvores para o corte com motosserra, na proporção de 80% de açai e 20% de árvores. As árvores que permanecem em pé são espécies de interesse, como a andiroba (*Carapa guianensis*), ucuuba (*Virola surinamensis*), anani (*Symphonia globulifera L.*), sumaúma (*Ceiba pentandra*), entre outras. Depois disso, é realizado o manejo do açai em si por meio do corte dos estipes (excesso de “filhos”), deixando apenas três. São retirados os chamados “bocós” (folhas secas que impedem a saída de novas folhas) e os novos cachos de açai, chamadas popularmente de “bonecas”. Os açazeiros também são cortados visando um espaçamento adequado de 4 a 6 metros entre as plantas (isso varia por serem naturais).

Nos outros anos, realiza-se uma nova roçada na área e assim que a estipe “mãe” (a maior delas) estiver muito alta, é cortada para dar espaço aos novos estipes. Isso acontece para facilitar a coleta do fruto em espécies mais baixas, o que aumenta o rendimento do trabalho e, por questões de segurança, evita quedas na colheita (que podem ser mortais). Esse processo é realizado para que o açai tenha maior produtividade, conciliando as árvores do local para o sombreamento e para a produção de madeira.

Em um experimento em Barcarena, o desbaste seletivo das espécies competidoras da floresta aumentou significativamente a produtividade de frutos por estipe. Este tratamento, em combinação com o desbaste seletivo na touceira de açazeiro, concentrou a produção de frutos em menos estipes e facilitou, assim, a colheita de frutos (JARDIM; ANDERSON, 1987).

Dos estipes cortados se retira o palmito, vendido pela comunidade aos “marreteiros”, que pagam segundo a espessura do produto. Realiza-se uma classificação: os mais grossos são do tipo I; médios, do tipo II; e finos, do tipo III. São vendidos por unidade e valem, respectivamente, R\$ 1,60, R\$ 0,70 e R\$ 0,10. Atualmente, esse recurso é uma fonte de renda secundária ao processo de manejo dos açazais, realizado após a colheita; os valores oriundos da sua venda são geralmente destinados ao pagamento das diárias dos trabalhadores envolvidos.

O palmito é cortado em um ponto chamado de “degola”, que serve para proteger a parte mais nobre. Caso os quilombolas não possam retirar o palmito na hora, cortam a palmeira em vários pedaços para evitar aquilo que chamam de “palmito dormido”, que significa que o produto amolece e perde totalmente o seu valor de mercado. Utilizando essa técnica, o palmito resiste alguns dias (ao menos por uma semana) depois da retirada.

Para um dos agricultores, a vantagem de preservar as maiores árvores é que elas evitam a insolação diretamente na água e no solo, o que prolonga o tempo do açaí no pé por até um mês. O entrevistado, em um primeiro momento, realizou o corte raso das árvores em uma de suas áreas de açazal, o que, na sua opinião, causou um choque térmico no ambiente, esquentando a água e amarelado o açazal. Foram necessários de três a quatro anos para que a área se recuperasse, as árvores crescessem e o açaí voltasse a produzir normalmente. Além disso, para ele, a falta de floresta torna o fruto do açaí seco, pois não há nada que proteja a palmeira. Nesse sentido, visualmente, é perceptível que nessas áreas os cachos são menores.

Outro impacto do manejo nessas áreas de produção de açaí de várzea, é o desaparecimento de espécies exploradas antigamente, como a aninga e o cipó-titica, do qual se fabricava paneiros e artesanatos para serem vendidos em Belém. Essas plantas disputam diretamente o mesmo ambiente com as áreas de açaí e, no caso, as árvores que davam suporte ao cipó crescente, frequentemente, foram suprimidas.

Em um estudo realizado em uma comunidade ribeirinha de Abaetetuba, também no Nordeste paraense, após medições de 10 parcelas de 20 x 50 metros, Alvez-Valles (2013) encontrou baixos índices de diversidade (Simpson: 0.4275 e Shannon: 1.071), o que indica uma baixa diversificação resultante da atividade de manejo e extração de palmito e de frutos de açaí, assemelhando muito o ambiente a uma monocultura para consumo e venda dos frutos. Esse é um dos cuidados essenciais no manejo do açaí que já é discutido em São Manoel.

É importante salientar que as exportações de açaí para o mercado nacional e internacional têm contribuído no aumento dos preços, estimulando ainda mais a ampliação da exportação do produto por muitas agroindústrias, o que ocasiona a redução da oferta ao mercado local (SILVA; SANTANA; REIS, 2006). Anteriormente, os produtores ficavam à mercê da quantia paga pelos marreteiros, os quais estabeleciam o preço de mercado do produto. Em 2019, os comunitários

conseguiram parear essa relação, pois venderam para marreteiros no início da safra e, depois, para a agroindústria da comunidade que paga um preço melhor.

O trabalho nos açazais é realizado pelo dono do limite de trabalho e, na maioria das vezes, por pessoas contratadas por meio de diárias para trabalharem na colheita (geralmente executada por jovens) e com transporte do açaí, por exemplo, bem como na roçada e no manejo das palmeiras. Esses trabalhos podem ser remunerados, mas não necessariamente em forma de troca de diárias, já que ocorrem em um período de grande circulação de dinheiro na comunidade, o que gera empregos à maioria das pessoas.

Atualmente, a lógica da agroindústria de São Manoel atende ao contrato do PNAE com a prefeitura municipal de Moju, estabelecido por dois anos. É a primeira vez que uma comunidade quilombola consegue ganhar uma licitação para atender as demandas locais de alimento escolar. Nesse sentido, o trato com a produção é muito criterioso, pois além dos cursos que tiveram para a produção com boas práticas, os quilombolas estão produzindo o vinho do açaí para o consumo dos seus familiares, o que aumentou a importância da atividade.

3.4.2 Roça de Mandioca

O estado do Pará é o segundo maior produtor de mandioca do Brasil, produzindo 1.041.822 toneladas, e é o primeiro do país em área de produção, com 124.234 ha distribuídos em 109.995 estabelecimentos (IBGE, 2017). Em um diagnóstico socioeconômico realizado no município de Moju, Modesto Júnior, Alves e Silva (2010) indicaram que a produtividade de raízes de mandioca está na ordem de 20 T.ha⁻¹. Esses resultados subsidiaram a orientação dos agricultores do município de substituir a prática de derruba e queima da vegetação por um modelo mais sustentável, como a “roça sem fogo” como preparo de área (ALVES; MODESTO JÚNIOR, 2009). Esse sistema previa a implantação de Sistemas Agroflorestais sequenciais ou simultâneos que envolvessem espécies frutíferas e florestais com culturas de ciclo curto, e no qual se priorizava o cultivo da mandioca no primeiro ano, de acordo com as orientações do Trio da Produtividade da Mandioca (ALVES; MODESTO JÚNIOR; ANDRADE, 2008).

Apesar de alguns autores considerarem o sistema de corte e queima como agrofloresta – já que a vegetação florestal exerce um papel fundamental durante o período de pousio (SCHWARTZ; LOPES, 2017) –, nesta pesquisa decidi por adotá-la como outra categoria. A roça é realizada, principalmente, para a produção da mandioca, e as outras culturas são introduzidas de maneira secundária. Há dois tipos de roça descritos pela comunidade: a roça chamada “verão”, feita em áreas de capoeiras; e as roças chamadas “janeiro”, pouco realizadas devido à grande distância e a falta de áreas de mata, e também por conta da mudança de comportamento da população em relação ao desmatamento.

Os processos dessas duas formas de roça são semelhantes: roçada e derrubada da mata, realizando o corte raso na área; secagem do material lenhoso durante o período de verão; queima do material lenhoso para realizar a limpeza da área; amontoamento (cuivadar) do material não queimado, com uma nova aplicação do fogo; plantio das manivas retiradas de outras roças; e realização de três capinas até a colheita para colher no “limpo” (nas palavras dos agricultores) no período de 9 meses a 1 ano. Vale ressaltar que existe uma preocupação da associação de destinar terras para o roçado longe dos SAF para evitar que o fogo se espalhe para os projetos.

Na roça do tipo verão, os quilombolas realizam a roçada nos meses de maio a junho para que ao final de junho e em julho possam queimar; depois, plantam maniva e outras culturas, como melancia e maxixe nos meses de agosto e setembro. Já na roça chamada “janeiro”, a roçada começa em setembro e vai até outubro; o queimado acontece de novembro a dezembro, e começam o plantio de arroz e milho no final de dezembro até janeiro. Essas culturas não eram plantadas no “verão” devido ao excesso de calor, o que resultava em baixa produtividade. A principal diferença dessa última forma de roça deve-se à realização nas matas e capoeirões. Segundo um dos entrevistados, ela demorava muito tempo para secar ao ser queimada entre o final de outubro e início de novembro. Depois, eram plantados maniva, milho, arroz, feijão, chicória, jambu, jerimum, mamão e banana. Segundo um dos agricultores, o “janeiro era realizado em áreas de mata devido à terra ser mais forte (dava muito e de tudo), já a capoeira só serve para dar maniva”. Atualmente, podemos ver que o plantio de banana é realizado nas capoeiras manejadas e com boa produtividade em meio aos SAF, algo que era impensável para os antigos.

Na comunidade, foi relatado que somente dez pessoas fazem roça; cinco deles (que estavam no grupo de entrevistados) o fazem para a produção própria de farinha. Geralmente, o trabalho é realizado pelos próprios produtores e por suas famílias, então, é raro o pagamento de diárias de trabalho. As pessoas que possuem a roça como principal atividade não possuem áreas de açaizal nativo, pois o tempo gasto na primeira não permite manter as duas ocupações. Isso não é válido para os agricultores que possuem roças apenas para fazer a sua própria farinha, geralmente com áreas de uma tarefa (0,25 ha), pois possuem roças menores, o que lhes possibilita ter tempo disponível para outras formas de trabalho. Eles relataram não deixar de fazer roça e a farinha para consumo próprio por uma questão cultural de resgate do modo de agricultura do passado; entretanto, já consideram mudar o sistema e começar a realizar uma roça sem queima. Em uma entrevista, um dos agricultores relatou também a importância da roça como fonte básica de alimentação: “tenho uma pequena, que é para comida, porque a gente tem que ter”. Isso demonstra a importância da roça também como promotora da autossuficiência alimentar dos agricultores, pois deixam de comprar aqueles tipos de culturas que plantam.

Em conversa com um entrevistado que possui apenas roça de mandioca, ele conta que faz os dois tipos, sendo que na “janeiro” planta macaxeira, o milho, maxixe, quiabo e jerimum. Contou que consegue vender toda a sua produção dentro da comunidade e que recebe R\$ 70,00 pela saca de farinha (30 kg); já os outros alimentos plantados servem para o próprio consumo. Esse valor é pago, segundo ele, porque há poucas pessoas na comunidade que trabalham com farinha, o que contribui na alta do valor desse produto que não necessita de escoamento de terceiros como antigamente. Ele exemplifica que foi procurado por marreteiros interessados em comprar sua farinha, mas ofereciam R\$ 40,00 pela saca, quase a metade do preço que o produtor consegue vendendo por si mesmo. Logo, não haveria nenhuma vantagem financeira.

Além dos tipos descritos acima, foi identificado um terceiro tipo, denominado por eles de sítio. Poucas pessoas falaram sobre esse tipo de roça; os relatos foram proferidos pelas agricultoras mais idosas. Elas plantavam a maniva junto a espécies frutíferas, como cupuaçu, pupunha etc. Segundo elas, essa prática é muito antiga na comunidade, pois foram plantados pomares ao redor do antigo retiro da comunidade (casa de farinha) e próximo às casas (quintais agroflorestais). Essa prática teve o

incentivo da Embrapa em reuniões realizadas em Moju. Contudo, plantavam sem espaçamento pré-estabelecido e deixavam os pés crescerem ao lado da regeneração, bem como não utilizavam essas áreas para novas roças. Essa prática não é comum na comunidade, pois poucas pessoas a realizaram alguma vez na vida ou a mantêm as áreas assim cultivadas; a maioria é abandonada com a regeneração nativa.

3.4.3 Sistemas Agroflorestais

O Sistema Agroflorestal é a prática da agrossilvicultura relativa às atividades de campo, tais como plantio, condução, manejo, colheita e demais fatores técnicos relacionados (SILVA, 2013). O município de Moju possui 1.802 ha de SAF implantados, segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017). Em São Manoel, os SAF foram implantados conjuntamente ao manejo de capoeiras e a prática foi adotada por quinze agricultores. Assim, ao mesmo tempo em que são implantadas espécies de interesse comercial (cacau, cupuaçu, açaí, banana e pimenta-do-reino), essas culturas precisam que sejam mantidas as espécies que servem de sombreadoras para os anos iniciais. No próximo capítulo, trataremos sobre as características dos SAF e a sua relação com a ação coletiva, tema central desta dissertação.

CAPÍTULO 4. AÇÃO COLETIVA E SISTEMAS AGROFLORESTAIS EM SÃO MANOEL

O objetivo do capítulo é mostrar as formas de ação coletiva e como elas refletem na forma de implantação e manejo das áreas de SAF. Procuro retratar a ação coletiva formal e informal. Posteriormente, discuto a ação coletiva e os SAF em São Manoel: como chegaram e foram introduzidos na comunidade; as razões para adotarem os SAF; a forma de implantação por meio dos mutirões do grupo de trabalho; o manejo realizado; a tipologia construída entre os agricultores; e as principais vantagens e desvantagens do sistema.

O processo de implantação dos SAF em São Manoel vem ocorrendo desde 2015, e os últimos agricultores a implantarem o sistema o fizeram em 2019, totalizando quinze produtores com SAF.

4.1 Ação coletiva formal em São Manoel

Uma das principais expressões da ação coletiva na comunidade é a Associação de Agricultores Quilombola da Comunidade São Manoel. Suas atividades englobam diversos setores, sendo que um desses aspectos, relativo à destinação de terras, é de grande importância em uma comunidade rural; sendo ela concedida por intermédio de uma diretoria específica da associação.

Um dos papéis fundamentais da associação é a representação política da comunidade por meio de suas lideranças, assim como possui o papel de conscientização dos mais jovens para formação de novos líderes. Duas das características mais gerais das lideranças entrevistadas em São Manoel, considerando tempo, propósitos e opositores, é a grande força e a motivação em suas lutas. É a associação que representa os moradores nas reuniões com o Ministério Público a respeito das negociações com a Norsk Hydro, e que lida com os acessos a editais, como no caso do PNAE.

Outra importante atribuição da associação é o contato com os órgãos governamentais¹³, como o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio), a SEDAP e o Pará Rural, e com particulares, como é o caso do acordo com o produtor Michinori Konagano, de Tomé-Açu, que forneceu sementes e assistência técnica inicial para a implantação dos SAF. A relação com agentes externos gera uma retroalimentação, que estimula a ocorrência da ação coletiva. Esses projetos que têm sido apresentados à comunidade por esses órgãos servem como uma fonte de recursos, tais como insumos, para o grupo. Porém, para ter acesso a esses recursos, é necessária a existência de um grupo local que funcione e se apresente como representante, e não apenas um líder que distribua os recursos, pois os projetos necessitam de um grupo que os implemente, conforme observaram Veiga e Albaladejo (2002) em outro contexto.

Em São Manoel, existe uma iniciativa de organização para a venda do açaí para o município de Moju por meio de licitação da merenda escolar, como afirmaram doze agricultores (80% dos entrevistados). A agroindústria localizada em São Manoel realizou uma mobilização entre os produtores de açaí da comunidade para a compra de seus produtos, beneficiando o açaí para a venda, o que gerou agregação de valor ao produto, depois repassado no valor da compra aos agricultores. Cinco agricultores (33,3%) relataram que por meio da organização pretendem tirar o poder de barganha dos atravessadores, que constantemente pagam um preço baixo pelos produtos locais.

Outra forma de ação coletiva evidencia-se na realização do trabalho, que, normalmente, ocorre de modo comunitário. Essa é uma das manifestações mais importantes da organização em grupo dos quilombolas, chamada popularmente de mutirão, realizada desde períodos longínquos, como relata um dos agricultores:

¹³ O Ideflor-Bio doou para os agricultores a estrutura completa de um viveiro (com sombrite e sistema de irrigação), sementes, mudas de bananeira (provenientes da Embrapa) e insumos, como calcário. Em 2020, o instituto doou uma bomba hidráulica para o novo viveiro que tinha dificuldade na captação de água. Além disso, já ofertaram cursos de produção de mudas na comunidade. A Sedap realizou uma reunião com suas técnicas (todas mulheres) visando a instalação de tanques de peixes para os homens e a criação de uma pequena granja de aves para as mulheres, buscando atender a igualdade de oportunidade entre os gêneros dentro da comunidade. Em abril de 2019, os quilombolas receberam a visita do governador do estado do Pará, Hélder Barbalho, para dar início à agroindústria que estava fechada. Esses equipamentos foram adquiridos devido aos projetos do Pará Rural, os quais deveriam formar uma cadeia produtiva do plantio à indústria, mas os equipamentos foram financiados e alocados em uma casa muito antes de terem produção, segundo os agricultores. Porém, em 2020, devido ao manejo das áreas de açaí na várzea, a comunidade vai conseguir processar o fruto que será vendido para a alimentação escolar através do PNAE.

É muito grande a importância do mutirão para comunidade. Tudo que a gente tem construído aqui na comunidade foi através de mutirão, foi através da união da comunidade trabalhando coletivamente que a gente construiu. Aí eu volto a te falar, se hoje a gente tem SAF é graça ao trabalho coletivo, se hoje somos referência em açaí nativo no Jambuaçu e estamos vendendo para merenda escolar é graças ao mutirão, é graças ao trabalho coletivo. Se hoje nós temos aquele salão comunitário, foi mutirão. Tudo que nós temos na comunidade de obras é mutirão, nunca ninguém pagou ninguém. Para nós, o mutirão é uma coisa muito importante que, para a gente, é uma cultura, é uma identidade da comunidade São Manoel que a gente faz questão de lembrar e ressaltar a importância que tem para cada um de nós. A gente em São Manoel não sei como viveria sem o mutirão, pois a comunidade aprendeu a trabalhar em mutirão, desde nossos antepassados existia um estilo comunitário em que todo mundo trabalhava junto e desde o surgimento da comunidade sempre teve esse trabalho em mutirão, o que é fundamental para nós.

A própria formação inicial de São Manoel ocorreu por meio de um mutirão para a limpeza do caminho do cemitério, conforme relatado nas entrevistas históricas, o que demonstra a importância dessa forma de trabalho. Em comunidades rurais, nas quais, por vezes, o Estado não atua na promoção de serviços básicos à população, essa se vê propensa a união em prol de melhorias. Esses serviços básicos podem ser desde a construção de calçadas, centros comunitários e limpeza de áreas comuns, até deliberações para a melhoria de vida, como demonstra a união do grupo para a implantação dos SAF, visando um futuro melhor.

Diferentes formas de organização se evidenciam nos mutirões. Willems, (1947) *apud* Caldeira (1956) distinguiu dois elementos relacionados às formas de reunião de trabalho ao observar a cidade de Cunha (SP): a reciprocidade *instantânea* e a reciprocidade *adiada*. A primeira se caracteriza pelo fornecimento de comidas e bebidas pelo dono do mutirão aos que lhe ajudaram a realizar um trabalho coletivo; a adiada constitui os serviços que serão retribuídos em forma de trabalho.

Um dos agricultores relata que, antigamente, existia a forma de reciprocidade instantânea na comunidade:

Realmente quando a gente faz essas tarefas de organização, nas conversas entre dois, três a gente fala “bora fazer um grupo de trabalho? Então bora, vamos chamar fulano e ciclano” e assim vai. Então a gente forma aquele grupo, o que eu acho proveitoso e isso vem desde os antepassados, que faziam os mutirões grandes que chegavam a matar porco. Diziam “ó, tal dia tem mutirão de fulano”, então eles iam para lá derrubar roçado só no machado, passava o dia inteiro e almoçava aquele porco, quando era de noite ainda fazia uma festinha. Era tudo

isso, essas tradições de primeiro acontecia, então essa é uma tradição que a gente vem trazendo durante o tempo. Não é como antigamente que rolava almoço, às vezes conforme o sol a gente forma até o dia inteiro, mas geralmente é até meio dia e também não tem a festinha durante a noite que tinha antigamente.

Hoje, essa reciprocidade pode ser caracterizada como adiada, pois a maioria dos agricultores não possuem recursos para realizar almoços e festas como acontecia antigamente. Outra questão retratada por um dos agricultores se refere à importância do mutirão como uma forma de cultura e identidade do povo da comunidade de São Manoel, por ser uma herança de seus antepassados; assim, possuem forte vínculo entre os comunitários até os dias atuais. Quanto às formas de incentivos, verifica-se um exemplo pela fala do agricultor abaixo:

O mutirão é muito importante, porque o trabalho em grupo um ajuda o outro. Tem serviços que uma pessoa iria passar quinze dias fazendo e as vezes é um trabalho que ia desgastar fisicamente, psicologicamente a pessoa, por se tratar de um trabalho muito pesado esse nosso. Isso às vezes traz até o desânimo da pessoa. Quando estamos trabalhando em grupo é diferente, porque um dá força para o outro. A gente vai trabalhando, vai gritando, vai se motivando, quando a gente vê que um está desanimado a gente dá força e assim vai. Então o trabalho em grupo tem essa grande importância. A gente se sente incentivado pelo outro quando a gente está em grupo.

Em minha convivência com os comunitários, pude observar o exercício do convívio entre as pessoas que têm o mesmo objetivo final. Observa-se esse aspecto na fala de um dos agricultores:

O mutirão traz uma vantagem muito grande, porque é um meio que a gente encontrou, que além do serviço que produz no dia, ele gera mais união entre a gente. Então o mutirão ajuda muito, porque o serviço que era para fazer em dez dias, em um dia a gente faz em uma quantia de gente, com todo mundo animado, naquela ativa, então une os dois juntos.

Em relação a esse tipo de reciprocidade, o mutirão ocorreu na comunidade conforme explicitado no Box 01.

BOX 1. Manutenção do Pimental e Manejo de Açaí

Manutenção do Pimental

Foi realizado um mutirão por um grupo de agricultores para realizar a manutenção do pimental comunitário. Nesse pimental, cada um dos sete integrantes tinham duas filas de pimenta plantadas com um tutor vivo de gliricídia e mais seis filas que eram comuns a todos. O grupo se reuniu por volta das sete horas da manhã para ir ao pimental. Chegando lá, fizeram uma oração pedindo proteção para o dia de trabalho iniciado. Como estava na época da safra do açaí e os recursos financeiros eram mais abundantes, alguns agricultores optaram pela contratação de diaristas para ajudá-los na realização da tarefa de capina, o que demonstra a distribuição de renda nessa época do ano. Sabourin (2006) relata mudanças em casos de ajuda mútua de reciprocidade, pois alguns agricultores pagam um diarista no lugar de assumir a sua prestação, mas não criam uma dívida social por não participarem fisicamente do mutirão. Eles realizaram o manejo da gliricídia, em que eram deixados três galhos e a capina das entrelinhas, deixando a matéria orgânica nas linhas para a decomposição. Toda a área, que antes era uma capoeira, foi cortada e picada em pedaços menores para a decomposição do material lenhoso. O grupo se dividiu em seis pessoas que realizavam a capina, enquanto duas pessoas com roçadeiras semi-mecanizadas roçavam as partes mais altas. Era muito comum durante o trabalho a narração de casos que elevavam o humor dos trabalhadores durante as atividades. No meio da manhã, houve a pausa para a merenda, e as comidas (arroz, farinha, charque, açaí e carne enlatada) foram compartilhadas. O trabalho foi encerrado próximo ao meio dia e voltou a ser realizado às sextas-feiras das semanas posteriores até a chegada do período da colheita.

Manejo de Açaí

Houve um mutirão na área de açaí nativo em uma terreno de igapó da liderança técnica de São Manoel, no qual participaram oito agricultores da comunidade vizinha de Jacundaí. Eles vieram retribuir o chamado devido à ajuda que essa liderança realiza nas orientações técnicas de seus SAF. A reunião do pessoal se iniciou às sete horas da manhã, quando cada um afiou o seu facão e dois agricultores se equiparam com roçadeiras semi-mecanizadas, todos para a realização da roçada e do manejo da área. Os agricultores trabalharam nas atividades de limpeza da vegetação, fora o corte de alguns açazeiros mais altos que dariam espaço para novos estipes, o que torna a colheita mais célere por conta da menor altura. No caso específico desse mutirão, como a liderança convidou os comunitários de Jacundaí, ele era o responsável por dar toda a alimentação do dia (a merenda da manhã e o almoço).

4.2 Ação coletiva e SAF em São Manoel

4.2.1 Introdução dos SAF em São Manoel

A implantação dos Sistemas Agroflorestais em São Manoel iniciou após um dos agricultores realizar seu estágio de finalização do curso de Técnico em Agropecuária (da Casa Familiar Rural) na propriedade do senhor Michinori Konagano, presidente da Camta naquela época. Em 2014, o técnico passou 25 dias na propriedade aprendendo as técnicas utilizadas nos SAF característicos de Tomé-Açu. No final do estágio, ele solicitou permissão para levar outros agricultores de sua comunidade até a Camta para aprender mais sobre SAF e realizar um treinamento, por considerá-los uma alternativa produtiva. Foram quatro agricultores de São Manoel e um de Santa Maria de Mirindeua para o primeiro treinamento, que durou

três dias. Eles retornaram em diversas outras oportunidades para se aperfeiçoar, também levando outros agricultores e estreitando o relacionamento.

Durante o primeiro treinamento em Tomé-Açu, os quilombolas expressaram sua preocupação de não ter como implantar o sistema no Jambuaçu pela falta de recursos para obtenção dos fertilizantes, por exemplo. A orientação que receberam do senhor Konagano foi que usassem a própria floresta como insumo, pois, além do sombreamento inicial necessário para a proteção das mudas de cacau e cupuaçu, conseguiriam a liberação de nutrientes via decomposição da matéria orgânica, uma adubação de forma lenta e gradual. Essa foi uma mudança no modo de se fazer agricultura na comunidade, pois criou diversas inquietações iniciais, principalmente entre os mais velhos. Tradicionalmente, eles realizavam a agricultura por meio do sistema de corte e queima, e o modelo proposto era inovador até mesmo para os SAF tecnificados de Tomé-Açu. No final do treinamento, Konagano doou sementes de cacau, pimenta, frutos de cupuaçu e mudas de mogno para iniciarem a implantação dos SAF na comunidade.

O senhor Michinori Konagano teve muita importância na motivação dos quilombolas para a implantação dos SAF, assim como em outras comunidades tradicionais e de pequenos produtores rurais da região. Isso é demonstrado na fala do agricultor que teve o contato inicial com ele durante o estágio de conclusão do curso de Técnico Agropecuário:

Eu não conhecia o senhor Michinori, só tinha ouvido falar. Ao decorrer do estágio nas conversas com ele eu fui percebendo que ele tinha um grande interesse de ajudar as pessoas. Ele fazia questão de mostrar a propriedade dele, na qual ele possui um poder aquisitivo bem alto, mostrar de onde ele veio, por onde caminhou e onde ele está hoje. Tanto é que nas visitas às propriedades em que nos levou, mostrou outra realidade, de agricultores do nosso nível que com dois hectares de terra estão sobrevivendo em Tomé-Açu. São famílias que ele orientou ali em Tomé-Açu, a gente passava o final de semana inteiro passeando com ele por lá. A gente ia participando da inauguração de viveiros, vimos a ONG que ele conseguiu para apoiar o pessoal lá e eu fui vendo que esse senhor tem boa vontade de ajudar as comunidades. Aí eu me esforcei mais ainda, para tentar pegar a credibilidade dele e pegar o certificado de estágio. E tudo que ele ia nos mostrando lá, o meu pensamento era aqui na minha comunidade. Eu olhava aquelas famílias em Tomé-Açu, absorvia o que ele falava e pensava na minha comunidade. Não pensava nem em minha família, nem só em mim, tem que ser na minha comunidade porque aqui a gente não tinha muita perspectiva de melhora de vida.

Isso não se deve apenas ao fato da doação de sementes por parte do proprietário, mas também pela assistência técnica que ofereceu e a forma como compartilhou o conhecimento com os agricultores, utilizando figuras de linguagem que se aproximassem do seus cotidianos. Em seus exemplos, falava da muda tal como se fosse um bebê, a cova seria o seu berço e os nutrientes, seu alimento. Dessa maneira, se criou uma imagem lúdica acerca do cuidado que os produtores deveriam ter para o sucesso do plantio, mostrando, na prática, como podem trabalhar na terra com a nova experiência. Ele também orientou os agricultores sobre o gerenciamento dos recursos financeiros, de modo a não gastarem mais do que possam pagar e, assim, conseguirem investir em seus projetos.

Entre os membros do grupo, há o entendimento de que para obter sucesso na implantação deve-se começar pela sementeira até a transferência das mudas para a área de plantio, pois, para o agricultores, é dessa maneira que criam amor pelas mudas e pelo sistema produtivo em si. Isso é muito lógico dentro do processo de aprendizado de um sistema por conta da satisfação que se tem em ver uma planta crescer sob seus cuidados, além de todo o apoio do grupo que já possui conhecimento sobre a produção.

Com o sistema dos pioneiros como modelo, os agricultores da comunidade verificaram que o plantio se consolidou e era viável, e os SAF se tornaram um local de visita tanto para os agricultores ao redor quanto para técnicos de órgãos governamentais, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) e o Ideflor-Bio. No início, em 2015, o grupo era composto por apenas quatro pessoas; em 2016, por cinco; em 2017, por sete; em 2018, por oito, e em 2019, por quinze agricultores. Há a previsão de que mais dez pessoas poderão aderir aos SAF em 2021.

Para contrastar com esse método apresentado, os entrevistados relataram que durante o período de conflitos com a Vale, a UFRA elaborou a pedido da empresa um plano de geração de renda para o Território Quilombola Jambuaçu. Nesse plano foram discutidas as necessidades e aptidões em cada comunidade por meio de reuniões para a posterior implementação do plano. Um curso sobre a implantação de SAF foi realizado na comunidade e durou cerca de seis meses, mas como a linguagem era muito técnica, não foi acessível aos quilombolas. Além disso, era um empecilho para a evolução dos sistemas o fato de não possuírem incentivos financeiros da empresa para a execução do plano. É diferente do sistema

introduzido pelo senhor Konagano, que foi exitoso na comunidade justamente por conta da aceitação vir da base dos agricultores para implementação e adaptações dos sistemas locais, inclusive com notáveis alterações realizadas recentemente a partir do modelo inicial de implantação. Não obstante as diferenças, as quinze pessoas que possuem SAF justificam suas opções a partir de diferentes razões.

4.2.2 Razões para ter SAF

As razões dos agricultores para a implementação dos SAF são diversas e interligadas: dizem respeito à renda, aos limites da roça de corte e queima, à herança e à atenção de terceiros aos produtores e ao tipo de trabalho.

A melhoria e a obtenção de renda durante o ano todo foi citada como o principal motivo por nove dos agricultores (60%). Eles já possuíam uma renda monetária durante os meses de junho a novembro com o açaí nativo, mas ao término desse período, começavam a passar por privações financeiras, pois o recurso acumulado não é suficiente para o restante dos meses. Com os SAF, a ideia é conseguir renda durante os meses restantes ao trabalhar na área de terra firme e com produtos diversos.

A colheita por vários anos, ao contrário da roça de mandioca que é anual, foi citada por dois agricultores (13,3%). Isso se deve ao fato do período de produção das fruteiras perenes serem mais prolongados, o que gera renda por muito mais tempo e se torna um ponto favorável à implantação dos SAF. Além disso, quatro agricultores (26,7%) veem nessa forma de plantio um meio de ter um futuro melhor e de desenvolver a comunidade, transformando a sua realidade.

A questão da pobreza está no horizonte dos agricultores, e se tratando desse tema, dois deles (13,3%) externaram sua vontade de mudar tal codição para, assim, oferecer um padrão de vida melhor para as suas famílias. Para um deles (6,7%), a renda dos SAF, além de fornecer melhores condições à família, por possibilitar o pagamento de contas e a compra de alimentos, ajuda a obter maior poder de investimento para a aquisição de materiais de trabalho e insumos, como os adubos, visando melhorar a produção de seus SAF. A obtenção de frutas para a alimentação e para comercialização do excedente foi citado por dois agricultores (13,3%) como razão para o seu plantio, pois assim, podem viver da terra. Eles veem nos SAF uma espécie de solução por conta da falta de outras oportunidades de ganhos (13,3%).

Quanto aos limites da roça de corte e queima, dois agricultores (13,3%) relataram que, além do desmatamento e da queima do material lenhoso causarem grandes danos ambientais, ela possui baixa produtividade e a farinha, seu produto final, não recompensa devido ao baixo valor agregado, e isso os desestimulou a continuar o plantio pois não garantia a sobrevivência.

Na agricultura de corte e queima, parte dos analistas consideram que os processos rápidos de imigração seguidos pela implantação de culturas anuais (como a mandioca) resultam em queda da fertilidade do solo, ocorrendo a degradação ecológica e econômica devido ao aumento populacional e à crescente integração ao mercado, fatores que obrigam os camponeses a encurtarem o ciclo de pousio. Hurtienne (1999) afirma que esses sistemas de cultivo camponesa, com base em culturas anuais plantadas no corte e queima, são, por vezes, insustentáveis tanto no nível econômico como no nível ecológico. Do ponto de vista ecológico, as questões analisadas são relativas aos solos pobres e ácidos; chuvas fortes com alto potencial de lixiviação; e invasão das ervas daninhas e pragas. Do lado econômico, falta de infraestrutura; ausência de crédito e assistência técnica e sociais; as tradições agrícolas não são adaptadas, o que ocasiona a existência de sistemas de cultivo simples e de curta permanência devido à perda da fertilidade do solo (HURTIENNE, 1999). Contrapõe-se a essa visão a tese de uma estabilização relativa dos camponeses nas diversas fronteiras no Pará (COSTA, 1992 *apud* HURTIENNE, 1999), que demonstraram que a pequena produção está baseada mais frequentemente na complexificação dos sistemas de cultivo com a integração de culturas perenes (HURTIENNE, 1999). A agricultura itinerante geralmente é associada à fatores como agricultura migratória, desmatamento e queimadas, e à pouca estabilidade territorial, como o tempo de residência local curto e a *nutrition mining* (“mineração de nutrientes”). Porém, Hurtienne (2002 *apud* SCHMITZ, 2013) apresenta dados recentes com a hipótese de uma estabilização relativa da agricultura familiar no Pará como a tendência predominante, contudo sendo distribuída desigualmente nas diferentes microrregiões.

Dois entrevistados (13,3%) pretendem deixar o plantio como uma herança para os seus filhos para que tenham um ponto de partida, diferentemente de seus próprios pais que não puderam deixar esse tipo de patrimônio porque trabalhavam e viviam exclusivamente da roça. No campesinato, a herança visa garantir os meios de produção que permitam a reprodução social a curto e a longo prazos

(WOORTMANN, 1988). No caso de São Manoel, por se tratar de uma área a qual a titulação é coletiva, o direito de transmissão se dá por meio dos limites de trabalho, onde a pessoa não é dona da terra, mas sim dos plantios que nela realizou. Este tipo de herança se transmite por meio do trabalho sobre a área, pois são as culturas implantadas que são herdadas e não a posse da terra em si.

Um dos agricultores (6,7%) contou que por conta da atenção recebida do senhor Michinori, se afeiçãoou ao trabalho com SAF, e hoje faz tudo com muito amor, pois quando vê o resultado de seu trabalho chega a lacrimejar. Outro trabalhador destacou a importância do senhor Michinori para a orientação, sobretudo, a assistência técnica acerca do trabalho. Como se pode ver, a atenção de um terceiro proporcionou incentivo, conforme os relatos:

As plantas a gente percebe que estão chamando o dono. Eu chego aqui e gosto de olhar a copa das plantas, eu começo a trabalhar e se eu puder eu passo o dia inteiro trabalhando nessa área.

Quem já tinha pego mais orientação me orientou, ou seja, eu ia trabalhar com aquela pessoa que já tinha implantado o dele, tinha tido acompanhamento melhor do senhor Michinori e seus técnicos e essa pessoa vinha trabalhar comigo para implantar meu projeto.

Isso apresenta uma atitude que pode resultar em maiores chances de sucesso na implantação do sistema devido ao carinho que o agricultor desenvolve pelas plantas, o que estimula a realização do trabalho a partir de uma relação de afeto. Em uma fala, um agricultor afirmou que questionara a autoestima da comunidade, pois se sentia diminuído por ser agricultor.

A nossa autoestima que estava baixa, a gente tinha até vergonha de dizer que éramos agricultores. Hoje você fala com um moleque aqui e ele fala que quer ser agricultor. Tudo isso que o senhor Michinori foi fazendo, foi criando uma transformação na nossa mente. Não apenas pelo que nos falava, mas o como ele agia com a gente.

A interação a partir de uma ação concreta provocou sentimentos positivos, como o mostrou o relato do resgate do orgulho de se denominar agricultor.

4.2.3 A implantação dos SAF: um trabalho coletivo!

O mutirão e a troca de dias de trabalho podem ser vistos como formas de cooperação simples (LACERDA; MALAGODI, 2007). Essa ação coletiva informal é

realizada, principalmente, quando um objetivo comum ao grupo de indivíduos não pode ser alcançado por meio de uma ação individual (SCHMITZ et al., 2017). O mutirão é realizado pelos agricultores justamente devido à inviabilidade de implantarem seus respectivos SAF de maneira individual, já que os trabalhos iniciais de manejo são muito desgastantes fisicamente.

Inicialmente, o mutirão para a implantação de SAF foi realizado em 2015 por apenas quatro agricultores. Todos se juntaram para trabalhar em um terreno realizando todas as tarefas, desde a abertura da área até o plantio, logo depois passando para a área do próximo agricultor. No início, o trabalho foi mais pesado, pois os agricultores ainda não tinham desenvolvido as técnicas de implantação, e levaram mais tempo para finalizarem as áreas. Conforme trabalhavam, iam adquirindo experiência nas atividades, o que otimizou o tempo de execução das tarefas. Desde o início, trabalharam em grupo para a implantação de novas áreas (entre os meses de outubro e dezembro), sendo que as atividades executadas foram basicamente as mesmas que estão descritas abaixo, com a diferença que, depois da implantação, as tarefas de plantio (a partir de janeiro) e a seleção de árvores que permanecerão em pé seriam realizadas por cada agricultor em seu SAF.

Hoje, o grupo de SAF é composto por quinze pessoas distribuídas em três grupos de cinco. Esses grupos se dividem para trabalhar no preparo de área, e o mutirão, composto por dez pessoas (dois grupos), labutam enquanto o terceiro grupo descansa. As tarefas são distribuídas pela liderança técnica (técnico agropecuário) e levam, ao todo, três dias inteiros para serem realizadas em uma área de 1 ha. Os trabalhos não são realizados em dias consecutivos, são distribuídos a cada cinco dias. O dia de trabalho começa às 07h30 e termina ao meio dia; há a pausa para o almoço; as atividades retornam às 13 horas e encerram às 15h. Para o almoço cada um leva a sua comida, depois partilhada entre todos os componentes do grupo. A primeira atividade, desenvolvida por toda a equipe de dez pessoas ao mesmo tempo, é a roçada da área, operação na qual são cortados os matos e pequenas árvores e que demora um dia inteiro de trabalho. As atividades posteriores são o piqueteamento e o coveamento desenvolvidas de forma conjunta. Para a atividade de piqueteamento são necessárias três pessoas, consumindo um dia inteiro para a alocação de cerca de pouco mais de 800 mudas. Já a atividade de abertura de covas é cumprida por sete pessoas e também demanda um dia inteiro. O trabalho do mutirão se encerra com essas atividades. O plantio de mudas e o

corte de árvores para realizar o raleamento de suas copas, bem como a posterior picagem, são atividades consideradas mais leves e que não necessitam do trabalho em conjunto, podendo o dono de cada área realizar a seu tempo. O grupo de mutirão é composto inteiramente por homens, e as mulheres e os familiares de cada agricultor exercem as atividades posteriores que requerem mais cuidado, como o plantio de mudas.

As mudas para a implantação dos SAF são produzidas em um viveiro comunitário em São Manoel. Devido à crescente adesão aos SAF, foi necessário um mutirão para a mudança do local do viveiro para uma área mais ampla. As atividades realizadas estão descritas no Box 02.

BOX 2- Mudança do local do viveiro

Mudança do viveiro

O viveiro tem um papel essencial na organização do grupo de SAF, pois todos os agricultores que entram precisam produzir as suas mudas, e há um dia da semana especificado para a realização dessa atividade, na qual aprendem tais conhecimentos por intermédio do mutirão. A organização do mutirão começou com uma reunião na semana anterior para definir o dia a ser realizado e para a mobilização da comunidade. No dia anterior, houve uma coleta de comida (arroz, feijão e, principalmente, carne) para o almoço que seria servido durante o dia seguinte, preparado por um grupo de mulheres. Na data marcada, apareceram as pessoas que compunham o grupo de produtores de SAF, bem como os novos ingressantes que irão entrar no grupo em 2021, além de seus familiares. O grupo era composto por homens de várias faixas etárias que iam desde adolescentes (de 14 anos em diante) até pessoas mais idosas (por volta de 60 anos), inclusive havendo a presença de um jovem mudo, o que demonstra que apesar da falta de comunicação adequada (libras), o conhecimento é transferido de outras formas. Os comunitários começaram os trabalhos no início da manhã com uma oração, pedindo para que tudo ocorresse bem e que a união sempre prevalecesse entre eles. Essa é uma característica de todos os mutirões que presenciei na comunidade, nos quais eles expressam sua religiosidade. Inicialmente, formou-se uma roda com todos os homens para que a liderança técnica (técnico agropecuário) distribuisse as tarefas aos grupos que deveriam executá-las, respeitando a aptidão de cada pessoa. Algumas pessoas ficaram encarregadas de limpar a área onde iria ser implantado o viveiro e, para isso, utilizaram roçadeiras para a limpeza dos matos e facões para a retirada de árvores pequenas, processo do qual participei, além de realizar os registros do dia. Outro grupo foi para a floresta retirar travessas para as estruturas do viveiro. Pude acompanhar o trabalho na mata de onde eram escolhidas as espécies conforme seu diâmetro (que não deveriam ser muito grandes), as quais eram cortadas com o auxílio de motosserra e desgalhadas no local. Ali, ocorreu um acidente, um ataque de vespas, mas nada que pudesse parar os trabalhos. Em outro local, um dos grupos buscou as estacas já cortadas para a estrutura de viveiro, formadas por acapu e jarana, vendidas a R\$ 4,00 cada uma, e o valor da compra foi dividido pelos membros do grupo. O transporte foi difícil por conta da quebra do eixo de uma carroça que estava conduzindo a carga, que depois foi transportada por cabos de motocicletas. Depois do terreno limpo, foi estendida uma linha para a realização do piqueteamento dos locais aonde iriam ser fincadas as estacas. Os buracos para colocar as bases do viveiro foram abertos sobretudo pelos mais jovens. Com a madeira no local, foram fincadas as estacas, depois alinhadas, e a terra foi jogada e socada para dar sustentação. Após isso, houve uma pausa para a merenda e cada um levou um pouco de alimento para a distribuição coletiva. No início fiquei distante para observar melhor o momento, mas por várias vezes fui chamado para comer, o que demonstra a solidariedade do grupo. Todos comem juntos dividindo talheres, água e café, sentados em troncos ou mesmo no chão, buscando uma sombra para amenizar o calor. Após o intervalo, os trabalhos com as estacas continuaram, ao mesmo tempo em que eram retiradas as estruturas do viveiro antigo, como o sombrite e o encanamento de irrigação. As crianças participam do trabalho buscando água para os trabalhadores, e intercalam a observação das atividades com as brincadeiras; ou seja, é um momento que envolve a comunidade como um todo. No meio disso tudo, há momentos de bom humor, com a narração de piadas e histórias. Depois, houve o intervalo para almoço, servido e distribuído pela esposa de um dos agricultores. No período da tarde, houve o corte com a motosserra na parte superior das estacas para formar a estrutura em que são colocadas as travessas. Logo pós, foram utilizados arames para colocar o sombrite e os canos com os aspersores para a irrigação. Para finalizar, a cena mais marcante desse campo, para mim, foi durante esse período do tempo. Como de costume nos invernos amazônicos, fazia muito calor pela manhã até o início da tarde; quando o tempo fechou de nuvens, não demorou muito para que caísse uma chuva torrencial com fortes ventanias e trovoadas. Nesse momento, os quilombolas estavam cobrindo o viveiro com o sombrite e sabiam que não poderiam soltá-lo, pois iria ser levado pelo vento. Ali, presenciei de perto a força da ação coletiva, pois mesmo em um momento em que lidavam contra a força da natureza, colocando a vida em risco devido às trovoadas, ninguém soltou a parte do sombrite que seguravam. A força da comunidade se mostra não apenas em grandes manifestações, como fechamento de estradas e derrubadas de torres, mas também em manter uma estrutura que gerará as vidas em forma de mudas para os SAF, modelo que poderá mudar as suas vidas.

Esse é o principal fator para o sucesso na implantação dos SAF até o momento, pois o trabalho em conjunto une as pessoas e, segundo eles, mesmo quando alguém desanima devido à intensidade do trabalho, outros o motivam e assim o levam adiante. Há consenso que o trabalho inicial depende da força de trabalho de todo o grupo, pois sozinhos teriam possivelmente desistido devido às dificuldades dos afazeres.

Para 60 % dos entrevistados, a comunidade possui grande facilidade para a organização do trabalho em grupo, sendo para eles o mutirão é uma tradição ancestral na comunidade (33,3%). Outro fator importante é o estado de espírito que essa mobilização provoca, já que a parceria entre eles e o ânimo que os estimula é uma questão fundamental (13,3%). As reuniões da associação são importantes para a mobilização dos agricultores (20%) e essa relevância se deve à falta de apoio do poder público (6,7%), o que faz com que a comunidade tenha que se mobilizar para realizar as suas ações de melhorias. Essa mobilização é considerada importante também devido à escassez de recursos financeiros e por ser a única forma de ajuda disponível (13,3%) entre eles, o que revela a importância do mutirão, assim como corrobora com as justificativas acima citadas.

Sabourin (2006) descreve que, no Nordeste brasileiro, mutirão pode designar dois tipos de ajuda mútua: os convites de trabalho em benefício de uma família que geralmente se referem a trabalhos pesados (desmatar uma área, construir uma casa); e aquele relativo aos bens comuns e coletivos, como a construção ou manutenção de estradas. Sobre a importância do mutirão, a maioria dos agricultores (60%) o considera como a principal forma de ajuda, pois sem ele, possivelmente, não teriam seus SAF implantados por conta da dificuldade inicial do trabalho. Para 53,3% dos entrevistados, a maior importância dos mutirões está no incentivo por ele provocado na realização do trabalho, ao aumentar o ânimo de todos aqueles que executam as suas tarefas. Outro aspecto apontado por quatro pessoas (26,7%) foi a questão da “sociabilidade”, pois enquanto realizam o mutirão, eles estão interagindo, bem como relataram como é difícil a realização dos trabalhos sozinhos pela falta de conversas durante as atividades. Outro fator elencado por um dos agricultores (6,7%) foi a troca de conhecimentos durante a atividade de mutirão, pois, frequentemente, os conhecimentos são repassados de forma prática durante a realização dos trabalhos. Ianovali (2015), em pesquisa em uma área quilombola, afirma que uma

das principais características das relações sociais é a reciprocidade, o que pode ser observado sobretudo no mutirão.

Após a implantação dos SAF e ao ver o êxito da produção que se inicia com a venda de pimenta e culturas de ciclo curto, houve um crescente interesse de novas pessoas em começar a implantar SAF em suas áreas. Onde antes havia capoeira sem enriquecimento para ser apenas queimada, hoje ocorre a manutenção de diversos indivíduos, ainda com perspectiva de enriquecimento com outras espécies de importância ecológica para, dessa forma, realizara recuperação florestal.

Em suas falas, os agricultores manifestam o desejo de produzir mais por meio do SAF devido a inúmeras causas. As principais são a financeira, a ecológica e por visualizarem um horizonte no qual podem obter melhoria da sua qualidade de vida. Isso porque logo que tenham uma quantidade de frutos a serem processados, poderão encontrar novos mercados para inseri-los. Ademais, podem requerer melhorias nas condições de estradas e outras infraestruturas.

Porque eu percebi que a forma como vínhamos trabalhando na roça de mandioca não estava trazendo para nós o sustento que a nossa família precisava. Estávamos trabalhando muito e produzindo menos, estávamos ganhando menos. Percebemos também que com a roça estávamos destruindo ainda mais a natureza e não deixando nada de bens materiais para os nossos filhos. Hoje, eu não tenho nada que a minha mãe possa ter deixado para mim com o dinheiro de roça. Por outro lado, o SAF garante uma renda melhor, porque o açaí, cacau e cupuaçu tem comércio e muito mais por se tratar de uma roça sem queima, por se tratar de uma experiência nova que não agride a natureza. É um trabalho que no começo é meio sacrificante, mas depois ele já começa a trazer as suas vantagens. Depois que a planta está grande o mato começa a crescer menos, aí vem a produção. A roça todo ano a gente tem que estar plantando. O cupuaçu, o cacau, açaí não precisa todo ano estar plantando, depois que planta vai colher por muito tempo.

4.2.4 SAF em São Manoel: um manejo diferenciado

Os SAF em São Manoel têm uma originalidade: foram implantados utilizando a própria floresta como insumo para a nutrição das plantas.

A implantação dos SAF é realizada em áreas de capoeira e os principais instrumentos para a realização do trabalho são o facão e a motosserra, essa última sobretudo em capoeiras mais desenvolvidas. Inicialmente, a capoeira é roçada entre o início de outubro e meados de dezembro, quando se corta as árvores mais finas e os cipós com o facão para facilitar a derrubada (chamada de “brocar”) (OLIVEIRA,

2002). As árvores mais grossas da capoeira não são derrubadas nesta primeira etapa, pois o interesse comercial nelas e seus valores ecológicos são os critérios para a permanência dessas espécies. Assim, estão alocadas em locais estratégicos para o sombreamento das mudas e poderão ser cortadas após o desenvolvimento dessas realizando o anelamento e a posterior derrubada, para que não prejudique o plantio.

De modo geral, os materiais suprimidos pelos agricultores é posteriormente cortado em pedaços menores (sistema “picadinho”) e distribuídos pelo terreno ou enleirados nas linhas e/ou entrelinhas para que ocorra a decomposição e liberação dos nutrientes. Não se realiza o processo de queima da área, o que favorece a proteção do solo contra a erosão, auxilia na retenção da umidade no solo no período mais seco do ano, reduz a emissão de CO², assim como ajuda na manutenção da fauna do solo, dentre outros benefícios. A cobertura morta sobre o solo é primordial e reflete sobre a sua qualidade física, química e biológica (KATO et al., 2014). Em algumas áreas, pude notar a presença de fornos escavados para produção de carvão; a produção se dá com a utilização dos pedaços dos troncos mais grossos e o produto final é destinado ao autoconsumo (no fogão a lenha) ou para geração inicial de renda (na comunidade, a saca é vendida a R\$ 15,00).

Após o corte das árvores, realiza-se o balizamento e o piqueteamento para a alocação das mudas a serem plantadas. Os agricultores utilizam um método prático por meio do teorema de Pitágoras, conhecido como 4 x 3 x 5, cuja base fundamental são os triângulos retângulos. No vértice de 90°, coloca-se um piquete e, logo depois, com auxílio de uma trena, marcam-se 4 e 3 metros, colocando dois piquetes correspondente aos catetos. Em seguida, estende-se a trena com 5 metros, que corresponde a hipotenusa, até que coincidam com os piquetes dos vértices, formando um ângulo de 90°. Devido à diversificação espacial e declividade do terreno, cada área possui sua peculiaridade para o piqueteamento, e quanto mais densa a capoeira, maior a dificuldade do trabalho. Só então, com o auxílio do enxadeco, efetua-se o coveamento com dimensões de 40 x 40 x 40 centímetros (largura x altura x profundidade). Em duas áreas vizinhas foram constatadas a presença de piçarra (pedregosidade), o que dificulta o processo de abertura das covas. Alguns agricultores relataram que não utilizam o mesmo tamanho de cova para todas as mudas, como no caso do açaí para o qual a cova é mais rasa (40 x 40

x 20 centímetros) porque tem raízes mais superficiais e não pivotantes, como e o caso do cacau e do cupuaçu.

Durante a abertura da cova, a terra preta (horizonte A do solo, mais rico em nutrientes) é separada da parte mais argilosa. Essa terra é misturada com 10 litros de adubo orgânico (nesse caso, esterco de boi) e com 100 gramas (g) de calcário por cova. Além dos fertilizantes orgânicos, são utilizados calcário, ureia e NPK em duas formulações: 10-28-20 e 18-18-18. Esse último deixou de ser tão usado devido à grande quantidade de nitrogênio que, segundo um agricultor, torna a planta mais “folhuda” e eleva o tempo de frutificação da planta. Quando questionados sobre a composição dos fertilizantes ser elevada (comumente se utiliza a formulação 04-14-08 para essências florestais), contaram que o motivo é a compensação do valor do frete, pois, assim, aplicam uma menor quantidade do insumo. A adubação química (10-28-20) é utilizada para as fases de crescimento e produção: cerca de 15 g (medida de uma tampa de refrigerante) para o crescimento e aproximadamente 200 g para produção. No caso do calcário, utilizam no plantio cerca de 100 g por planta; já nos anos seguintes e em uma área que se perceba muita acidez é aplicado cerca de 200 g por planta. Todos os fertilizantes são comprados coletivamente, ou seja, os custos são divididos pelos integrantes do projeto conforme a necessidade de utilização de cada um.

Serra (2005) realizou, nos municípios de Medicilândia e Uruará (Oeste do Pará), um experimento de roça sem queima com agricultores. Distinguiu-as em dois tipos: o abafado e o picadinho. Esse último é muito parecido com a metodologia implantada pelos quilombolas de São Manoel, seguindo a seguinte descrição:

Tipo Picadinho – Esta forma de preparo de área parte dos princípios desenvolvidos pelo agricultor Ernest Gosth, que prestou assessoria ao projeto no ano de 2000. Parte dos mesmos princípios do abafado, mas com algumas modificações na finalização. Após a derrubada da vegetação existente na área, os galhos e troncos são picados com facão e motosserra e são deixados sobre o solo. Em seguida, são implantadas as culturas definitivas a serem implantadas na roça. Nesse sistema, a cultura definitiva é implantada logo no primeiro ano de preparo da área (SERRA, 2005, p.35).

O autor reiterou que o sistema de “Roça sem Queimar” segue a mesma lógica dos sistemas de cultivos em faixas, conhecido como “*alley cropping*”, um sistema de pousio contínuo ou pousio simultâneo que procura reproduzir na área cultivada

alguns efeitos como ciclagem de nutrientes, diversificação do ecossistema e proteção do solo.

Observei que esse sistema adotado em São Manoel também é muito próximo ao Sistema Cabruca utilizado na Bahia. Cabruca é derivado da palavra cabroca, um termo regional que significa raleir a mata. Além do Sudeste da Bahia, ela é encontrada esporadicamente com dinâmicas e características estruturais semelhantes na região amazônica. O arranjo do sistema em campo se baseia na retirada seletiva de indivíduos arbóreos da mata (geralmente secundária), favorecendo o plantio do cacauzeiro (*Theobroma cacao*) sob o dossel das espécies florestais mantidas no local (SILVA, 2013).

A produção de mudas começa após o término da safra do açaí (final de novembro) e leva de seis meses (caso do cacau, do cupuaçu e da pimenta) a um ano (no caso do açaí) para ficarem prontas. Inicialmente, as mudas eram produzidas em um viveiro rústico, coberto de palha e sem sistema de irrigação. Em 2018, a comunidade recebeu do Ideflor um viveiro completo com equipamentos de irrigação, sombrite e insumos como tubetes, sacos plásticos para o plantio de mudas, fertilizantes e sementes. Em maio de 2019, por conta do aumento do número de agricultores que entraram para o grupo de SAF, houve a mudança do local do viveiro e a necessária ampliação da área.

Em relação às mudas, até hoje o senhor Michinori doa sementes de cacau aos produtores de São Manoel; outras espécies, como o cupuaçu, são compradas como frutos à R\$ 2,00 a unidade (custo de produção), bem como adquirem sementes de açaí melhoradas. Segundo eles, o cupuaçu possui um material genético melhorado, pois alguns deles produzem inclusive na entressafra. As outras sementes, como mogno e pimenta, são trocadas ou fornecidas por meio de escambo entre os próprios agricultores de São Manoel.

O espaçamento entre as espécies varia conforme a área, porém, há um padrão utilizado. Como exemplos, verifica-se o plantio entre o cacauzeiro e açaizeiro, combinação predominante na maior parte das áreas, onde estabelecem o espaçamento de 6 x 4 metros entre as plantas de cacau; o mesmo é feito para o açaí, ficando uma distância de 3 metros entre os pés deste e os de cacau. Em outro exemplo, ocorre o consórcio entre o cupuaçuzeiro e a pimenteira: o espaçamento do cupuaçuzeiro é de 3 x 4 metros e a pimenta plantada entre as linhas das árvores de cupuaçu. Está sendo realizado o plantio da gliricídia com o objetivo de obter tutores

vivos para o plantio de pimenta, assim como pode-se usar sua poda para a adubação verde, depois servindo para a sucessão com o plantio de maracujá.

Para os agricultores que já implantaram seus SAF, no inverno é reservado tanto para o plantio de novas mudas e aumento de área, como para a manutenção das áreas antigas por meio da roçada, tratos silviculturais – como a desrama dos galhos mais baixos ou doentes – e culturais – como a calagem para correção de adubação de áreas menos desenvolvidas –, e de uma nova adubação em mudas não vigorosas.

As florestas secundárias podem se tornar economicamente mais rentáveis por meio de um maior acesso ao conhecimento técnico-científico, bem como pelo desenvolvimento e aplicação de formas mais eficientes de manejo florestal de longo prazo (SCHWARTZ; LOPES, 2017). Frequentemente, é necessário uma intervenção por meio de tratos silviculturais e correção do solo para que a floresta se torne ecológica e economicamente viável. Seu manejo, sob uma perspectiva ecológica, demonstra relevância na questão de biomassa e acúmulo de nutrientes; conservação de vários ciclos biogeoquímicos; manutenção do fluxo genético de espécies nativas; e manutenção da água, do solo e da paisagem. Já em termos econômicos, essas florestas apresentam diversas possibilidades de uso, como em forma de madeira, lenha, frutos, resinas, sementes etc. Assim, estas áreas sob manejo de longo prazo podem se tornar uma alternativa de uso da terra (SCHWARTZ; LOPES, 2017).

Atualmente, com a diminuição gradativa das áreas de mata (aqui designadas como áreas primárias e capoeirões), o cultivo da roça de corte e queima não se torna mais sustentável nessa comunidade, pois gera graves problemas ambientais e sociais. Em conversas, muitos relataram se arrepender de ter realizado queimadas nas áreas de mata, afirmando que não tinham a consciência ambiental e social de hoje, pois sempre fizeram a agricultura daquele modo:

Antes quando a gente trabalhava com meus pais, cansei de roçar com eles, era tanto faz, tanto fez, achava que não ia prejudicar nada. Hoje quando a gente vê uma área de mata no chão, é uma lamentação, principalmente quando a gente olha e o cara diz que faz roça. Joga tantos hectares de mata para fazer roça, daqui um ano ele para e vai fazer outra em outro lugar. Hoje, tu entra em uma mata e sente um clima diferente, você está em uma capoeira na sombra, tu tá na sombra, mas tá agoniado. Tu entra na mata tu vê a diferença de clima. Hoje, para mim, derrubar uma mata é um imenso de um crime, acho que jamais faria. Já estou fazendo o SAF numa ponta de capoeirão que é

grossa e fico assim, será que não vão me chamar a atenção desse capoeirão que tá grosso? Mas ao mesmo tempo a gente tá destruindo, mas está construindo outra floresta.

O mais importante desse dado é a percepção dos agricultores de que as espécies florestais plantadas e mantidas em pé podem gerar mais renda do que a venda da madeira obtida com o desmatamento, pois embora esta prática gere um lucro imediato, ocasiona a perda de uma fonte de renda futura. As perturbações artificiais no dossel da floresta podem ser aplicadas em florestas secundárias de ambientes tropicais por meio das perturbações organizadas. Elas têm o objetivo de melhorar o recrutamento e o crescimento de espécies arbóreas comerciais e do plantio de enriquecimento, com a condução da regeneração natural estabelecida e garantindo o aumento da produtividade de florestas secundárias (SCHWARTZ; LOPES, 2017).

Com o tempo, haverá a tendência de dirimir os impactos iniciais na derrubada da mata por conta do enriquecimento, da recuperação e da manutenção de áreas florestais. É possível elencar também a questão da recuperação de áreas degradadas sem vegetação, de áreas de roça e de áreas com uma capoeira de difícil regeneração, as quais podem ser recuperadas atualmente com a possibilidade de geração de renda. Assim, posso afirmar que os impactos ambientais na implantação desse tipo de SAF são muito menores em relação à realização de roças com queima. O principal aspecto apresentado nesses SAF é o aumento dos rendimentos econômicos dos agricultores por unidade de área, pois possuem uma lavoura e uma floresta de produção diversificada. Isso visa permitir receitas uniformes e constantes, especialmente em pequenas propriedades mantidas pelo trabalho familiar (SCHWARTZ; LOPES, 2017).

4.2.5 Tipos de SAF em São Manoel

Para compreender o padrão, elaborei uma tipologia dos SAF dos agricultores de São Manoel segundo o número de espécies plantadas, as quais correspondem às agrícolas de ciclo curto e perenes; e às espécies florestais que foram deixadas em pé na realização do manejo da capoeira. Somadas, elas apresentam o total de espécies nos SAF. Os tipos foram definidos de acordo com os seguintes critérios que estabeleci: Tipo I: Frutíferas perenes e florestais; Tipo II: Frutíferas perenes,

culturas anuais e florestais; e Tipo III: Frutíferas, culturas anuais, adubação verde e florestais (Tabela 01). Oito agricultores possuem SAF do Tipo I (53,3%), seis possuem SAF do Tipo II (40%) e apenas um tem SAF do Tipo III (6,7%).

Tabela 01. Tipologia dos SAF dos agricultores de São Manoel.

Tipologia	Espécies Plantadas	Espécies florestais em pé	Total de espécies do SAF	Ano de implantação do SAF
Tipo I	4	1	5	2019
Tipo I	3	3	6	2019
Tipo I	5	3	8	2017
Tipo I	3	5	8	2019
Tipo I	4	4	8	2019
Tipo I	4	4	8	2019
Tipo I	4	5	9	2018
Tipo I	4	6	10	2019
Tipo II	10	3	13	2015
Tipo II	7	6	13	2016
Tipo II	7	6	13	2017
Tipo II	8	8	16	2015
Tipo II	9	8	17	2019
Tipo II	10	8	18	2015
Tipo III	20	11	31	2015

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Os agricultores com SAF do **Tipo I** têm de 21 a 53 anos (uma média de 40 anos), sete deles (87,5%) são casados ou possuem união estável, e um (12,5%) é solteiro. Quanto à escolaridade, dois agricultores escrevem o próprio nome (25%), quatro deles estudaram até o primeiro grau (50%) e dois, até o segundo grau (25%). As suas unidades domésticas variam de três a seis pessoas (uma média de quatro pessoas por residência). Esse grupo é composto geralmente pelos agricultores que recém implantaram seus SAF e por isso tem uma menor diversidade na sua composição.

O tamanho das áreas de SAF varia de 0,5 a 2 ha, uma média de 1,06 ha. As culturas implantadas pelos agricultores seguem listadas na Tabela 02.

Tabela 02. Culturas agrícolas/perenes implantadas pelos agricultores nos SAF do Tipo I, com o número de pessoas que implantaram a espécie e seu respectivo percentual.

Espécies	Nº pessoas	%
Cupuaçu	8	100
Cacau	7	87,5
Banana	7	87,5
Açaí	6	75
Andiroba, gliricídia e laranja ¹⁴	1	12,5

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Em um total de sete espécies, as culturas mais implantadas são cupuaçu, cacau, banana e açaí. Onze espécies florestais foram deixadas em pé, as principais são: a castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*) deixada por 75% dos agricultores; o cumaru (*Dipteryx odorata*) mantido por 62,5%; a cupiúba (*Goupia glabra Aubl*) e a bacaba (*Oenocarpus bacaba*) preservadas por 50% deles; e o bacuri (*Platonia insignis*) deixado por 37,5% dos trabalhadores. A castanha é conservada por conta do valor comercial de suas sementes, e o mesmo acontece com o cumaru. A cupiúba é mantida devido à sua qualidade madeireira, porém, nos SAF, ela serve apenas para o sombreamento, não tendo finalidade para o corte. Já a bacaba e o bacuri possuem frutos e são fontes de renda. A gliricídia serve tanto como tutor para o plantio de pimenta como para a adubação verde através da poda de suas folhas.

Todas as áreas possuíam uma capoeira antes da implantação dos SAF, porém, com idades variadas. Um dos agricultores (12,5%) possuía uma área de capoeira com menos de cinco anos; dois (25%) possuíam uma área de capoeira com idade entre cinco e dez anos; três (37,5%) implantaram seus SAF em uma área de capoeira que tem de dez a vinte anos de idade; e dois (25%) estabeleceram SAF em uma área com mais de vinte anos. Quanto à idade do SAF, cinco trabalhadores (62,5%) possuem SAF há menos de seis meses, enquanto três (37,5%) possuem SAF de seis meses a dois anos.

¹⁴ Essas espécies foram implantadas, cada uma, por um único agricultor.

O trabalho em cinco SAF (62,5%) é realizado por uma ou duas pessoas, enquanto em três SAF (37,5%) trabalham de duas a quatro pessoas. A quantidade de tempo trabalhado por semana é de 3 a 4 dias para seis agricultores (75%), enquanto dois (25%) trabalham de 5 a 6 dias por semana. Seis agricultores (75%) aprenderam a trabalhar no SAF com a comunidade e dois (25%) aprenderam com a família. Todos foram ajudados pela comunidade para a implantação de seus SAF.

Os agricultores com SAF do **Tipo II** têm idade entre 25 e 50 anos, uma média de 34 anos; dois deles (33,3%) são solteiros e quatro (66,7%) são casados ou estão em união estável. Quanto à escolaridade, três pessoas (50%) possuem o primeiro grau; uma (16,7%) possui o segundo grau; e duas (33,3%) têm o terceiro grau. As suas unidades domésticas variam de quatro a cinco pessoas, com uma média de 4,5 pessoas por unidade.

O tamanho das áreas de SAF varia de 1 a 2,5 há, uma média 1,67 hectares. As culturas implantadas pelos agricultores constam na Tabela 03.

Tabela 03. Culturas agrícolas/perenes implantadas pelos agricultores nos SAF do Tipo II, com o número de pessoas que implantaram a espécie e seu respectivo percentual.

Espécies	Nº pessoas	%
Cupuaçu	6	100
Cacau	6	100
Açaí	6	100
Banana	5	83,3
Mogno	4	66,6
Pimenta	3	50
Taperebá	3	50
Abacaxi	2	33,3
Maracujá	2	33,3
Pupunha	2	33,3
Abiu, andiroba, bacabi, biribá, cedro, gliricídia, goiaba, laranja, manga, paricá, piquiá, pitaia ¹⁵	1	16,6

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

As culturas mais implantadas são cupuaçu, cacau, açaí, banana, mogno, pimenta e taperebá. O número total de espécies é mais elevado, totalizando um conjunto de 22 espécies entre esse grupo de agricultores. Dos indivíduos florestais deixados em pé, foram identificadas dezesseis espécies diferentes; dessas, as mais

¹⁵ Essas espécies foram, cada uma, implantadas por um único agricultor.

frequentes são a castanha e a cupiúba, encontradas em todas as áreas (100%); a bacaba aparece em 83,3% dos SAF; o cumaru, em 66,6%; e a quaruba (*Vochysia maxima Ducke*), em 50% deles. A quaruba é uma espécie madeireira deixada exclusivamente para o sombreamento.

A área de uma das capoeira onde os SAF foram implantados possui menos de cinco anos de idade (16,7%); duas capoeiras (33,3%) possuem de cinco a dez anos; outras duas (33,3%) tem de dez a vinte anos; e uma (16,7%), mais de vinte anos de idade. O SAF de um dos entrevistados (16,7%) possui menos de seis meses; dois (33,3%) possuem o sistema de dois a quatro anos; e três (50%), os pioneiros do sistema na comunidade, possuem há mais de quatro anos.

Quanto ao número de pessoas, na área de quatro agricultores (66,7%) trabalham uma ou duas pessoas; enquanto no SAF de dois agricultores (33,3%) trabalham de duas a quatro pessoas. Em relação ao número de dias trabalhados no SAF por semana, um agricultor (16,66%) trabalha menos de um dia por semana, pois é estudante universitário e só dispõe dos períodos de férias para trabalhar no seu projeto. Um agricultor (16,66%) trabalha de um a dois dias; três (50%) trabalham de três a quatro dias; e apenas um (16,66%) trabalha de cinco a seis dias por semana.

Dois agricultores (33,3%) aprenderam a implantar o SAF com seus familiares; um (16,7%) aprendeu com a comunidade; e três (50%) aprenderam com o agricultor Michinori Konagano, pois eles tiveram o aprendizado prático de SAF em Tomé-Açu. Quanto à ajuda para a implantação dos SAF, dois trabalhadores (33,3%) receberam auxílio da família; e quatro (66,7%) foram ajudados pela comunidade por meio dos mutirões.

No SAF do **Tipo III** foi enquadrado apenas um agricultor, que possui formação técnica em agropecuária, sendo ele o introdutor da ideia dos SAF na comunidade, em 2015. O técnico tem 34 anos, é casado, conta com seis pessoas em sua unidade domiciliar e possui o segundo grau. Sua área é de 2,5 ha de SAF com vinte espécies plantadas, sendo elas: abacaxi, açaí, acerola, andiroba, bacurirão, banana, cacau, cupuaçu, feijão guandú, gliricídia, goiaba, mamão, maracujá, milho, mogno, pimentado-reino, piquiá, pitaia, pupunha e taperebá.

Dentre as espécies florestais, onze delas foram deixadas em pé: bacaba, castanha-do-Pará, castanha sapucaia (*Lecythis pisonis*), cumaru, cupiúba, inajá (*Attalea maripa*), ingá (*Inga spp.*), muruci (*Byrsonima crassifolia*), quaruba, tachi

(*Tachigali vulgaris*) e tucumã (*Astrocaryum aculeatum*). A castanha sapucaia, o inajá e o tucumã são deixados no plantio para alimentar a fauna, evitando danos aos frutos comerciais. Segundo o agricultor, “se tirar tudo [da capoeira], deixa de ter um ecossistema, então o animal fica sem comida e vai atacar o cacau e as outras frutas. Se tem fruta lá em cima, ele não vai ter necessidade de descer para procurar comida”. O muruci é uma fruta que possui valor comercial, assim como é voltado para o seu consumo familiar. Já o tachi é uma árvore madeireira mantida com o objetivo de sombrear. O ingá tem dupla serventia: alimentação da fauna com seus frutos e adubação verde devido à grande quantidade de nitrogênio que possui em suas folhas.

Esse SAF foi implantado há mais de quatro anos com a ajuda da família do agricultor em uma área de capoeira de mais de cinco anos. Nela, trabalham de duas a quatro pessoas em cerca de três a quatro dias por semana. O quilombola aprendeu a fazer SAF na propriedade do agricultor Michinori Konagano, em seu estágio de finalização de curso em Tomé-Açu e, assim, se tornou o contato para outros agricultores da comunidade.

4.2.6 Semelhanças e diferenças entre os tipos de SAF

Todos os agricultores que têm SAF são do sexo masculino e há uma distribuição igualitária entre as classes de menor e maior idade. Essa distribuição mostra a adesão tanto de pessoas mais novas quanto das mais velhas ao SAF e a importância da manutenção do modelo de produção adotado para às futuras gerações.

Pompeu et al. (2011) observaram que 68% dos agricultores que adotaram SAF se encontravam na faixa etária de 29 a 58 anos, corroborando com o dado que mostra que 80% os agricultores em São Manoel estão nessa faixa. Na comunidade, foram encontrados 20% de agricultores com idade menor a 29 anos, enquanto Pompeu et al. (2011) afirmou que 7,6% dos agricultores estavam nessa faixa etária. Isso pode demonstrar um maior engajamento dos jovens, o que possibilita uma continuidade do sistema, já que fazem parte da base que irá receber os conhecimentos. Outro aspecto é a falta de agricultores idosos que adotam o SAF, o que pode ser explicado pelo fato de preferirem atividades que exijam menor esforço físico. Muitos desses agricultores, com idade acima de 60 anos, são aposentados ou

pensionistas, então os SAF não se tornam uma importante fonte de renda (POMPEU et al., 2011).

A relação familiar se configura como de suma importância na comunidade, assim como em todo o campesinato, devido à importância da força de trabalho na geração de renda e na manutenção dos meios de vida. Em minhas observações, percebi que são comuns os casamentos entre comunitários e pessoas de diferentes comunidades do Jambuaçu. Um exemplo foi de dois irmãos homens de São Manoel que se casaram com duas irmãs de Jacundaí. Verifica-se esse estreito grau de parentesco desde o início da comunidade, com o casamento dos irmãos Almeida de São Manoel com duas irmãs do Alto Jambuaçu. Dentre os integrantes do grupo de SAF, cinco deles são irmãos (33,3%) e entre o restante dos indivíduos, há certo grau de parentesco ou compadrio. Isso se torna importante na propagação de conhecimento que se dá entre familiares e intensifica o vínculo entre os integrantes.

Os agricultores com SAF do Tipo I possuem uma menor escolaridade, predominando os indivíduos que estudaram apenas até primeiro grau (50%). Já entre os agricultores do Tipo II, a maioria possui apenas o primeiro grau (50%) e duas pessoas (33,3%) têm ensino superior. O agricultor que possui SAF do Tipo III é técnico em agropecuária e possui um conhecimento que explica esse diferencial de diversificação frente aos outros agricultores.

Quanto às áreas de SAF, observa-se uma maior porção de terras entre os agricultores do Tipo II, as quais variam de 1 a 2,5 ha, uma média de 1,67 ha. Já os do Tipo I possuem uma área que varia de 0,5 a 2 ha, uma média de 1,06 ha. Essa maior área de implantação dos de média diversidade pode ser explicada pelo tempo que possuem as suas áreas, pois podem tê-la ampliado no decorrer dos anos, o que proporcionou maiores áreas de SAF.

Entre as espécies plantadas, verifica-se em todos os tipos uma predominância das culturas de cupuaçu, cacau, açaí e banana. Já entre as do Tipo II, predomina um plantio de espécies como o mogno, a pimenta-do-reino e o taperebá. Em relação à diversidade, observa-se que há um total de sete espécies nos plantios do Tipo I; 22 no Tipo II; e vinte no Tipo III.

Os SAF mais antigos e que possuem mais espécies (plantadas e florestais) são os dos pioneiros da atividade na comunidade, enquanto os mais simples (menos espécies plantadas) são os das pessoas que entraram recentemente no grupo. A exceção é um produtor que entrou recentemente no grupo e que utiliza a pimenta-

do-reino com a gliricídia e a banana, pois iniciou o sistema objetivando resultados financeiros mais rápidos, desmatando mais a sua área e implantando mais espécies agrícolas, na contramão das recomendações do grupo. Isso mostra que, com o passar do tempo, as pessoas tendem a deixar seus sistemas mais complexos, algo incentivado pelos mais antigos do grupo, para que pudessem ter renda em todos os períodos do SAF a partir de culturas diversificadas. Também mostra que apesar de estarem sob uma mesma orientação, há diferentes formas de aplicação das culturas.

Os novos ingressantes são incentivados a plantar inicialmente culturas de ciclo curto, como o abacaxi, o maracujá, a banana e o milho, bem como espécies de adubação verde, como feijão guandu, ingá e desmódio. Isso decorre das experiências dos quatro primeiros que implantaram sistemas, os quais não possuíam uma renda inicial devido ao excesso de sombra no manejo da capoeira. Isto também prejudicou o desenvolvimento mais rápido das mudas de plantas perenes, e a informação sobre a necessidade de uma menor taxa de sombreamento foi repassada aos ingressantes para que protegessem as mudas do excesso de sol, ao mesmo tempo em que permitissem o plantio de espécies de ciclo curto para geração de uma renda até o início da produção das plantas perenes.

Segundo Pompeu et al. (2011), a preferência de plantio dos agricultores familiares é por espécies frutíferas e culturas de ciclo curto de valor comercial, o que corrobora com o que foi verificado na descrição das espécies mais cultivadas pelo grupo de São Manoel. A cacauicultura tem uma tradição de mais de cem anos no estado do Pará e se configura como uma atividade tradicional em suas diversas regiões. O cacauero é uma das culturas nativas da Amazônia de maior importância, produzido por pequenos e médios produtores em bases agrossilviculturais. Geralmente, ela está associada a outras espécies arbóreas e não arbóreas prestando serviços como o sombreamento e formando sistemas multiestratos diversificados. Além da sombra, essas espécies contribuem para uma maior estabilidade do ambiente, incluindo a redução da radiação solar e dos ventos, proteção contra ataques de insetos e mudança brusca de temperatura, bem como favorece o acúmulo de biomassa e ciclagem de nutrientes do solo (SILVA, 2013).

As principais pragas encontradas no plantio de todos do grupo de agricultores foram o gafanhoto (preto e marrom) e o cupim na cultura do açaí, principalmente no início do plantio. Segundo os agricultores, os gafanhotos aparecem depois da derrubada da mata, vindo das áreas de capoeira das bordaduras, mas são

controlados manualmente de maneira geral. Houve um vasto ataque desses insetos às gemas apicais do cupuaçu e, nesse caso, foi usado o agroquímico Decis para realizar o controle dos gafanhotos. Os cupins aparecem, sobretudo, quando as mudas de açaí estão muito sombreadas ou encharcadas inicialmente, necessitando abrir suas copas para que incida maior radiação sobre elas; em seguida, é realizada a reposição da muda morta.

Na cultura do cacau dos quatro agricultores mais antigos, o mal rosado foi uma das doenças encontradas, e foi observado que o fungo estava presente nas plantas mais desenvolvidas, porém, em pequena escala. O controle é feito com o corte da planta em pedaços que são enterrados ou picados e recobertos por folhas com o cuidado para não espalhar a doença pela área e infestar outras plantas; também se aplica fungicida na área de retirada, quando possível. É muito importante a visita constante às áreas de SAF para evitar essa propagação que pode chegar aos demais galhos e árvores vizinhas. Um agricultor relatou o caso da morte de duas árvores suas que já eram produtivas.

As espécies florestais mais preservadas pelo grupo de SAF são a castanha, a cupiúba, o cumaru e a bacaba. Verifica-se que a maioria dessas espécies possuem a possibilidade de exploração de produtos florestais não-madeireiros. Observei que entre os agricultores de baixa diversidade, há uma maior frequência de árvores de bacuri deixadas em pé, enquanto nos SAF de média frequência encontrei a quaruba. Essa diversidade pode estar relacionada ao estágio de desenvolvimento das capoeiras, pois nem sempre todas as espécies estarão presentes em uma mesma área.

Algumas dessas árvores que foram mantidas em pé são importantes para a composição de renda inicial durante o manejo da capoeira. Exemplo disso é a venda da bacaba (da qual se faz um vinho similar ao açaí), muito apreciada na entressafra e sendo vendida a R\$ 50,00 o pacote com 28 quilos. É importante salientar que há um acordo na comunidade, o qual estabelece que as árvores de castanha e bacaba deixadas em pé nos SAF possam ser exploradas por qualquer pessoa, pois são um bem comum da comunidade. Já as espécies implantadas são de direito exclusivo daqueles que as plantaram em seus projetos.

Há casos de agricultores que estão substituindo o sombreamento das espécies florestais pela bananeira, principalmente na cultura do cacau. Verifica-se a diferença no volume de árvores retiradas na fase de “brocar” entre os projetos

implantados por dois agricultores, um com baixa diversidade e outro com média diversidade. Eles executavam atividades madeireiras anteriormente e abateram mais árvores grossas na capoeira para a implantação do SAF. Sua atividade anterior influenciou diretamente na execução da atividade de brocar, como pode ser observado em seu relato:

[...] aí eu comecei a meter o motor e arriar, deixava a linha dos piquetes e fazia o empilhamento. Aí eu me empolguei com aquele trabalho lá e limpei a área que é da banana, uma tarefa que eu meti com pés e achei que deveria fazer mais e arriei tudinho a minha área. Praticamente 90% dela eu arriei tudo daquele modelo.

Isso provavelmente acarretará a perda de mudas devido à falta de sombra adequada para espécies como cacau e cupuaçu, pois foi observado em campo que as mudas nessas áreas sofreram amarelecimento no período de verão.

Em relação ao tempo que a capoeira possuía, observei que entre os agricultores com SAF de Tipo I, a predominância era de áreas de 10 a 20 anos. Já nas de Tipo II, houve uma maior divisão entre as capoeiras de 5 a 10 anos e as de 10 a 20 anos (ambas com 33,3%). De Tipo III, as capoeiras tinham de 5 a 10 anos. A maior parte dos agricultores implantou seus SAF em uma área de capoeira ainda em desenvolvimento, onde puderam agregar a ela espécies de interesse comercial e manter, em parte, as suas funções ecológicas, o que torna interessante a implantação desse tipo de sistema onde não há o corte raso de todas as espécies.

Em relação ao tempo que possuem os SAF, entre os agricultores com o Tipo I, predominam sistemas com menos de seis meses de implantação (62,5%), enquanto o restante do grupo os implantou há mais de seis meses e há menos de dois anos (37,5%). Já entre os do Tipo II, um implantou SAF há menos de seis meses (16,7%), enquanto outros o possuem há mais de dois e há menos de quatro anos (33,3%), e a maioria o possui há mais de quatro anos (50%). Esses números demonstram que quanto maior o tempo de implantação, maior é a complexidade do sistema, pois verifica-se a predominância de agricultores com SAF do Tipo I com áreas implantadas há menos de seis meses. Após o período de implantação inicial, esses agricultores possivelmente irão incorporar mais espécies aos seus SAF, assim como ocorreu com os agricultores dos outros tipos.

Quanto ao número de pessoas que trabalham nas áreas, em ambos os casos predomina o quantitativo de uma a duas pessoas trabalhando na área entre os

agricultores dos Tipos I e II (62,5% e 66,7%, respectivamente); já no do produtor do Tipo III, o trabalho é realizado por duas ou quatro pessoas. O trabalho na área geralmente se dá entre familiares, mas aqueles que não possuem ajuda familiar têm a opção de contratar diaristas caso tenha condição financeira; ou, mais comumente, é realizada a troca de diárias, na qual o agricultor fica devendo um dia de trabalho a outro em troca de sua ajuda, gerando um processo de reciprocidade.

Com relação ao número de dias trabalhados, há uma predominância do trabalho de três a quatro dias em todos os tipos (I, II e III). Nos sistemas do Tipo I, devido à maior necessidade de realizações de atividades, 25% trabalham de cinco a seis dias; enquanto nos do Tipo II, 33,3% trabalham de um a dois dias. Os últimos agricultores (> 4 anos) foram os pioneiros na comunidade e suas áreas servem como um modelo na implantação do sistema. Houve uma maior média de número de dias trabalhados entre aqueles que possuem SAF de menos de 6 meses a 2 anos, e isso se explica pelo fato de ser um período de transição que necessita de maiores cuidados para o estabelecimento do sistema manejado. Essa informação a respeito do tempo gasto nos SAF indica que o número de dias trabalhados é menor naqueles que possuem SAF há mais tempo, pois geralmente só fazem as manutenções em suas áreas, com podas, roçadas e adubações, visto que suas mudas já estão mais estabelecidas.

Relativo à aprendizagem das técnicas de implantação dos sistemas adquirida pelos agricultores com SAF do Tipo I, há uma predominância dos que desenvolveram seus conhecimentos a partir de práticas comunitárias (75%). Entre os agricultores que possuem SAF do Tipo II, o maior aprendizado veio do agricultor Michinori Konagano (50%).

Quanto à implantação, todos os agricultores com SAF do Tipo I foram ajudados pela comunidade por meio de mutirões. Nos SAF do Tipo II, essa forma de ajuda também foi predominante (66,7%). O restante dos agricultores (33,3%) foi ajudado pela família. Vale ressaltar que, frequentemente, os mutirões são compostos por pessoas da família, o que não exclui a ajuda da comunidade. Segundo Tafner Júnior e Silva (2012), o produtor Michinori auxilia de forma voluntária diversos pequenos produtores rurais.

4.2.7 Vantagens e desvantagens dos SAF

A longevidade dos plantios, os quais podem durar cerca de 40 anos no caso do cacau e do cupuaçu, foi apontada por nove agricultores (60%) como uma das vantagens para a implantação dos SAF. Outro benefício é a diversificação da renda, expressada por 46,7% dos trabalhadores, pois a produção de culturas com diferentes épocas de colheita não permite que as famílias fiquem longos períodos do ano sem renda. Também foram citadas como vantagens as questões ambientais, como: melhoria contínua das condições nutricionais da terra por meio da decomposição da matéria orgânica deixada no sistema; e menor agressão à natureza por evitarem o desmatamento e a queima total da área, promovendo um ambiente mais saudável. O trabalho na sombra das árvores da capoeira; o volume menor trabalho de após o período inicial; e ter um calendário menos restritivo para a realização das atividades também foram citados.

Outras vantagens estão associadas à comparação do trabalho realizado no SAF e aquele que era feito anteriormente. As dividi em dois aspectos: uma das vantagens diz respeito às questões laborais em si; a outra se refere a diversos fatores. Uma das principais vantagens é a redução da exposição ao sol e o aumento da preocupação com doenças como câncer de pele, dores de cabeça e insolação de forma geral (relatado por 20%). O SAF proporciona trabalho com maior conforto térmico, e nas horas de maior insolação, as atividades são realizadas debaixo da capoeira e das espécies que já cresceram no sistema. Outro fator é a melhora nas condições de trabalho, citada por 6,7% dos agricultores, pois apesar de inicialmente o sistema implantado requerer mais sacrifícios, depois de estabilizado, as atividades nele se tornam mais leves se comparadas às atividades anteriores. É importante ter um local como os SAF para realizar as suas atividades no período de inverno, pois, a partir disso, os quilombolas interromperam com o trabalho em outras profissões, como pedreiro, para oferecer diárias em outras comunidades (13,3%).

Quanto a outras vantagens, oito agricultores (53,3%) veem grande distinção entre os SAF e a atividade de roça de mandioca, pois a última demandava muito mais trabalho, pouco retorno financeiro e, principalmente, resultava na perda de todo o trabalho após apenas um ano com a colheita da área. Para seis agricultores (40%), o SAF têm frutos por um longo período; bem como melhora a questão da expectativa da renda e de futuro (26,7%).

Relativo à conservação da natureza, quatro agricultores (26,7%) perceberam vantagens na manutenção das espécies florestais na área e consideraram que esse sistema, por mais que ocorra o corte durante a seleção das espécies, é menos agressivo que a queima, pois há a implantação de outras espécies no lugar. Isso os conduz a discursos mais conservacionistas (expressados por 13,3% dos entrevistados), por meio do qual demonstram um amor maior à terra e à natureza, e se refletem em práticas percebidas com o desenvolvimento do trabalho nos SAF.

As desvantagens no SAF são relacionadas ao aumento do volume de trabalho, sobretudo nas fases iniciais (20%); à necessidade de investimento inicial, pois a maioria não possui recursos para realizá-los (20%); e à necessidade de atenção contínua (6,7%). Entretanto, sete agricultores (46,7%) não veem nenhuma desvantagem no sistema.

Quanto à recomendação do SAF para outras pessoas, os 15 agricultores (100%) afirmaram positivamente; sendo que três deles (20%) já fazem recomendações para outras comunidades do Jambuaçu. Isso pode ser visto pela fala do agricultor abaixo:

“Sem dúvida alguma, nesse sistema que estamos fazendo. Na verdade, quem quer trabalhar na agricultura, quem quer ter uma renda melhor para si e sua família, a melhor maneira de se trabalhar na nossa região é da maneira que estamos trabalhando os SAF. Não só a gente recomenda como nós temos equipes, comissões por aí indo nas outras comunidades vendendo essa ideia. Muitas dessas comunidades estão vindo nos nossos projetos para ver se aquilo que a gente fala é real. As pessoas que vêm voltam daqui maravilhados, dizendo que realmente ao chegar nas suas áreas, nas suas comunidades vão implantar esse sistema, porque é o melhor. Então, eu recomendo esse sistema, que é trabalhoso, dá muito trabalho, dá, mas um pessoal diz assim quando a gente tá conversando no meio do projeto: “mas rapaz, isso dá muito trabalho, como é que vocês fazem isso aí?”. Eu digo “Rapaz, nós trabalhávamos na roça com queima, que era muito mais trabalhoso, que tu tinha que roçar, derrubar, encuivarar, fazer todo aquele processo para depois plantar a mandioca. Com um ano, tudo aquilo tinha se acabado e a gente não achava pesado!”. Hoje já não, a gente não precisa tá fazendo todo esse processo de queima e estar no sol quente e tudo mais. Tudo isso você vai deixado amontoado e vai apodrecer, então não é tanto trabalho. O problema é que a gente não tem condição financeira para fazer as coisas acontecer rápido como gostaria. Mas o trabalho é muito melhor e muito menor do que quando trabalhávamos com roça com queima.”

Os depoimentos são unânimes ao considerarem os SAF como uma alternativa para a recuperação de áreas degradadas, pois resulta em retornos

ecológicos e econômicos (33,3%); e devido à aceitação ao sistema vir da própria comunidade, fator principal de sucesso e ampliação das áreas de SAF (6,7%).

A partir da propagação dos SAF na comunidade, outras comunidades do território Jambuaçu foram atraídas pela iniciativa, como Jacundaí, Conceição do Mirindeua, Santa Maria do Mirindeua, Ribeira e São Sebastião. Os membros das comunidades citadas visitaram aos SAF de São Manoel e iniciaram a implantação do sistema em suas comunidades. Com essa união, os quilombolas pretendem alcançar outros objetivos, como lançar diferentes candidaturas para disputar a gestão tanto da Bambaê quanto da Casa Familiar Rural para estender ao território uma nova forma de produção. Mesmo que o sistema não seja adotado em todo o Jambuaçu, e acredito que não seja esse o objetivo, ele é uma forma de ampliar a visão de agricultura no território de maneira mais sustentável.

CONCLUSÃO

O objetivo da dissertação foi analisar a relação entre a ação coletiva e os Sistemas Agroflorestais na Comunidade São Manoel, localizada no Território Jambuaçu, em Moju (PA).

A comunidade foi criada no início do século XX por grupos familiares compostos, em sua maioria, por descendentes de negros vindos de outras comunidades do atual Território Quilombola Jambuaçu que ali estabeleceram residência. Ela faz parte deste território, composto por quinze comunidades, e algumas delas foram outrora palco de lutas contra grandes empresas, como a reflorestadora de dendê REASA e a antiga CVRD (atualmente operada pela Norsk Hydro), que instalou seus minerdutos dentro do território Jambuaçu. Outra luta que enfrentaram foi a busca do reconhecimento de seu território, o que lhes foi garantido a partir da Constituição Federal de 1988.

São Manoel obteve o Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo em 20 de novembro de 2005, por meio do Iterpa, em favor da Associação Quilombola dos Agricultores de São Manoel, relativo ao imóvel com área de 1.293,17 ha. A comunidade pode ser caracterizada como uma pequena vila rural que possui uma parte de residências mais antiga na área do trapiche e outra parte mais nova, onde estão as casas construídas pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

A comunidade possui estruturas básicas como escola, posto de saúde, igreja, centro comunitário, cemitério e um campo de futebol. Também possui uma casa de artesanato das mulheres e uma agroindústria para o processamento de açaí, inaugurada em 2019, e que os permitiu participar de licitação municipal e fornecer sua polpa para a alimentação escolar por meio do PNAE. São Manoel tem dois portos: o porto do Amapá, utilizado atualmente para a recreação; e o porto principal, importante para o escoamento de produtos e trânsito de pessoas. A estrada que liga São Manoel às outras comunidades é conhecida como Rodovia Quilombola: de um lado, ela se estende até o município de Moju e, de outro, até a Alça Viária.

A principal atividade econômica em São Manoel é a agricultura, destacando-se a produção de açaí nativo nas várzeas e igapós, e as roças de mandioca. O extrativismo também se evidencia, com destaque para castanha, bacaba e pesca. Pequenos comércios e bares também são importantes.

A produção do açaí nativo é a atividade que dinamiza os recursos financeiros por toda a comunidade. No período da safra, ocorre a contratação de diaristas tanto para apanhar o açaí quanto de pessoas para extraírem a polpa ao final da cadeia de produção, possibilitando-os quitar as dívidas dos períodos de menor renda. A agroindústria hoje processa a polpa do açaí na própria comunidade, empregando mão-de-obra de São Manoel. Possui outros impactos diretos como a compra do produto por um preço mais elevado, não mais necessitando vender à atravessadores que pagam preços menores pelo produto.

Os principais sistemas de cultivo em São Manoel são: açaí nativo, roças de mandioca e SAF. Não obstante esta composição, concluo que há uma tendência de diminuição de roças e aumento de SAF em decorrência da necessidade de renda na entressafra do açaí e para evitar as perdas frequentes com a mandioca. Nesse sentido, o cultivo de espécies com maior valor agregado, como o cacau, é um fator que ajuda a ampliar a renda dos produtores, além de possibilitar a exploração de outras frutíferas para alavancar a agroindústria, o que gera mais renda e empregos na comunidade.

São Manoel tem um elemento fundamental na sua organização social, que é a presença da igreja católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base, no passado, e da formação de novas lideranças para a defesa do território, do acesso aos recursos e demais causas quilombolas, no presente. Ademais, conta com a Associação de Agricultores Quilombola da Comunidade São Manoel que tem um papel fundamental na organização social da comunidade, discutindo desde assuntos cotidianos, como segurança, mutirões e estratégias para melhoria de renda, até questões de disputa judicial com a Norsk Hydro. Por meio dessas instituições, os quilombolas acessam políticas públicas, como o Pará Rural, que os possibilitou criar o plantio de seu açaizal nativo, além de estabelecer contato com outros órgãos estaduais, como o Ideflor-Bio e a Sedap.

A comunidade São Manoel possui titulação de terra coletiva, portanto, se diferencia nas formas de gestão dos recursos, algo que faz parte de uma cultura ancestral de uso de recursos comuns. Muitos dos limites de trabalhos das famílias foram respeitados no processo de titulação coletiva e somente as áreas de terra indenizadas foram divididas entre os membros da comunidade. Com relação à gestão de recursos, as regras de uso de terras são discutidas e definidas na Associação de Agricultores Quilombola da Comunidade São Manoel. Dentre as

regras, uma delas determina a proibição de roças de corte e queima próximas às áreas de SAF para que não ocorram incêndios. Com o propósito de conservação, existe um acordo por meio da associação para conservar uma área florestal nas proximidades do Igarapé Jambuaçu, visando manter uma reserva da biodiversidade, bem como há campanhas contra o desmatamento.

A antiga cultura da gestão comum dos recursos associada à nova forma de produção dos SAF fez com que a comunidade se apropriasse de um viés mais conservacionista na tomada de decisões relativas ao território, por conta das discussões a respeito do desmatamento e da criação de áreas de reserva de biodiversidade na comunidade.

Em se tratando dos SAF, concluo que eles têm uma originalidade em São Manoel quando comparados a outros sistemas implantados no Nordeste paraense porque na implantação da comunidade foi utilizado o manejo da floresta secundária como insumo. A falta de recursos para implantar os sistemas os levou a um manejo diferenciado ao aproveitar os recursos disponíveis. Com isso, houve uma maior integração com a floresta, conservando parte dela para o sombreamento de algumas espécies, e valorizando-a como um fator essencial para a mudança do tipo de agricultura realizada na comunidade.

Quanto à relação entre a ação coletiva e os SAF, principal tema desta dissertação, concluo que na base da sua implantação, manejo e possibilidade de expansão, evidencia-se a ação coletiva nos frequentes e valorizados mutirões, nos espaço de trabalho, na circulação de informação e de prazer.

No momento da implantação, por ser uma operação cansativa fisicamente, o trabalho em mutirão garantiu a viabilidade da atividade nas suas áreas em um curto espaço de tempo. Além da realização das tarefas, houve a circulação de informações quanto aos SAF e outros temas, e o trabalho foi considerado mais animado devido ao momento de sociabilidade.

O tipo de mutirão praticado em São Manoel possui um tipo de reciprocidade adiada que se constitui em serviços que serão retribuídos em forma de trabalho. A ajuda recebida na implantação gera um sentimento de união entre o grupo, pois todos sabem que não fariam esses trabalhos sozinhos.

Além dos mutirões, concluo que há entre os agricultores as trocas de diárias, demonstrando que a ação coletiva não se encerra com a implantação do SAF; essa

ação perdura por meio de outros formatos, como a propagação da técnica para outros agricultores de São Manoel e de outras comunidades do Jambuaçu.

Como conclusão geral, pode-se afirmar que a mudança no manejo do uso do solo gerou uma maior integração dos quilombolas com a natureza, assim como, uma melhor compreensão dela. O SAF, implantado e manejado a partir da ação coletiva, se evidencia como uma forma de recuperação florestal que proporciona benefícios econômicos pela renda gerada, e ecológicos com a manutenção das florestas em pé. Adotando a conservação produtiva, eles vêm ressignificando o seu território aliando a produção agrícola à ocupação das áreas de maneira sustentável. Tudo isso só foi possível devido à ação coletiva realizada pelos agricultores por meio de mutirões, um dos fatores essenciais para o sucesso da implantação dos SAF na comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade** (organizadora). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p.

ALMEIDA, A. W. B. de.; MARIN, R. A. (coords.). **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Quilombolas de Jambuaçu- Moju. Pará. Fascículo 3.** PNCSA: Brasília, 2007. 12 p.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.^a ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. 192 p.

ALMEIDA, A. W. B. de. (orgs)...[et al]. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos.** Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. 349 p.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombolas e novas etnias** / Alfredo Wagner Berno de Almeida. – Manaus: UEA Edições, 2011. 196 p.

ALMEIDA, R.; CAMPELO, L. Projetos de mineração da Vale pressionam territórios quilombolas no Maranhão e Pará. **Revista Carta Maior**, Belém, 27/07/2013. Disponível em: < <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Projetos-de-mineracao-da-Vale-pressionam-territorios-quilombolas-no-Maranhao-e-Para-/3/28442>>. Acesso em: 22 out. 2018.

ALVES, R. N. B.; MODESTO JÚNIOR, M. S. Roça sem fogo: alternativa agroecológica para o cultivo de mandioca na Amazônia. *Revista Raízes e Amidos Tropicais*, v. 5, p. 552-558, jul. 2009. **Anais...** Edição dos Anais do XIII Congresso Brasileiro de Mandioca; VII Workshop sobre Tecnologia em Agroindústrias de Tuberosas Tropicais, Botucatu, 2009.

ALVES, R. N. B.; MODESTO JÚNIOR, M. S.; ANDRADE, A. C. da S. O trio da produtividade na cultura da mandioca: estudo de caso de adoção de tecnologias na região no Baixo Tocantins, Estado do Pará. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA, 2008, Campina Grande. Os desníveis regionais e a inovação no Brasil: os desafios para as instituições de pesquisa tecnológica. Brasília, DF: ABIPTI, 2008. 1 CD-ROM.

ALVES, S. R. **Nosso canto é aqui!**: Quilombolas de Santa Maria do Traquateua frente a interesses do poder privado em Jambuaçu/Pará. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2014.

ALVEZ-VALLES, C. M. **Impacto da dinâmica da demanda dos frutos de açaí nas relações socioeconômicas e composição florística no estuário amazônico**. 2013.109 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido,) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará 2013.

AMADOR, D. B.; VIANA, V. M. Sistemas agroflorestais para recuperação de fragmentos florestais. **Série técnica IPEF**, v. 12, n. 32, p. 105-110, dez. 1998.

ANDRADE, C. F. S.; RODACOSKI, J. L.; COLLESI, G. S. P.; FARIA, S. P. de. Recuperação da cobertura vegetal do Quilombo do Cabral em Paraty, RJ – Bases de um projeto socio-ambiental de extensão. **Rev. Ciênc. Ext.** v.9, n.3, p.7-20, 2013.

ANJOS, R. S. A. **Quilombolas: tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ANJOS, R. S. A. **O Brasil Africano: Geografia e Territorialidade** . Brasília : CIGA - Cespe - UnB, 2010.

ARAÚJO, M. A. T.; BELO, P. S. Grandes projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas. **Rev. Pol. Públ.** São Luis, v. 13, n. 2, p. 265-277 jul./dez. 2009.

BARBOSA, M. B. C.; MARIN, R. E. A. Manejo e uso comum dos recursos naturais em populações quilombolas no Vale do Rio Capim. **Novos Cadernos NAEA**, v. 13, n. 1, p. 27-45, jul. 2010.

BARROS, A. V. L. de; HOMMA, A. K. O.; TAKAMATSU, J. A.; TAKAMATSU, T.; KONAGANO, M. Evolução e percepção dos Sistemas Agroflorestais desenvolvidos pelos agricultores nipo-brasileiros do município de Tomé-Açu, estado do Pará. **Amazônia: Ci. & Desenvolvim.**, Belém, v. 5, n. 9, jul./dez. 2009.

BARTON, D. **Indigenous agroforestry in Latin America: A blueprint for sustainable agricultures?** NRI socio-economic series 6, Natural Resources Institute (NRI), Chatham, UK. 1994.

BECKER, H. S. **Observação social e estudo de casos sociais: métodos de pesquisa em ciências sociais**. Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo, Hucitec, 1994. P. 117-133.

BETO, F. **O que é Comunidade Eclesial de Base**, s/a. Disponível: <http://servicioskoinonia.org/biblioteca/pastoral/BettoOQueECEB.pdf> . Acesso em: 20 jan. 2020.

BOLFE, É. L. **Desenvolvimento de uma metodologia para a estimativa de biomassa e de carbono em sistemas agroflorestais por meio de imagens orbitais**. 2010. 319 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins (resumo)**. Região de Integração Tocantins. Consultoria Universidade Federal do

Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, s/a. Disponível em: <https://docplayer.com.br/docview/40/22149201/#file=/storage/40/22149201/22149201.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. Decreto Nº 5.051, de 19 de abril de 2004. **Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho** - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>.

BRASIL. Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa**; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRUMER, A.; ROSENFELD, C. L.; HOLZMANN, L.; SANTOS, T. S. dos. “A elaboração do projeto de pesquisa em Ciências Sociais”. In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZELLI, Cesar A. Barcellos (orgs.). **Ciências Humanas: Pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 125-146.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo. Livraria Duas Cidades. 3ª Edição. 1975.

CALDEIRA, C. **Mutirão**: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1956.

CARDOSO, L. F. C. e. **A constituição local**: direito e território quilombola na comunidade de Bairro Alto, na Ilha de Marajó - Pará. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CARNEIRO, R. V. **Experiências de recuperação florestal praticadas por agricultores familiares no Nordeste do Pará**. — 2018. 128 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) – Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará.

CASTRO, E. R. Populações quilombolas na Amazônia: um olhar sobre o Brasil. In: ARAGÓN org. **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2005.

CASTRO, E. R.; CAMPOS, I. Formação Socioeconômica da Amazônia. In: CASTRO, E. R.; CAMPOS, I. (Orgs.) **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CASTRO, E. R. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Cad. CRH** [online]. 2012, vol.25, n.64, pp.45-62.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**, 2006, 236 p.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **São Manoel (PA)**. Disponível em: < <http://cpisp.org.br/sao-manoel-pa/>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

CORDEIRO, I. M. C. C.; RANGEL-VASCONCELOS, L. G. T.; SCHWARTZ, G.; OLIVEIRA, F. de A. **Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias**. Belém: EDUFRA, 2017. 328 p.

COSTA, F. de A. Notas sobre uma economia importante (Super) verde e (Ancestralmente) inclusiva na Amazônia. In: AZEVEDO, A. A.; CAMPANILI, M.; PEREIRA, C. (Org.). **Caminhos para uma agricultura familiar sob-bases ecológicas: produzindo com baixa emissão de carbono**. Brasília, DF: Ipam, 2015. p. 51-72.

CUIMAR, R. M. **Saberes e práticas culturais de agricultores familiares da Amazônia Paraense e suas relações com a monocultura do dendê**. 2013, 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo, Boitempo, 2017.

DINIZ, R. F.; TUBALDINI, M. A. S. O uso da biodiversidade local e da agroecologia na recuperação de áreas degradadas em territórios quilombolas nos municípios de Minas Novas e Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 5, n. 2, ago/2011, p.123-153

DINIZ, R. F. Hoje tem festa na roça: o trabalhar-festar das marombas e a espaço-temporalidade da cultura afro-brasileira em territórios quilombolas do Vale do Jequitinhonha mineiro. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*. V. 42, p. 36-53, 2017.

DUBOIS, J. C. L.; VIANA, V. M.; ANDERSON, A. **Manual agroflorestal para a Amazonia**, volume 1. Rio de Janeiro: FEBRAF, 1996. v.1 228p.

DUBOIS, J. C. L. Sistemas agroflorestais na Amazônia: avaliação dos principais avanços e dificuldades em uma trajetória de duas décadas. In: PORRO, R. (ed.) **Alternativa agroflorestal na Amazônia em transformação**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 171 – 218.

FEENY, D.; BERKES, F.; MCCAY, B. J.; ACHESON, J. M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Napaub - USP, 2001, p. 17-42.

FLICK, U. **Introdução à metodologia da pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONSECA, H. B. **Quilombolas de Jambuaçu: seus saberes e educação como fator de politização e identidade**. 2011,112 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2011.

FREITAS, G. G.; MACEDO, R. L. G.; VENTURIM, N.; LEMOS, K. **Etnosilvicultura de quintais agroflorestais da comunidade Quilombola de Abacatal – PA.** Disponível em: <<http://www.sct.embrapa.br/cdagro/tema01/01tema05.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

FREITAS, M. T. de A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 21-39, julho/ 2002.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Verbetes:** Comunidade Eclesial de Base Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-ecclesiais-de-base-cebs>. Acesso em: 07 set. 2019.

GALVÃO, H. Mutirão e Adjunto. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano III, n. 29, p.723 - 731, ago. 1945.

GARCIA JR., A. R. **Terra de trabalho:** trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1983.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.13, no.38, p.39-51, 1998.

GOMES, F. dos S. **A hidra e os pântanos:** mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, séculos XVII-XIX. Sao Paulo: Ed.Unesp/ Ed. Polis, 2005.

GOMES, F. dos S. **No labirinto dos rios, furos e igarapés:** camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX", *História Unisinos*, v. 10, n. 3, p. 281-292, 2006.

HARDIN, G. The tragedy of the commons: the population problem has no technical solution; It requires a fundamental extension in morality. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1247, Dec. 1968.

HOMMA, A. K. O. **Dinâmica dos sistemas agroflorestais: o caso da colônia agrícola de Tomé-Açu, Pará.** Embrapa Amazônia Oriental. 2004. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/956994/dinamica-dos-sistemas-agroflorestais-o-caso-da-colonia-agricola-de-tome-acu-para>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

HURTIENNE, P. T. Agricultura familiar na Amazônia Oriental: uma comparação dos resultados da pesquisa socioeconômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agroecológicas diversas. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 1, p. 75-94, 1999.

HURTIENNE, P. T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, p. 019-071, 2005.

HYDRO. **Sobre o mineroduto**. Disponível em: <<https://hydro.com/pt-BR/a-hydro-no-brasil/Sustentabilidade/other/Sobre-o-mineroduto/>>. Acesso em: 14 set. 2018.

IANOVALI, D. **A agricultura quilombola no Vale do Ribeira-SP: comparação entre as agriculturas itinerante e permanente**. Universidade de São Paulo. 2015. Dissertação (Mestrado) – Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Tabela 1612: Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias: Mandioca. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/moju/panorama>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ – IDESP. **Moju: estatística municipal**. Belém: Governo do Pará, Sepof, IDESP, 2011.

JARDIM, M. A. G; ANDERSON, A. B. Manejo de populações nativas do açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico: resultados preliminares. Bol. Pesq. Florest. CNPF. Curitiba. V. 15, n.12, p.1-19. 1987.

JOSE, S. Agroforestry for ecosystem services and environmental benefits: An overview. **Agroforestry Systems**, v. 76, p. 1 – 10, 2009.

KATO, O. O.; KATO, M. S.; CARVALHO, C. R.; FIGUEIREDO, R. O.; CAMARÃO, A. P.; SÁ, T. D. A.; DENICH, M.; VIELHAUER, K. Uso de Agroflorestas no Manejo de Florestas Secundárias. In: Gama-Rodrigues, A. C. da. (Edt.). **Sistema agroflorestais - Bases científicas para a sustentabilidade**. Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, p119: 138, 2006.

KATO, O. R. ; VASCONCELOS, S. S. ; FIGUEIREDO, R O ; CARVALHO, C. J. R. ; SÁ, T. D. de A. ; SHIMIZU, M. K. ; AZEVEDO, C. M. B. C. ; BORGES, A. C. M. R. . **Agricultura sem queima**: uma proposta de recuperação de áreas degradadas com sistemas agroflorestais sequenciais.. In: Leite, L. F. C.; Maciel, G. A.; Araújo, A. S. F. de. (Org.). Agricultura conservacioniats. 1ed.Brasília: Embrapa, 2014, v. , p. 193-220.

KOTTEK, M., GRIESER, J.; BECK, C.; RUDOLF, B.; RUBEL, F. 2006: World Map of the Köppen-Geiger climate classification updated. **Meteorol. Z.**, 15, 259-263.

LACERDA, A. G.; MALAGODI, E. Formas de cooperação e reforma agrária. **Raízes**, Campina Grande, v. 26, n. 1-2, p. 93-112, jan./dez. 2007.

LARCHERT, J. M. **Resistência e seus processos educativos na Comunidade Negra Rural Quilombola do Fojo** – BA. 2013, 220 p. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2013.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.

LIMA, S. H. A. de. A educação de jovens e adultos - EJA, no município de Moju/PA: sua história e benefícios para cidadãos quilombolas (2000-2009). **Educação em debate**. v. 2, n° 60, ano 32 – 2010.

LIMA, S. H. A. **Educação e comunidades quilombolas de Laranjituba e África – município de Moju/PA**: relação da EJA com costumes e tradições de base africana. Mestrado (dissertação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012. 99f.

LOBÃO, D. E. V. P.; PINHO, L. M.; CARVALHO, D. L.; SETENTA, W. C. Cacau-Cabruca: um modelo sustentável de agricultura tropical. **Indícios Veementes**, v. 3, p. 10-24, 1997.

LOBÃO, D. E. V. P. **Agroecossistema cacaeiro da Bahia**: Cacau-Cabruca e fragmentos florestais na conservação de espécies arbóreas. 2007, 98 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinária, Universidade do Estado de São Paulo, Jaboticabal, 2007.

MACHADO, J. C. N., "**nem parecer que tem quilombola aqui**": (in) visibilidade da identidade quilombola no processo formativo da CFR do Território Quilombola de Jambuaçu Pe. Sérgio Tonetto. 2014, 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

MAIA, R. de O. **A política de regularização fundiária e reforma agrária**: o PAE nas ilhas do Pará. 2011, 195 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2011.

MARIN, R. E. A.; CASTRO, E. M. R. **Negros do Trombetas**. Guardiões de matas e rios. Belém, UFPA. 1993.

MARIN, R. E. A. Terras e Afirmação Política de Grupos Rurais Negros na Amazônia. In O'DWYER, E.C. **Terra de quilombo**. Rio de Janeiro: ABA, 1995.

MARIN, R. E. A. Estratégias dos Quilombolas de Jambuaçu e Projetos da Vale S.A. no Moju, Pará. In ALMEIDA, A. W. B. de (orgs)...[et al]. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social**: Territórios quilombolas e conflitos. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. 349 p.

MCKEAN, M. A.; OSTROM, E. Regimes de Propriedade Comum em Florestas — Somente uma Relíquia do Passado?. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C.

(Orgs.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. Trad. por MOREIRA, A de C. São Paulo, NUPAUB — USP, 2001. p. 79-95.

MICCOLIS, A. (ed.). **Restauração Ecológica com Sistemas Agroflorestais**: como conciliar conservação com produção. Opções para Cerrado e Caatinga / Andrew Miccolis ... [et al.]. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN/Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal – ICRAF, 2016.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. J.-M.. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3.ed. São Paulo: Polis, 1982. p. 191-211.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Processo nº 32308-15.2010.4.01.3900. Belém/PA, 09 de março de 2018. Disponível em: < <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2018/recurso-mpf-trf-1-caso-mineroduto-vale-quilombo-jambuacu-pa/>>.

MODESTO JÚNIOR, M. de S.; ALVES, R. N. B.; SILVA, E. S. A. Diagnóstico socioeconômico de agricultores familiares do Baixo Tocantins. **Mandioca Brasileira**, 12 ago. 2010.

O'DWYER, E.C. **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade (organizadora). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p.

OLIVEIRA, C. D. S. **Percepção de agricultores familiares na adaptação do sistema de cultivo de corte e trituração**. Belém. Universidade Federal do Pará/Centro Agropecuário:Embrapa Amazônia Oriental, 2002. 131p. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Estudos Integrados sobre a Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará, 2002.

OLIVEIRA, R. C. de. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 2000, 220 p.

OLIVEIRA, F. M. B. de. **Mobilizando oportunidade**: estado, ação coletiva e o recente movimento social quilombola. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2009. 237 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, O. M. de. Quilombos: Memória social e metáforas dos conflitos Comunidades Do Sapê Do Norte, Espírito Santo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (orgs)...[et al]. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social**: Territórios quilombolas e conflitos. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. 349 p.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo, Edusp, 1999.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990. 280 p.

OSTROM, E. Collective Action and the Evolution of Social Norms. **Journal of Economic Perspectives**. Volume 14, Number 3, Summer 2000, Pages 137–158.

OSTROM, E.; GARDNER, R.; WALKER, J. **Rules, Games, and Common-Pool Resources**. Ann Arbor. The University of Michigan Press, 1994.

PEDROSO JUNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; TAQUEDA, C. S.; NAVAZINAS, N. D.; RUIVO, A. P.; BERNARDO, D. V.; NEVES, W. A. A casa e a roça: socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 3, n. 2, p. 227-252, 2008.

PEREIRA, C. M. Z. Conflitos e identidades do passado e do presente: política e tradição em um quilombo na Amazônia. 2008, 170 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2008a.

PEREIRA, C. M. Z. A perenidade do conflito: estratégias de uma comunidade quilombola da Amazônia, Trabalho apresentado na **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 01 e 04 de junho 2008, Porto Seguro, Bahia, p. 2. 2008b.

PEREIRA, D. S. **O enfoque C-T-S na pedagogia da alternância o saber escolar e a prática cotidiana na Casa Familiar Rural de Jambuaçu - Moju - Pará**. 2015, 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, 2015.

PEREZ, P. C. R. Território quilombola Jambuaçu: Primeiras aproximações de um estudo sobre a questão agrária na Amazônia. **VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária - VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária 1a. Jornada de Geografia das Águas**, de 22-26 de setembro de 2013.

POMPEU, G. S. S.; ROSA, L.; ARAÚJO, S. L. F.; ARAÚJO, A. B.; SILVEIRA, E. de L. Influência das características sócio-econômicas de agricultores familiares na adoção de sistemas agroflorestais. **Revista Ciências Agrárias**. v.54, n. 1, p.33-41, 2011.

PORRO, R. Expectativas e desafios para a adoção da alternativa agroflorestal na Amazônia em transformação. In: **Alternativa agroflorestal na Amazônia em transformação** / editor técnico, Roberto Porro. – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2009. 825 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU. Primeira Agroindústria é inaugurada no Município de Moju. Disponível em: <https://moju.pa.gov.br/primeira-agroindustria-e-inaugurada-no-municipio-de-moju> . Acesso em: 13 nov. 2019.

QUEIROZ, J. A. L.; MOCHIUTTI, S. Manejo de mínimo impacto para produção de frutos em açazais nativos no estuário amazônico. **Comunicado Técnico 57**, novembro, 2001, Macapá - AP.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

RODRIGUES, B. de O.; REZENDE, T. F.; NUNES, T. de G. Movimento Negro e a pauta quilombola no Constituinte: ação, estratégia e repertório. **Revista Direito e Práxis**, Ahead of print, Rio de Janeiro, 2018.

SAAVEDRA, M. da P. C. **O "ir" para o assalariamento na agroindústria do dendê e o "voltar" para a comunidade quilombola**: o caso de Santo Antônio em Concórdia do Pará. 2017, 140 f. Dissertação (Mestrado em em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SABOURIN, E. A ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade. In: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 1, Niterói. **Anais**. Niterói: UFF, Rede de Estudos Rurais, 2006.

SABOURIN, E. Manejo de recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 143-158, 2010.

SACRAMENTO, E. D. **As almas da terra: a violência no campo paraense**. 2007. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. 2007.

SALLES, V. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3 edição revisada ampliada. Belém: IAP; Programa Raízes, 1971.

SALLES, V. **Moju – Rio das cobras**: A história, cultura e vida de um povo. 2 ed. Belém: Bresser Comunicações, 2001. 63 p.

SAMPAIO, L. S. GUSMÃO, S. A. L.; SILVA, P. T. E.; VALE, R. S.; ALVES, J. A. K.; SILVA, R. N. P.; SILVESTRE, W. V. D. Potencialidades agroflorestais para o desenvolvimento do território quilombola de Jambuaçu/PA. (s.d) Disponível em: < <http://www.sct.embrapa.br/cdagro/tema03/03tema41.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

SANTIAGO, J. C. S. **Comunidades quilombolas de Jambuaçu, Moju-PA, contra as agroestratégias do capital**: Juventude e territorios de r-existências. 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2018.

SANTOS, B. de S. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, E. V.; LEITE, G. C. S.; VIEIRA, D. C. M.; CRUZ FILHO, J. A dendeicultura no município de Moju: transformações socioespaciais e dinâmica migratória. **Revista Eletrônica Georaguia**. Barra do Garças-MT. V 7, n.2, p. 48 - 67. Julho/Dezembro. 2017.

SCHMITT, A., TURATTI, M. C. M., CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade** - Ano V – N° 10 – 1° Semestre de 2002.

SCHMITZ, Heribert. Desenvolvimento sustentável da Amazônia, camponeses e uso da terra: a produção científica de Thomas Hurtienne desde 1994. **Novos Cadernos Naea**, Belém, v. 16, n. 2, p. 341-357, jun. 2013.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SOUSA, G. M. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 12, n. 1, p. 201-220, jan.-abr. 2017.

SCHWARTZ, G., FERREIRA, M. do S., LOPES, J. do C. Silvicultural intensification and agroforestry systems in secondary tropical forests: a review. **Amazonian Journal of Agricultural and Environmental Sciences**, v. 58, n. 3, p.319- 326, 2015.

SCHWARTZ, G.; LOPES, J. C. Florestas secundárias: Distúrbios e Sistemas Agroflorestais, p. 255 - 276. In: **Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias**. Organizado por Iracema Maria Castro Coimbra Cordeiro, Lívia Gabrig Turbay Rangel-Vasconcelos, Gustavo Schwartz, Francisco de Assis Oliveira - Belém: EDUFRA, 323 p. 2017.

SCHWARTZ, G.; LOPES, J. C. A. Logging in the Brazilian Amazon Forest: the challenges of reaching sustainable future cutting cycles. In: DANIELS, J. A. (Org.). **Advances in environmental research**. New York: Nova Science Publishers, 2015. v. 36. p. 113-137.

SCOTT, J. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: **Revista Raízes**, Vol. 21 (1): 20-31 (tradução de Marilda A. de Menezes e de Lemuel Guerra). 2002.

SERRA, A. B.; CARVALHO, C. J. R. de; SÁ, T. D. A.; SOUSA, G. F. **Projeto Roça Sem Queimar**: uma experiência à luz dos princípios da Agroecologia desenvolvida na Transamazônica, Oeste do Pará. Disponível em: < <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/60403/1/Rel-1.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

SILVA, E. Irmandade negra e resistência escrava. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 12, p. 55-62, 1994.

SILVA, E. L. da.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**/Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, I. C. **Sistemas Agroflorestais**: Conceitos e métodos. Itabuna, BA, SBSAF. 2013. 308p.

SILVA, I. M.; SANTANA, A. C.; REIS, M. S. Análise dos retornos sociais oriundos de adoção tecnológica na cultura do açaí no estado do Pará. Amazônia. **Ciência & Desenvolvimento**, v. 2. n. 3.p. 25-37.2006.

SILVA, L. G. T. **Diagnóstico da agricultura familiar no município de Moju-Pará / Luiz Guilherme Teixeira Silva, José Francisco de Assis F. Silva, Hércules Martins e Silva**. – Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001.49p.

SILVA, M. M. da; LOVATO, P. E.; VIEIRA, I. C. Projeto Roça Sem Queimar: uma proposta de Manejo Agroecológico para a região da Transamazônica – Pará. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 1, n. 1, nov. 2006. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/1630>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

SILVA, M. S. C.; SILVA, E. M. R.; PEREIRA, M. G.; SILVA, C. F. Estoque de Serapilheira e Atividade Microbiana em Solo sob Sistemas Agroflorestais. **Floresta e Ambiente**, 2012 out./dez.

SILVA, S. R. Comunidades Quilombolas e a Política Ambiental e Territorial na Mata Atlântica. **Geografia em questão**, V.05, N. 01, 2012.

SOUZA, M. M. O. A Utilização de Metodologias de Diagnóstico e Planejamento Participativo em Assentamentos Rurais: O Diagnóstico Rural/Rápido Participativo (DRP). **Em Extensão**. Uberlândia, v.8, n.1, p. 34-74, jan./jul. 2009.

STEDILE, J. P. (Org.) **O debate tradicional:1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TAFNER JÚNIOR, A. W.; SILVA, F. C. Atuação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA) no Mercado Promovendo o Cooperativismo e a Sustentabilidade na Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE, 6. Belém, 2012. **Anais**. Belém: ANPPAS, 2012.

TILLY, C. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6562/5289>>. Acesso em: 20 de nov. de 2018.

VEIGA, I.; ALBALADEJO, C. A formação do território a nível local e a emergência da ação coletiva: análises das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de Marabá, Amazônia Oriental. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v.1., n.3. Belém, p.41-77, 2002.

WEDIG, J. C. Organização política e luta pela diferença. Ações coletivas da rede puxirão de povos e comunidades tradicionais. **Ruris**, volume 10, nº 1, 255-284, março de 2016.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia. **Anuário Antropológico/76**. Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1988.

APÊNDICE A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____, CPF nº _____, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa acredito ter sido suficientemente esclarecido (a) a respeito das informações prestadas, ficando claros os propósitos e as condições da realização da pesquisa. Bem como de estar ciente da necessidade do uso das imagens minha e da propriedade rural e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, voluntariamente minha participação e a realizar as fotos e vídeos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero e autorizo a utilização destas fotos, vídeos e/ou depoimentos para fins de trabalhos científicos e de estudos (teses, dissertações, livros, capítulos de livros, artigos científicos, relatórios, diagnósticos, slides, etc.), em favor dos pesquisadores desta pesquisa.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados. Os resultados obtidos serão mantidos em sigilo e só serão utilizados para divulgação em reuniões e revistas científicas sem a identificação dos entrevistados ou com identificação mediante autorização.

Moju -PA, _____ de _____ de 2019.

Entrevistado/Participante da pesquisa

Helton Kania Andreatta
Discente responsável pela pesquisa
Mestrando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável-MAFDS

Dra. Dalva Maria da Mota
Orientadora da pesquisa
Pesquisadora Sociologia Rural
Embrapa Amazônia Oriental

APÊNDICE B - ENTREVISTA HISTÓRICA ORAL TEMÁTICA

Município	Vicinal/Travessa	Localização do GPS S: _____ W: _____
Tamanho do lote	Nº do questionário	Data:

IDENTIFICAÇÃO

1. Entrevistado: _____

CPF: _____

1.1 Agricultor. () Sim () Não Profissão: _____

1.2 Idade _____

1.3 Sexo: () Masculino () Feminino

1.4 Cor (não precisa perguntar, apenas observar). [Xis].

1.4.1 () Branco

1.4.2 () Negro

1.4.3 () Pardo

1.4.4 () Oriental

1.4.5 () Indígena

2. Situação conjugal. [Xis]

2.1 () Casado/União Consensual

2.2 () Solteiro

2.3 () Viúvo

2.4 () Separado

2.5 () NSR

3. Família: membros da unidade doméstica [Quantidade] Nº total: _____

3.2 () Filhos com 14 ou mais anos de idade

3.3 () Pais

3.4 () Irmãos

3.5 () Primos

3.6 () Avós

3.7 () Agregados

3.8 () Outros

4. Grau de Escolaridade? [Xis]

4.1 () Analfabeto

4.2 () Assina o nome

4.3 () 1º grau

4.4 () 2º grau

4.5 () 3º grau

4.6 () NSR

Possui religião? Sim () Não () Qual? _____

5. História de vida (roteiro)

- 5.1 Onde nasceu?
- 5.2 Sua família morava aqui na comunidade? Se não, como chegou aqui?
- 5.3 Morou aqui sempre ou passou um período fora?
- 5.4 Como era São Manoel durante a sua infância?
- 5.5 Com o que seus pais trabalhavam?

6. História quilombo

- 6.1 Como se locomoviam para Moju?
- 6.2 O que mudou após a abertura das estradas?
- 6.3 Foram afetados pela expansão do dendê?
- 6.4 Como foi a aproximação da Igreja na época (Padre Sérgio Tonetto)?
- 6.5 Como foi a aproximação do sindicato rural?
- 6.6 Houve algum impacto na comunidade com a abertura dos minerodutos da Vale? Quais?
- 6.7 Como vê a relação da empresa com a comunidade e o território?
- 6.8 Houve mobilização da comunidade contra a empresa?
- 6.9 E para apoiar as outras comunidades afetadas?
- 6.10 Conhece a Casa Familiar Rural? Tem algum parente formado por ela? O que acha dela?

7. Trabalho e modo de produção

- 7.1 Você trabalhou com o que?
- 7.2 Quem trabalhava junto com você?
- 7.3 O que produzia (m)?
- 7.4 Como conseguiu a área (compra, cedido pela associação)?
- 7.5 Como manejavam a área? Utilizava o corte e queima?
- 7.6 Vendia os produtos para quem?
- 7.7 Que produtos utilizavam da floresta na época (alimento, produtos para venda, caça, remédios, etc)? E hoje?
- 7.8 Qual era a principal fonte de renda da comunidade na época?
- 7.9 E hoje, trabalha com o que (atividade principal e secundária)?

- 7.10 Quais culturas produz?
- 7.11 Qual sistema utiliza (roçado, quintal, SAF)?
- 7.12 Quais produtos cultiva para consumo próprio?
- 7.13 Quais cultiva para venda? Para quem venda?
- 7.14 Se assalaria em algum lugar (temporário ou permanente)?
- 7.15 Faz parte da associação?
- 7.16 Se sim, participa das reuniões? Qual a importância da associação para você?
- 7.17 Conhece o que são Sistemas Agroflorestais? Com quem conheceu?
- 7.18 O que acha sobre esse tipo de plantio?
- 7.19 Como vê a relação da comunidade com a floresta hoje?
- 7.20 O que vê que mudou com o tempo na comunidade (de sua infância até hoje)?
- 7.21 O que tinha muito antes e agora não tem mais ?
- 7.22 Acha que a vida melhorou ou piorou com o tempo?

APÊNDICE C - ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS

1. Nº de moradores
2. Nº de casas
3. Infraestruturas (estradas, escolas, transporte etc)
4. A Associação de Agricultores de São Manoel existe a quantos anos?
5. Quem auxiliou a construção da associação?
6. Quais as principais atribuições da associação?
7. Ocorreram impactos das obras da Vale em São Manoel?
8. Como foi o período de reivindicações contra a Vale?
9. Alguém da comunidade participou da elaboração do Plano de Geração de Renda elaborado pela UFRA?
10. Alguém da comunidade participou das reivindicações para a criação da CFR?
11. Como é a relação da associação com os outros grupos dentro do Jambuaçu?
12. Existem ações conjuntas?
13. Existem terras que não possuem destinação em São Manoel?
14. Como vocês fazem a gestão dos recursos dessas áreas?
15. Como fazem a distribuição de terras na comunidade?
16. Como você observa a relação da comunidade São Manoel com a floresta/natureza?
17. Quantas famílias residem na comunidade? Aproximadamente quantas pessoas?
18. Quantas praticam agricultura?
19. Dessas, quantas possuem SAF?
20. Quem encabeçou as ações coletivas para o SAF? (idade, escolaridade, número de pessoas)?
21. Existem ações em outras comunidades relacionadas ao SAF? Quais?
22. As atividades coletivas são comuns na comunidade? Quais, por exemplo?

APENDICE D - ENTREVISTA AGRICULTORES COM SAF

Município	Travessa/ Vicinal	Localização do GPS			
Tamanho do lote	Nº Questionário:	S			
	Data:				

IDENTIFICAÇÃO

1. Entrevistado: _____
 CPF: _____

1.1 Agricultor. () Sim () Não

1.2 Idade _____

1.3 Sexo: () Masculino () Feminino

1.4 Cor (não precisa perguntar, apenas observar). [Xis].

() Branco () Negro () Pardo () Oriental () Indígena

2. Situação conjugal.

() Casado/União Consensual () Solteiro () Viúvo () Separado ()
 NSR

3. Família: membros da unidade doméstica [Quantidade] Nº total: _____

3.2 () Filhos com 14 ou mais anos de idade

3.3 () Pais

3.4 () Irmãos

3.5 () Primos

3.6 () Avós

3.7 () Agregados

3.8 () Outros

4. Grau de Escolaridade?

() Analfabeto () Assina o nome () 1º grau () 2º grau () 3º grau ()
 NSR

5. Possui quantos hectares de área? _____

5.1 Como conseguiu a terra?

5.2 Como funciona a distribuição de terras na comunidade?

6. Qual a sua principal fonte de renda hoje?

7. SAF

7.1 A quanto tempo possui SAF's?

() menos de 06 meses () de 06 meses a 2 anos () de 2 a 4 anos () mais de 4 anos

7.2 Quantas pessoas trabalham na área hoje? () 1-2 () 2-4 () 4-6 () mais de 6

7.3 Quantos dias da semana trabalha no SAF? () até 1 () 1-2 () 3-4 () 5-6 () todos

7.4 Por que está fazendo SAF?

7.5 Com quem aprendeu a fazer SAF? () família () comunidade () escola () observação () outros _____

7.6 Tem alguma forma de incentivo público ou privado? Qual?

7.7 Qual era o uso da área antes do SAF? () roça () capoeira () outros _____

7.8 Se antes era capoeira, quantos anos possuía a capoeira brocada? () menos de 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 20 anos () mais de 20 anos

7.9 Quem ajudou na implantação da área? () família () comunidade () sozinho

7.10 Como é a mobilização da comunidade para realização de tarefas?

7.11 Se utilizou mutirão, qual a importância da utilização dessa forma de trabalho?

7.12 Existe cooperação entre os agricultores para comercialização?

7.13 Como realizou o manejo dessa área (implantação ao plantio, instrumentos, época do ano)?

7.14 Quais espécies plantou?

7.15 Quais espécies deixou em pé? Por que?

Espécie	Motivo

7.16 Pretende introduzir novas espécies? Quais e por que?

7.17 De onde vieram as mudas para o plantio?

7.18 Já conseguiu colher produtos do SAF? Quais?

7.19 Como vê a diferença entre o trabalho no SAF e o que praticava anteriormente?

7.20 Faz o uso de algum fertilizante? Qual (natural, industrializado)?

7.21 Observou alguma praga nas mudas plantadas? Se sim, qual?

7.22 Faz o uso de algum agrotóxico? Qual e por quê?

7.23 Depois da implantação dos SAF, tem observado diferenças na área (animais, etc)?

7.24 Com o passar dos anos, tem utilizado quais técnicas de manejo ?

7.25 Houve algo que afetou o plantio (chuva, seca, etc.)?

7.26 Qual a vantagem de trabalhar com SAF? E qual a desvantagem?

7.27 Recomendaria a implantação do sistema para outras pessoas?

8. Fora o SAF, realiza outro tipo de atividade? () Sim SEGUE () Não ITEM 9

8.1 Com quem aprendeu a trabalhar na agricultura?

8.2 Utiliza a área por quanto tempo? () menos de 2 anos () 2-4 () 4-6 () +6

8.3 Quais produtos produz?

PRODUTO	SUBSISTENCIA (x)	COMERCIALIZAÇÃO (x)

8.4 Faz troca de produtos na comunidade? () Sim () Não

8.5 Como realiza o manejo do roçado?

8.6 Quais técnicas utiliza (corte, queima, etc)

8.7 Em que época do ano?

8.8 Quais instrumentos utiliza?

8.9 Em qual ambiente? () terra firme () várzea

8.10 Percebeu o desgaste da área? () Sim () Não

8.11 Em quanto tempo? () menos de 2 anos () 2-4 () 4-6 () +6

8.12 Fazem plantio de outra coisa depois da mandioca?

8.13 Deixa para pousio depois de quanto tempo?

8.14 Faz enriquecimento da capoeira com outras espécies ou apenas deixa regenerar?

8.15 Quais espécies usa?

8.16 Utilizam áreas de várzea para plantio?

8.17 Faz o manejo da área de açaí? Como realiza?

8.18 A área do açaizal é coletiva ou privada?

8.19 Utiliza produtos da floresta? Quais? (alimento, madeira, caça, remédios, etc)

Espécie	Uso	Venda ou consumo?

8.20 A área de floresta é coletiva ou privada?

9. FLORESTA

9.1 O que a floresta representa para você?

9.2 Possui áreas que necessitam de recuperação florestal?

9.3 Acredita que os SAFs pode ser uma alternativa para recuperar essas áreas?

9.4 Como vê o uso das áreas de capoeira (Reserva Legal) utilizadas para a produção contínua de alimentos?

10. Acha que a comunidade pode estar sob ameaça de ações externas?